

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

900015/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustíveis da frota municipal terrestre, mediante rede credenciada, bem como o fornecimento de combustíveis destinados à frota fluvial, visando atender as necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Tarauacá - Estado do Acre, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 13.351.400,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES... 7	
8.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	9
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
10.	DO TERMO DE CONTRATO	12
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	13
13.	DOS RECURSOS.....	13
14.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
15.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	15
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90015/2026

(Processo Administrativo nº 2068/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto Municipal nº 129/2023 e no que couber, e demais legislação aplicável.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustíveis da frota municipal terrestre, mediante rede credenciada, bem como o fornecimento de combustíveis destinados à frota fluvial, visando atender as necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Tarauacá - Estado do Acre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será estruturada em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante apresentar proposta para a totalidade dos itens que compõem cada lote, sob pena de desclassificação, facultando-se a participação em quantos lotes forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e às eventuais adesões por órgãos não participantes (carona), bem como os limites e condições aplicáveis, estão estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições do Decreto nº 11.462/2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação na fase de habilitação, nos termos da legislação vigente.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 Não será aplicada, nesta licitação, a reserva de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da inviabilidade técnica e econômica devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 49, inciso II, da referida Lei.

3.6.2 Permanecem assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e às regras de desempate, quando aplicáveis.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração, desde que devidamente justificado e sem prejuízo à isonomia, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão

exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação terá caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O sigilo será mantido até o encerramento da fase de julgamento das propostas, com o objetivo de preservar a competitividade do certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.3. O orçamento estimado foi elaborado com base nos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observadas as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, conforme detalhamento constante do processo administrativo.

4.4. Após o encerramento da fase de julgamento, o orçamento estimado será tornado público para fins de transparência e controle.

4.5. O caráter sigiloso do orçamento estimado não se aplica aos órgãos de controle interno e externo, que terão acesso irrestrito às informações, nos termos da legislação vigente.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2.1. A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas, requisitos de desempenho, qualidade e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como guardar compatibilidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar, constituindo requisito de aceitabilidade da proposta.

5.2.2. É obrigatória, para fins de aceitabilidade da proposta, a apresentação de catálogo, ficha técnica, manual, prospecto, portfólio ou documento equivalente do fabricante, apto à verificação objetiva das especificações do produto ofertado, acompanhado do respectivo link oficial de consulta do produto, extraído do sítio eletrônico oficial do fabricante ou de seu representante oficial no Brasil, de modo a permitir a confrontação, autenticação e validação das informações técnicas apresentadas.

5.2.3. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, documentos técnicos ou endereços eletrônicos apócrifos, ilegítimos, adulterados, rasurados, manipulados, incompletos, genéricos, inativos, inválidos, oriundos de fontes não oficiais, marketplaces, revendedores não autorizados ou sem correspondência específica e inequívoca com o item cotado.

5.2.4. O não atendimento às exigências técnicas, de desempenho, qualidade, compatibilidade, documentação comprobatória e validação oficial das informações do produto ofertado ensejará a imediata desclassificação da proposta, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas, civis e penais cabíveis, quando for o caso.

5.3. O licitante, no cadastramento da proposta inicial, declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.3.5. a proposta apresentada vincula o licitante às condições nela ofertadas e às exigências do Termo de Referência, não sendo admitida posterior alteração que comprometa sua conformidade técnica, econômica ou funcional.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por critério de margem de preferência, quando for o caso, conforme previsto no Termo de Referência.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da referida Lei, quando aplicáveis.

5.6.1. Não haverá itens com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, permanecendo assegurados os demais benefícios legais previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

5.6.2. Nos lotes em que não houver exclusividade, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ainda que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 a pessoa jurídica que se enquadre em qualquer das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei.

5.8. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após a fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes classificados, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta.

5.13. O valor final mínimo poderá ser alterado durante a fase de disputa, respeitados os limites estabelecidos

neste Edital.

5.14. O valor parametrizado terá caráter sigiloso para os demais licitantes e para a Administração, sendo acessível apenas aos órgãos de controle.

5.15. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se por eventual perda de negócios decorrente de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que comprometa o sigilo ou a segurança.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário de cada item e valor global do lote;

6.1.2. marca e modelo;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. descrição detalhada do objeto, contendo informações compatíveis com as especificações constantes do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, devendo os bens ofertados atender integralmente às exigências do Termo de Referência e guardar compatibilidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, logísticos, comerciais, tributários, fretes, seguros, encargos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Eventuais peculiaridades do regime tributário da licitante deverão ser consideradas na formulação de sua proposta, não cabendo pedido posterior de recomposição em razão de ônus que já deveriam ter sido ordinariamente computados no preço ofertado.

6.6. Independentemente do regime tributário adotado pela licitante, no pagamento serão observadas as retenções legalmente cabíveis.

6.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento integral das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto licitado nos seus exatos termos, inclusive quanto à qualidade, desempenho, adequação funcional, garantia e conformidade técnica dos bens ofertados.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.

6.10. O descumprimento das especificações técnicas, dos requisitos de desempenho, da documentação comprobatória obrigatória ou da compatibilidade do objeto com o Termo de Referência e com o Estudo Técnico Preliminar ensejará a desclassificação da proposta.

6.11. O descumprimento das regras editalícias e das exigências legais aplicáveis poderá ensejar a responsabilização do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado considerando o valor global do lote, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances terá duração de dez minutos, com prorrogações automáticas conforme regras do sistema.

7.11.2. A prorrogação automática ocorrerá sempre que houver lance nos últimos dois minutos.

7.11.3. Encerrada a etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, o Pregoeiro poderá admitir reinício da disputa, conforme regras do sistema.

7.11.5. Após o reinício, os licitantes poderão apresentar lances intermediários.

7.12. O sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o primeiro registrado.

7.14. Durante a sessão, os licitantes serão informados do menor lance, vedada a identificação do licitante.

7.15. Em caso de desconexão, o sistema permanecerá recebendo lances.

7.16. Persistindo a desconexão por mais de dez minutos, a sessão será suspensa e retomada conforme comunicação oficial.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Encerrada a etapa de lances, será aplicada, quando cabível, a margem de preferência prevista no Termo de Referência.

7.19. Em relação aos lotes não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, considerando-se, na modalidade pregão, empatadas as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.19.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo e na forma disciplinados pelo sistema e pelo Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícito.

7.19.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Somente após o esgotamento do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. Havendo empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais aptos ao atesto de cumprimento de obrigações anteriormente assumidas;
- III. Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- IV. Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade.

7.22. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da legislação aplicável.

7.23. Somente na impossibilidade de resolução do empate pelos critérios legalmente previstos será realizado sorteio público, em ato formal e devidamente registrado nos autos.

7.24. Encerrada a etapa de lances e definidas as regras de preferência e desempate, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.24.1. A negociação poderá se estender aos demais licitantes, conforme a ordem de classificação.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema.

7.24.3. O resultado será divulgado a todos os licitantes.

7.24.4. O Pregoeiro poderá solicitar proposta ajustada ao último lance, no prazo de até 3 (três) horas.

7.24.5. O prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa.

7.25. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, observando a conformidade com o Termo de Referência, a compatibilidade com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar e as hipóteses de desclassificação previstas no Edital e na legislação aplicável.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua aceitabilidade, verificando sua adequação ao objeto, sua conformidade técnica com o Edital, com o Termo de Referência e com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar, bem como a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado da contratação.

8.2. A análise da proposta observará, de forma cumulativa:

- I. A conformidade com as especificações técnicas, requisitos de desempenho, qualidade, garantia e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. A compatibilidade do bem ofertado com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar;
- III. A regularidade formal da proposta e a suficiência dos elementos necessários à sua adequada apreciação;
- IV. A correspondência entre o item cotado e a documentação técnica apresentada;
- V. A compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e com o valor estimado da contratação.

8.3. Será desclassificada a proposta que:

- I. Contiver vícios insanáveis;
- II. Não obedecer às especificações técnicas constantes do termo de referência;
- III. Apresentar desconformidade com a solução definida no estudo técnico preliminar;
- IV. Deixar de apresentar marca, modelo, documentação técnica, certificações, laudos, catálogos, fichas técnicas, links oficiais ou quaisquer elementos exigidos para a verificação objetiva da conformidade do produto ofertado;
- V. Apresentar documentação técnica ou endereços eletrônicos apócrifos, ilegítimos, adulterados, rasurados, manipulados, incompletos, genéricos, inativos, inválidos, oriundos de fontes não oficiais ou sem correspondência específica com o item cotado;
- VI. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor estimado da contratação;
- VII. Não demonstrar sua exequibilidade, quando instada pela administração;
- VIII. Apresentar qualquer outra desconformidade relevante com o edital ou seus anexos que comprometa a validade, a exequibilidade ou a aceitabilidade da proposta.

8.4. A aferição da exequibilidade da proposta será realizada à luz das características do objeto, das condições de mercado, do valor estimado pela Administração e dos elementos concretos constantes da oferta, podendo a Administração identificar indícios de inexequibilidade sempre que o preço ofertado se revelar, em tese, incompatível com a execução integral e satisfatória do objeto.

8.5. A inexequibilidade somente será declarada após a realização de diligência destinada a oportunizar ao licitante a demonstração da viabilidade econômica e material de sua proposta, na forma do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros elementos:

- I. Planilha de composição de custos, quando cabível;
- II. Documentos aptos a comprovar a viabilidade econômica da proposta;
- III. Demonstração de condições comerciais excepcionalmente favoráveis;
- IV. Comprovação de acesso a insumos, tecnologias, processos produtivos ou condições operacionais que justifiquem o preço ofertado;

V. Notas fiscais, contratos, cotações, declarações de fornecedores ou outros documentos idôneos que evidenciem a compatibilidade da oferta com a realidade de mercado.

8.7. Verificada a existência de falha meramente formal, erro material ou necessidade de esclarecimento sobre elemento já constante da proposta, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá promover diligência para saneamento ou confirmação da informação, desde que não haja substituição do produto ofertado, alteração material da proposta, inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da oferta, nem majoração do preço apresentado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Para fins de análise técnica da proposta, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá solicitar manifestação da área demandante, da equipe de planejamento da contratação ou de setor técnico especializado, sempre que a matéria exigir conhecimento técnico específico.

8.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentá-las no prazo, local, condições e forma definidos no instrumento convocatório, sob pena de desclassificação da proposta.

8.10. A não apresentação da amostra, sua apresentação fora do prazo, em quantidade insuficiente, ou em desconformidade com as especificações técnicas exigidas implicará a rejeição da proposta.

8.11. Na hipótese de desclassificação da proposta, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para fins de negociação, exame de aceitabilidade e julgamento, repetindo-se o procedimento até a apuração de proposta que atenda integralmente ao Edital e aos seus anexos.

8.12. Após a verificação da aceitabilidade da proposta e o julgamento definitivo do objeto ofertado, será iniciada a fase de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, serão exigidos exclusivamente os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. As exigências de habilitação não se confundem com os requisitos de aceitabilidade da proposta, sendo vedada a exigência, nesta fase, de documentos relativos às especificações técnicas do objeto, os quais serão analisados na fase de julgamento da proposta.

9.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos termos da legislação vigente.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de empresa estrangeira vencedora, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e devidamente legalizados.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio, a habilitação técnica e econômico-financeira poderá ser realizada pelo somatório dos quantitativos e valores dos consorciados, nos termos do edital.

9.5. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em formato digital.

9.6. Os documentos poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão público, desde que conforme a Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificada a declaração de que o licitante atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas.

9.8. Será exigida declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados.

9.9. O licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta contempla a integralidade dos custos, sendo sua ausência motivo de inabilitação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente será exigida documentação complementar quando necessário.

9.11. É responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados no SICAF.

9.11.1. A não observância poderá ensejar inabilitação.

9.12. A verificação em sítios oficiais constitui meio legal de prova.

9.12.1. Os documentos não constantes do SICAF deverão ser enviados no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável.

9.13. A verificação da habilitação será realizada apenas em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

9.14. Após a entrega dos documentos, não será permitida a substituição, salvo em diligência para:

I. Complementação de informações;

II. Atualização de documentos vencidos.

9.15. A comissão poderá sanar erros formais que não alterem a substância dos documentos.

9.16. Caso o licitante não seja habilitado, será convocado o próximo classificado.

9.17. Somente serão divulgados os documentos do licitante habilitado.

9.18. A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida apenas para contratação, assegurada a possibilidade de regularização.

9.19. Não caberá inabilitação por fatos não conhecidos à época do julgamento, salvo fatos supervenientes.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, e quando houver necessidade de contratação, será firmado termo de contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, decorrente da Ata de Registro de Preços.

10.2. O adjudicatário será convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4. Alternativamente à assinatura presencial, a Administração poderá:

I. Encaminhar o instrumento para assinatura por correspondência com aviso de recebimento;

II. Disponibilizar o documento em sistema eletrônico para assinatura digital;

III. Utilizar outro meio eletrônico idôneo.

10.5. O aceite da Nota de Empenho ou de outro instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

I. O instrumento substitui o contrato, nos termos do art. 95 da lei nº 14.133/2021;

II. A contratada se vincula à sua proposta e às disposições deste edital e seus anexos;

III. Aplicam-se à relação contratual as hipóteses de extinção previstas nos arts. 137 a 139 da lei nº 14.133/2021.

10.6. A vigência da contratação observará o disposto no Termo de Referência, bem como a disponibilidade orçamentária e o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

10.7. No momento da contratação, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no

certame, devendo o contratado mantê-las durante toda a execução.

10.8. A eventual existência de registros no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público – CADIN será analisada pela Administração, não constituindo, por si só, impedimento automático à contratação, devendo ser avaliada à luz do caso concreto.

10.9. A formalização da contratação não gera obrigação de consumo mínimo por parte da Administração, sendo as contratações realizadas conforme a necessidade, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decadência do direito ao registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio eletrônico e disponibilizada no sistema oficial.

11.4. Serão formalizadas Atas de Registro de Preços com os fornecedores vencedores, por lote, contendo a indicação do fornecedor, a descrição do objeto, os quantitativos estimados, os preços registrados e as demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação vigente.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, não obrigando a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes constantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições do primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o cadastro de reserva, contendo:

I.Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação;

II.Os licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na Ata.

12.2.1. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário terão preferência sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva será exigida apenas quando houver necessidade de sua convocação, nas seguintes hipóteses:

I.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços;

II.Quando houver cancelamento do registro do fornecedor ou do preço registrado, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

12.4. Na hipótese de não haver êxito na convocação dos licitantes que aceitaram cotar pelo preço do adjudicatário, a Administração poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação;

II. Contratar nas condições ofertadas, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação.

12.5. O cadastro de reserva possui natureza subsidiária e será utilizado exclusivamente nas hipóteses previstas neste edital, não implicando reclassificação automática do resultado do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da decisão recorrida no sistema eletrônico.

13.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em campo próprio do sistema, imediatamente após a declaração do vencedor, dentro do prazo definido pelo sistema, não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á na data da divulgação da decisão recorrida;

13.3.3. Na hipótese de inversão de fases, o prazo recursal iniciar-se-á após a divulgação da decisão de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico, sendo assegurado o acesso aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo quanto ao ato ou decisão recorrida, até o julgamento pela autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.10. Os autos do processo permanecerão disponíveis para consulta no sistema eletrônico e no Portal da Transparência do Município, assegurado o acesso aos interessados, nos termos da legislação vigente, com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações:: TCE-AC](#).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da referida Lei, bem como aquelas descritas neste edital e no Termo de Referência.

14.2. As sanções aplicáveis são:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade.

14.3. A aplicação das sanções observará, obrigatoriamente:

- I. A gravidade da infração;
- II. O impacto na execução contratual;
- III. Os prejuízos causados à administração;
- IV. A reincidência;
- V. O grau de culpa ou dolo;
- VI. A vantagem auferida;

VII. O tempo de resposta da contratada.

14.4. Para fins de dosimetria das penalidades, será adotado o sistema de mensuração de infrações previsto no Termo de Referência, baseado em critérios objetivos de avaliação e pontuação, garantindo transparência, proporcionalidade e motivação dos atos administrativos.

14.5. A multa será aplicada de forma proporcional à infração, podendo incidir:

- I. Sobre o valor da parcela inadimplida;
- II. Sobre o valor total da contratação, nos casos de maior gravidade.

14.6. A aplicação de penalidades não será automática, devendo ser precedida de análise fundamentada da autoridade competente, com base nos registros da fiscalização contratual.

14.7. As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

14.8. A reincidência poderá ensejar agravamento da penalidade, inclusive com aplicação de sanções mais severas.

14.9. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação assumida.

14.10. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

14.12. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

14.13. As notificações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico e pelos contatos cadastrados no SICAF.

14.14. Na hipótese de infrações contratuais, será observada a matriz de classificação e mensuração de infrações constante do Termo de Referência, a qual integra o presente edital para todos os fins.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

15.2. Os pedidos de impugnação e esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, através do endereço contratacoestk@gmail.com, ou protocolados presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada à Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, CEP 69970-000, Centro, Tarauacá/AC, no horário de atendimento ao público, das 07h00min às 14h00min.

15.3. Caberá ao interessado comprovar a tempestividade do envio da impugnação ou do pedido de esclarecimento, especialmente quando realizados por meio eletrônico.

15.4. A Administração não se responsabiliza por falhas na transmissão de dados, congestionamento de rede ou quaisquer outros fatores que impossibilitem o recebimento tempestivo da manifestação.

15.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal das Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

15.6. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos do certame.

15.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, devendo ser devidamente motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação nos autos do processo.

15.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico utilizado para a condução do certame.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo Pregoeiro/Agente de Contratação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em nenhuma hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, da competitividade e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema eletrônico utilizado para a condução do certame e no Portal das Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre, e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos:

I. Anexo I – Termo de Referência;

II. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

III. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

IV. Anexo III – Minuta do Termo de Contrato.

16.12. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata aplicável e nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e interesse público.

Tarauacá/AC, 15 de maio de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025



TERMO DE REFERÊNCIA
REGISTRO DE PREÇOS PARA GESTÃO DE ABASTECIMENTO DA FROTA TERRESTRE E
FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA FROTA FLUVIAL

Órgão requisitante	Secretaria Municipal de Administração
Município	Tarauacá/AC
Modalidade sugerida	Pregão Eletrônico
Sistema	Sistema de Registro de Preços - SRP
Critério de julgamento	Menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto por lote, observadas as formas específicas de incidência do desconto: no Lote 1, sobre o preço de bomba praticado pelo posto da rede credenciada no momento do abastecimento; no Lote 2, sobre o preço praticado no ponto fluvial autorizado/licenciado no momento do fornecimento.
Vigência da Ata	12 meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade
Base de elaboração	Documento de Formalização da Demanda - DFD e Estudo Técnico Preliminar - ETP

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para atendimento da demanda de combustíveis do Município de Tarauacá/AC, estruturada em dois lotes distintos, autônomos e tecnicamente independentes, conforme a natureza da execução:

a) Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre: prestação de serviços de gestão, administração e gerenciamento informatizado do abastecimento da frota terrestre municipal, própria e locada, compreendendo veículos, máquinas e equipamentos, por meio de rede credenciada de postos de combustíveis, com utilização de cartão magnético, tag, aplicativo ou tecnologia equivalente, controle individualizado por veículo, registro de odômetro, emissão de relatórios gerenciais, rastreabilidade das transações e aplicação de percentual de desconto sobre o preço de bomba praticado no momento do abastecimento;

b) Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial: fornecimento direto de combustíveis destinados à frota fluvial e às embarcações utilizadas em ações institucionais da Administração Pública Municipal, em ponto de abastecimento fluvial autorizado/licenciado



localizado no Município de Tarauacá/AC, com aplicação de percentual de desconto sobre o preço praticado no ponto de fornecimento no momento do abastecimento.

- 1.2 A contratação destina-se ao atendimento das Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados à Prefeitura de Tarauacá/AC, assegurando a continuidade das atividades administrativas, operacionais, finalísticas, itinerantes, intermunicipais, fluviais e emergenciais que dependem do deslocamento de equipes, usuários, insumos, equipamentos e bens públicos.
- 1.3 Os combustíveis abrangidos pela contratação compreendem gasolina automotiva comum (Gasolina C), Óleo Diesel B S10 e Óleo Diesel B S500, devendo observar integralmente as especificações técnicas vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais normas legais, ambientais, fiscais, operacionais e de segurança aplicáveis.
- 1.4 O objeto será executado sob demanda, sem obrigação de consumo mínimo pela Administração, sendo os pagamentos vinculados exclusivamente aos abastecimentos efetivamente realizados, autorizados, comprovados, fiscalizados e liquidados, observados os quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preços.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 129/2023, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, pela legislação regulatória expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, pelas normas ambientais aplicáveis, especialmente a Resolução CONAMA nº 273/2000 ou outra que venha a substituí-la, pelas normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis a inflamáveis e combustíveis, especialmente a NR-20, pelas normas técnicas da ABNT pertinentes à operação, manutenção, armazenamento, manuseio, transporte, revenda e fornecimento de combustíveis, bem como pelas demais normas legais, regulamentares, ambientais, fiscais, técnicas e de segurança correlatas.

2.2. O objeto enquadra-se como serviço comum e fornecimento comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade, execução, controle, fiscalização e recebimento podem ser objetivamente definidos no edital, neste Termo de Referência e em seus anexos, mediante especificações usuais de mercado, parâmetros técnicos verificáveis e critérios objetivos de medição.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela natureza continuada, parcelada, variável e sob demanda do consumo de combustíveis, pela impossibilidade de definição exata do consumo futuro, pela necessidade de atendimento simultâneo a múltiplas unidades administrativas e pela inexistência de obrigação de consumo integral dos quantitativos estimados pela Administração.



2.4. A contratação observará os princípios do planejamento, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, competitividade, julgamento objetivo, transparência, segregação de funções, motivação, segurança jurídica, interesse público, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa, conforme a Constituição Federal e os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A modelagem por maior percentual de desconto sobre o preço de bomba ou sobre o preço praticado no ponto fluvial revela-se compatível com a natureza dinâmica do mercado de combustíveis, permitindo aderência às variações ordinárias de mercado, redução de pedidos recorrentes de reequilíbrio econômico-financeiro e maior transparência na apuração do valor efetivamente devido pela Administração.

2.6. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os parâmetros e elementos descritivos previstos no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, contemplando a definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução como um todo, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão e fiscalização, critérios de medição e pagamento, forma e critérios de seleção do fornecedor, estimativa do valor da contratação e adequação orçamentária, observados o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa de preços e os demais documentos da fase preparatória.

2.7. A contratação deverá observar o alinhamento ao Plano de Contratações Anual – PCA, quando existente, ao planejamento setorial das Secretarias demandantes, ao Plano Diretor de Logística Sustentável ou instrumento equivalente, e aos demais instrumentos de planejamento da Administração.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação visa garantir o fornecimento contínuo, eficiente, rastreável, seguro e economicamente vantajoso de combustíveis destinados à frota oficial do Município de Tarauacá/AC, abrangendo veículos terrestres, máquinas, equipamentos e embarcações utilizados na execução de políticas públicas e atividades institucionais.

3.2. O abastecimento de combustíveis constitui insumo estratégico e indispensável à continuidade dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, agricultura, meio ambiente, esporte, cultura, comunicação, defesa civil e administração geral, viabilizando o deslocamento de equipes, usuários, materiais, insumos e equipamentos.

3.3. A realidade geográfica e logística de Tarauacá/AC, marcada por extensa área territorial, comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e regiões de difícil acesso, impõe à Administração a necessidade de solução capaz de atender, de forma integrada, deslocamentos urbanos, rurais, intermunicipais e fluviais.

3.4. A demanda terrestre extrapola os limites territoriais do Município, com deslocamentos



frequentes para Cruzeiro do Sul/AC e Rio Branco/AC, inclusive para transporte de pacientes em tratamento de hemodiálise, capacitações, agendas administrativas, atendimento perante órgãos de controle, articulações institucionais e execução de políticas públicas regionalizadas.

3.5. O modelo anteriormente utilizado, embora tenha atendido parcialmente ao interesse público, apresenta limitações relevantes, especialmente quanto à ausência de sistema informatizado de gestão, restrição territorial do fornecimento, baixa rastreabilidade por veículo, fragilidade na geração de relatórios gerenciais e insuficiência de mecanismos de controle em tempo real.

3.6. A nova modelagem não representa mera substituição contratual, mas reestruturação da gestão do abastecimento municipal, mediante implantação de controle informatizado, rede credenciada regional, transparência dos dados, rastreabilidade das operações, eliminação de reembolsos diretos a servidores e fortalecimento da governança contratual.

3.7. Para a frota fluvial, o fornecimento direto em ponto autorizado/licenciado no Município de Tarauacá/AC mostra-se indispensável ao atendimento de comunidades ribeirinhas, indígenas e de difícil acesso, ao transporte escolar fluvial, às ações itinerantes de saúde, ao apoio à assistência social, às atividades de agricultura e meio ambiente e às operações emergenciais em períodos de alagação ou estiagem.

3.8. A adoção do critério de maior percentual de desconto sobre o preço de bomba ou sobre o preço praticado no ponto fluvial vigente no momento do abastecimento é adequada à volatilidade do mercado de combustíveis, reduz a necessidade de reequilíbrios frequentes, confere aderência às condições reais de mercado e permite maior transparência na formação do valor final pago pela Administração.

3.9. A contratação também se justifica pelo fato de o Município não dispor de estrutura própria, licenciada e adequada para armazenamento de combustíveis, razão pela qual a utilização de rede credenciada para a frota terrestre e de ponto fluvial autorizado/licenciado para as embarcações representa solução mais segura, eficiente, regular e compatível com as normas ambientais, operacionais, regulatórias e de segurança aplicáveis.

3.10. No caso da frota terrestre, a adoção de rede credenciada ampla visa garantir pluralidade de pontos de abastecimento, continuidade operacional mesmo em situações adversas, redução da dependência de poucos fornecedores e mitigação de riscos de desabastecimento, racionamento, paralisação de serviços essenciais ou necessidade de pagamentos diretos por servidores.

3.11. A solução proposta fortalece a operacionalidade da frota de veículos, máquinas, equipamentos e embarcações — próprios ou locados — indispensáveis à execução de serviços como transporte escolar, deslocamento de pacientes, ações de saúde itinerante, execução de programas sociais, manutenção da infraestrutura urbana e rural, apoio às atividades agrícolas, ambientais, culturais, esportivas, administrativas e de defesa civil.



3.12. Em relação ao abastecimento fluvial, a contratação mostra-se indispensável diante das características territoriais do Município, nas quais o transporte por embarcações constitui, em diversas localidades, meio essencial ou único para deslocamento de pessoas, equipes, insumos, materiais e equipamentos públicos.

3.13. O fornecimento fluvial atende especialmente às demandas das Secretarias de Educação, Saúde, Promoção Social, Agricultura, Meio Ambiente e Defesa Civil, viabilizando transporte escolar fluvial, atendimento a comunidades ribeirinhas e indígenas, ações itinerantes, entrega de insumos, apoio humanitário e resposta a situações emergenciais decorrentes de alagação, estiagem ou isolamento territorial.

3.14. A ausência de contratação adequada comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos, podendo ocasionar paralisação de atividades essenciais, prejuízos à população, desassistência a comunidades de difícil acesso, fragilidade no atendimento de saúde, educação e assistência social, bem como riscos à segurança operacional da Administração.

3.15. Assim, a contratação revela-se necessária, adequada, proporcional e vantajosa, pois assegura abastecimento contínuo, amplia a capacidade de controle da Administração, reduz riscos operacionais, fortalece a governança pública, melhora a rastreabilidade da despesa e garante condições materiais para a continuidade dos serviços públicos essenciais no Município de Tarauacá/AC.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste na contratação, por Sistema de Registro de Preços, de serviços e fornecimentos voltados ao abastecimento da frota municipal, estruturada em dois lotes distintos, autônomos e tecnicamente independentes, definidos conforme as diferenças operacionais, logísticas, tecnológicas e regulatórias entre a frota terrestre e a frota fluvial.

4.2. O Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre compreenderá a contratação de empresa especializada em gestão, administração ou gerenciamento de abastecimento, responsável por disponibilizar sistema informatizado e rede credenciada de postos aptos ao atendimento da frota terrestre municipal, própria e locada, composta por veículos, máquinas e equipamentos.

4.3. A solução do Lote 1 deverá assegurar controle individualizado por veículo, identificação de placa, condutor ou usuário autorizado, unidade administrativa demandante, tipo e quantidade de combustível, preço de bomba praticado pelo posto credenciado no momento do abastecimento, percentual de desconto aplicado, valor final da operação, data, horário, local do abastecimento, registro de odômetro, emissão de relatórios gerenciais, auditoria e rastreabilidade integral das transações.



4.4. O Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial compreenderá o fornecimento direto de combustíveis em ponto de abastecimento fluvial autorizado/licenciado, localizado no Município de Tarauacá/AC, compatível com as particularidades das embarcações utilizadas pela Administração e com a dinâmica de atendimento às comunidades ribeirinhas, indígenas, rurais e demais localidades acessíveis por rios, igarapés ou áreas de difícil deslocamento terrestre.

4.5. A divisão em lotes justifica-se pela distinção objetiva entre as formas de execução: enquanto o Lote 1 exige solução tecnológica, rede credenciada, controle informatizado, rastreabilidade eletrônica e abastecimento em trânsito, o Lote 2 demanda fornecimento direto em ponto fluvial, com observância das normas ambientais, regulatórias, fiscais, operacionais e de segurança aplicáveis à atividade.

4.6. A modelagem adotada preserva a competitividade, permite a participação de fornecedores com capacidades operacionais específicas, evita a concentração artificial de objetos distintos e assegura maior eficiência na gestão, fiscalização, responsabilização e controle da execução contratual.

4.7. A solução será executada sob demanda, sem obrigação de consumo mínimo pela Administração, com pagamento vinculado exclusivamente ao volume efetivamente abastecido, autorizado, registrado, comprovado, fiscalizado e liquidado, observado o percentual de desconto contratado em cada lote.

4.8. A adoção do critério de julgamento por maior percentual de desconto permite que a Administração acompanhe as oscilações ordinárias do mercado de combustíveis, sem fixação rígida de preço por litro, preservando a economicidade, a transparência, a competitividade e a estabilidade da execução contratual.

4.9. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto ofertado por lote, observadas as formas específicas de incidência do desconto estabelecidas para cada solução.

4.10. Para o Lote 1, o percentual de desconto ofertado incidirá sobre o preço de bomba praticado, no momento do abastecimento, pelo posto integrante da rede credenciada onde a operação for efetivamente realizada, cabendo à contratada garantir a aplicação do desconto, a rastreabilidade da transação e a comprovação do preço-base utilizado.

4.11. Para o Lote 2, o percentual de desconto ofertado incidirá sobre o preço praticado no ponto fluvial autorizado/licenciado no Município de Tarauacá/AC, vigente no momento do fornecimento direto de combustível às embarcações, cabendo à contratada comprovar a regularidade do preço-base utilizado e a aplicação do desconto contratado.

4.12. Em ambos os lotes, os valores unitários referenciais constantes da pesquisa de preços possuem finalidade exclusivamente estimativa e orçamentária, não constituindo preço fixo



contratado, sendo a remuneração efetiva apurada com base no preço praticado no momento e local do abastecimento, deduzido o desconto contratado.

4.13. O julgamento e a adjudicação por lote justificam-se pela necessidade de preservar a unidade técnica, operacional e gerencial de cada solução, especialmente porque, no Lote 1, o abastecimento da frota terrestre está indissociavelmente vinculado ao sistema informatizado de gestão, à rede credenciada, à rastreabilidade das operações e à responsabilidade centralizada da empresa gerenciadora.

4.14. No Lote 2, o julgamento por lote justifica-se pela necessidade de assegurar fornecimento contínuo e integrado à frota fluvial, em ponto autorizado/licenciado, com controle operacional unificado, regularidade ambiental, segurança no abastecimento das embarcações e responsabilização direta da contratada pela execução do fornecimento.

4.15. O fracionamento por item dentro de cada lote poderia comprometer a eficiência da execução, fragilizar a fiscalização, dispersar responsabilidades, dificultar o controle dos saldos, reduzir a rastreabilidade das operações e aumentar o risco de descontinuidade do abastecimento, especialmente em razão da natureza continuada, variável e essencial do objeto.

4.16. A adjudicação por lote, portanto, mostra-se técnica, operacional e economicamente adequada, preservando a competitividade entre fornecedores aptos à execução integral de cada solução, sem prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. DOS QUANTITATIVOS, LOTES E ITENS

5.1. Os quantitativos estimados foram consolidados a partir do histórico de consumo da Administração, da projeção técnica da demanda institucional, da composição e ampliação da frota municipal, dos deslocamentos urbanos, rurais, intermunicipais e fluviais, bem como das necessidades operacionais das Secretarias Municipais, mantendo correspondência com o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a pesquisa de preços e os demais documentos da fase preparatória.

5.2. Os quantitativos possuem natureza estimativa e constituem parâmetro de planejamento, dimensionamento da contratação, formação do valor global máximo e controle dos saldos da Ata de Registro de Preços, não obrigando a Administração ao consumo integral.

5.3. As contratações e os abastecimentos ocorrerão conforme a necessidade efetiva das unidades administrativas, respeitados os quantitativos máximos registrados por lote e por item, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento gerencial interno, nos termos deste Termo de Referência.

5.4. O objeto será estruturado nos seguintes lotes e itens:

5.4.1. Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre:



Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário referencial	Critério
01	Óleo Diesel B S500	Litro	510.000	Conforme Mapa de Preços	Desconto sobre preço de bomba
02	Gasolina automotiva comum (Gasolina C)	Litro	315.000	Conforme Mapa de Preços	Desconto sobre preço de bomba
03	Óleo Diesel B S10	Litro	610.000	Conforme Mapa de Preços	Desconto sobre preço de bomba

5.4.2. Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário referencial	Critério
04	Óleo Diesel B S500 para frota fluvial	Litro	145.000	Conforme Mapa de Preços	Desconto sobre preço de bomba/ponto fluvial
05	Gasolina automotiva comum (Gasolina C) para frota fluvial	Litro	105.000	Conforme Mapa de Preços	Desconto sobre preço de bomba/ponto fluvial

5.5. Os valores unitários referenciais serão aqueles constantes do Mapa Comparativo de Preços e/ou da pesquisa de preços juntada aos autos, servindo exclusivamente para estimativa orçamentária, definição do valor global máximo da contratação, reserva orçamentária quando cabível e controle dos saldos da Ata de Registro de Preços.

5.6. A remuneração efetiva da contratada observará o preço de bomba vigente no dia, horário e local do abastecimento, ou o preço praticado no ponto fluvial no momento do fornecimento, deduzido obrigatoriamente o percentual de desconto contratado.

5.7. Os valores referenciais indicados não constituem preço fixo contratado, tampouco afastam a obrigação de comprovação da regularidade do preço praticado, da aplicação do desconto contratado e da conformidade dos abastecimentos realizados.

5.8. Os quantitativos estimados não geram direito subjetivo à contratação integral, nem obrigação de consumo mínimo, sendo vedado à contratada pleitear indenização, compensação ou reequilíbrio econômico-financeiro exclusivamente em razão de consumo inferior ao estimado.

5.9. A estimativa do valor da contratação, os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo, os parâmetros utilizados e os documentos de suporte constam do Mapa Comparativo de Preços e/ou da pesquisa de preços juntada aos autos, em documento próprio, separado e classificado, conforme a legislação aplicável.

6. DO RATEIO GERENCIAL POR UNIDADE ADMINISTRATIVA



6.1. O rateio dos quantitativos por Secretaria possui natureza estimativa, orientativa e gerencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à organização interna da demanda, ao acompanhamento dos saldos da Ata de Registro de Preços e ao fortalecimento dos mecanismos de controle da execução contratual.

6.2. O rateio não configura limitação absoluta de consumo por unidade administrativa, nem altera a natureza global dos quantitativos registrados por lote e por item, devendo a execução observar a demanda real, a disponibilidade de saldo, a autorização da unidade competente e a preservação do quantitativo global registrado.

6.3. O rateio estimativo do Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre observará a seguinte distribuição gerencial:

Secretaria	Óleo Diesel B S500 (L)	Gasolina Comum (L)	Óleo Diesel B S10 (L)
Administração	10.200	15.750	30.500
Agricultura	25.500	47.250	73.200
Comunicação	5.100	9.450	6.100
Cultura	5.100	9.450	6.100
Educação	51.000	69.300	170.800
Esporte	15.300	9.450	18.300
Meio Ambiente	10.200	22.050	30.500
Obras	357.000	88.200	183.000
Promoção Social	15.300	18.900	42.700
Saúde	15.300	25.200	48.800
TOTAL	510.000	315.000	610.000

6.4. O rateio estimativo do Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial observará a seguinte distribuição gerencial:

Secretaria	Óleo Diesel B S500 (L)	Gasolina Comum (L)
Administração	0	7.350
Agricultura	7.250	23.100
Comunicação	0	8.400
Cultura	14.500	3.150
Educação	58.000	5.250
Esporte	7.250	3.150
Meio Ambiente	0	6.300
Obras	0	29.400
Promoção Social	21.750	3.150
Saúde	36.250	15.750
TOTAL	145.000	105.000

6.5. Será admitido o remanejamento interno dos quantitativos entre Secretarias, desde que observados, cumulativamente:

- justificativa técnica da unidade demandante ou do gestor da Ata;
- autorização da autoridade competente;
- registro formal nos autos do processo ou nos instrumentos de gestão da Ata;
- preservação do quantitativo global estimado por lote e por item;



e) inexistência de alteração do objeto contratado.

6.6. O remanejamento de quantitativos possui finalidade exclusivamente gerencial e não caracteriza acréscimo contratual, alteração qualitativa do objeto ou modificação da Ata de Registro de Preços, desde que preservados os limites globais registrados e a compatibilidade com a finalidade pública da contratação.

7. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, contínua e sob demanda, conforme as necessidades efetivas das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo pela Administração.

7.2. Os abastecimentos somente poderão ser realizados mediante autorização administrativa prévia, emitida por servidor formalmente designado pela Administração, por meio físico ou eletrônico, observadas as regras internas de controle, os limites operacionais previamente definidos, a vinculação ao veículo, máquina, equipamento ou embarcação cadastrada e a finalidade pública da despesa.

7.3. A Administração deverá manter cadastro atualizado dos veículos, máquinas, equipamentos, embarcações, condutores, operadores, unidades administrativas e servidores autorizados, cabendo à contratada observar tais registros como condição para validação das operações de abastecimento.

7.4. Para o Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre, o abastecimento deverá ocorrer exclusivamente em postos integrantes da rede credenciada da contratada, mediante utilização de cartão magnético, tag, aplicativo, voucher eletrônico ou solução tecnológica equivalente, desde que assegurada a identificação individual da operação e a rastreabilidade da despesa.

7.5. O sistema informatizado deverá permitir, no mínimo, o controle por veículo, placa, condutor ou usuário autorizado, unidade administrativa requisitante, tipo de combustível, quantidade abastecida, preço de bomba praticado pelo posto credenciado, valor bruto, percentual de desconto aplicado, valor líquido, data, horário, local do abastecimento e registro do odômetro ou outro parâmetro de controle de consumo, quando aplicável.

7.6. A contratada do Lote 1 deverá disponibilizar e manter rede credenciada apta ao atendimento da frota municipal, contemplando, no mínimo, o Município de Tarauacá/AC e cobertura operacional nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, considerando os deslocamentos intermunicipais frequentes e a necessidade de abastecimento em trânsito.

7.7. A contratada deverá garantir abastecimento da frota terrestre em deslocamento intermunicipal, especialmente nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, conforme exigido neste Termo de Referência, não podendo recusar atendimento sob alegação de limitação



territorial, ausência de posto próprio ou restrição operacional não previamente comunicada e aceita pela Administração.

7.8. Para o Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial, o fornecimento ocorrerá diretamente em ponto fluvial autorizado/licenciado no Município de Tarauacá/AC, conforme demanda formal da Administração, mediante requisição, autorização ou instrumento equivalente emitido por servidor competente.

7.9. O abastecimento da frota fluvial deverá ser registrado mediante documento próprio, físico ou eletrônico, contendo, no mínimo, identificação da embarcação ou unidade solicitante, Secretaria demandante, finalidade do abastecimento, tipo de combustível, quantidade fornecida, preço praticado no ponto fluvial, desconto aplicado, valor final, data, responsável pela autorização, responsável pela retirada/abastecimento e assinatura ou validação do servidor autorizado.

7.10. É vedado o armazenamento irregular de combustíveis pela Administração, devendo o fornecimento ocorrer diretamente nos pontos de abastecimento autorizados, observadas as normas ambientais, regulatórias, fiscais, técnicas, de segurança e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

7.11. A contratada deverá assegurar que o sistema informatizado permita o controle por perfis de acesso, com definição de níveis de autorização, inclusão, bloqueio e acompanhamento de veículos, condutores, usuários, unidades administrativas e limites operacionais, garantindo rastreabilidade e responsabilização por cada operação realizada.

7.12. O sistema deverá permitir o bloqueio automático ou manual de abastecimentos que apresentem inconsistências, tais como ausência de autorização, divergência de veículo, tentativa de abastecimento por usuário não cadastrado, combustível incompatível, consumo atípico, extrapolação de limite previamente definido ou qualquer situação que represente risco ao controle da execução contratual.

7.13. A execução deverá preservar a continuidade dos serviços públicos essenciais, cabendo à contratada adotar providências imediatas em caso de falha, indisponibilidade, desabastecimento, recusa de atendimento, inconsistência no sistema ou qualquer fato capaz de comprometer a regularidade do fornecimento.

8. DA REDE CREDENCIADA E DA DISPONIBILIDADE OPERACIONAL

8.1. A contratada do Lote 1 deverá disponibilizar e manter, durante toda a vigência contratual, rede credenciada suficiente, ativa e operacionalmente apta ao atendimento regular da frota municipal, assegurando continuidade, eficiência, disponibilidade, cobertura geográfica e capacidade de abastecimento compatíveis com as necessidades da Administração.

8.2. A rede credenciada deverá contemplar, no mínimo, atendimento no Município de Tarauacá/AC



e cobertura operacional nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, em razão dos deslocamentos intermunicipais frequentes da frota municipal e da necessidade de abastecimento em trânsito.

8.3. A exigência de rede credenciada não se confunde com subcontratação indevida, constituindo elemento essencial da própria solução contratada, inerente ao modelo de gestão informatizada do abastecimento, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração pela execução, controle, regularidade, rastreabilidade, qualidade e conformidade das operações realizadas.

8.4. Antes da assinatura do contrato ou no prazo de implantação previsto no edital, a contratada deverá apresentar relação dos postos credenciados disponíveis para atendimento, contendo, no mínimo, razão social, CNPJ, endereço, município, telefone, horário de funcionamento, tipos de combustíveis disponíveis e documento que comprove vínculo formal ou anuência expressa do estabelecimento.

8.5. A relação da rede credenciada deverá ser acompanhada de documentos idôneos que demonstrem a regularidade mínima dos estabelecimentos indicados, especialmente quanto à autorização ou regularidade perante a ANP, funcionamento regular, emissão de documentos fiscais e observância das normas ambientais, fiscais, operacionais e de segurança aplicáveis.

8.6. A inclusão, substituição, suspensão ou exclusão de posto credenciado durante a execução contratual deverá ser previamente comunicada à Administração, acompanhada das informações e documentos necessários à validação da regularidade do estabelecimento, sem prejuízo da manutenção da cobertura mínima exigida.

8.7. A indisponibilidade eventual de posto credenciado, falha de atendimento, suspensão de funcionamento, descredenciamento ou qualquer restrição operacional não poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos, cabendo à contratada adotar providências imediatas para assegurar alternativa regular de abastecimento.

8.8. Os postos integrantes da rede credenciada deverão observar as normas da ANP, ambientais, fiscais, de segurança e demais regulamentos aplicáveis à atividade de revenda de combustíveis, permanecendo a contratada responsável por fiscalizar, acompanhar e assegurar a conformidade das operações realizadas em sua rede.

8.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar atualização da relação de postos credenciados, documentos de regularidade, comprovantes de vínculo, evidências de funcionamento ou demais informações necessárias à verificação da capacidade operacional da rede e da continuidade do atendimento.

9. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO



9.1. A contratada do Lote 1 deverá disponibilizar sistema informatizado de gestão do abastecimento, acessível em ambiente web e/ou aplicativo, sem custos adicionais para a Administração, apto ao controle, registro, autorização, acompanhamento, auditoria e rastreabilidade das operações.

9.2. O sistema deverá permitir consulta em tempo real, ou em prazo tecnicamente compatível com a operação, das transações realizadas, com geração de relatórios analíticos e consolidados por veículo, placa, condutor, unidade administrativa, período, tipo de combustível, posto credenciado, valor de bomba, desconto aplicado, valor líquido e odômetro.

9.3. O sistema deverá permitir cadastro, edição, bloqueio e controle de veículos, máquinas, equipamentos, condutores, usuários, unidades administrativas, cartões, tags, aplicativos ou credenciais de acesso, conforme perfis definidos pela Administração.

9.4. O sistema deverá possibilitar a definição de limites operacionais, tipos de combustíveis autorizados, parâmetros de consumo, bloqueios preventivos e alertas de inconsistências, tais como odômetro incompatível, consumo atípico, abastecimento não autorizado, combustível divergente ou tentativa de uso por usuário não cadastrado.

9.5. Cada abastecimento deverá possuir registro individualizado, auditável e rastreável, permitindo a identificação da operação, do veículo, do condutor, da unidade administrativa, do posto credenciado, do preço-base, do desconto aplicado e do valor final devido.

9.6. A contratada deverá assegurar disponibilidade, integridade, segurança e preservação dos dados registrados no sistema, garantindo acesso aos gestores e fiscais durante a vigência contratual e, quando solicitado, após o encerramento, para fins de auditoria, prestação de contas ou controle.

9.7. A contratada deverá prestar suporte técnico aos usuários indicados pela Administração, inclusive para implantação, parametrização inicial, treinamento básico, correção de inconsistências, emissão de relatórios e solução de falhas operacionais.

10. DO CRITÉRIO DE DESCONTO E DA REMUNERAÇÃO

10.1. O critério de julgamento será o de menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto ofertado por lote, observadas as formas específicas de incidência do desconto definidas neste Termo de Referência e no edital.

10.2. Para o Lote 1, o percentual de desconto ofertado incidirá sobre o preço de bomba praticado, no momento do abastecimento, pelo posto integrante da rede credenciada onde a operação for efetivamente realizada.

10.3. Para o Lote 2, o percentual de desconto ofertado incidirá sobre o preço praticado no ponto fluvial autorizado/licenciado no Município de Tarauacá/AC, vigente no momento do fornecimento



direto às embarcações.

10.4. O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora constituirá elemento fixo da proposta e permanecerá invariável durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, ressalvadas apenas as hipóteses legais de revisão devidamente comprovadas e formalmente autorizadas pela Administração.

10.5. O valor devido pela Administração em cada abastecimento corresponderá ao preço praticado no dia, horário e local do fornecimento, deduzido obrigatoriamente o percentual de desconto contratado.

10.6. Os valores unitários constantes das planilhas estimativas possuem caráter exclusivamente referencial, destinando-se ao dimensionamento da contratação, à estimativa orçamentária e ao controle dos saldos registrados, não constituindo preço fixo por litro nem limite automático de preço na execução.

10.7. A contratada deverá comprovar o preço-base praticado no momento do abastecimento sempre que solicitado pela fiscalização, mediante relatório do sistema, cupom fiscal, nota fiscal, registro eletrônico da operação, fotografia do painel de preços ou outro meio idôneo aceito pela Administração, sem prejuízo de diligências de verificação.

10.8. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, pesquisas locais, consultas a bases públicas, levantamentos de mercado ou comparação com preços praticados por outros postos da região, inclusive ANP, pesquisa local ou outros meios oficiais ou idôneos, para verificar a compatibilidade do preço-base utilizado para aplicação do desconto contratado.

10.9. Constatada divergência relevante, preço manifestamente superior ao praticado no mercado local ou indício de manipulação do preço-base, a Administração poderá suspender o pagamento da parcela controvertida, instaurar procedimento de apuração, glosar valores indevidos e adotar as medidas administrativas cabíveis.

11. DA VEDAÇÃO AO REEMBOLSO DIRETO A SERVIDORES

11.1. A presente contratação tem como uma de suas finalidades eliminar práticas operacionais frágeis e de baixa rastreabilidade, especialmente o abastecimento de veículos, máquinas, equipamentos ou embarcações mediante pagamento direto por servidor, condutor ou agente público, com posterior solicitação de reembolso à Administração.

11.2. Após a implantação do sistema de gestão, da rede credenciada ou do ponto de fornecimento fluvial contratado, os abastecimentos deverão ocorrer exclusivamente pelos meios autorizados neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, observados os mecanismos de autorização, registro, controle, fiscalização e comprovação da despesa.



11.3. Somente será admitido abastecimento mediante reembolso em situação absolutamente excepcional, devidamente justificada, previamente autorizada pela autoridade competente sempre que possível, formalmente registrada nos autos e acompanhada dos documentos comprobatórios da despesa, da finalidade pública, da impossibilidade de utilização da solução contratada e da compatibilidade do preço praticado.

11.4. A hipótese excepcional prevista no subitem anterior não poderá ser utilizada como prática recorrente, substitutiva ou paralela à execução contratual, devendo ser objeto de controle específico pela Administração e comunicação ao fiscal ou gestor do contrato.

11.5. A vedação ao reembolso direto busca fortalecer a rastreabilidade da despesa, a transparência, o controle interno, a padronização dos procedimentos, a segurança jurídica da execução contratual e a prevenção de pagamentos sem adequada comprovação ou vinculação ao interesse público.

12. DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DO CONSUMO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da atuação do gestor do contrato e dos órgãos de controle interno e externo.

12.2. Compete à fiscalização acompanhar a execução do objeto, conferir os abastecimentos realizados, validar relatórios, verificar a compatibilidade do consumo com a frota, as rotas, as atividades executadas e os limites autorizados, atestar notas fiscais ou instrumentos equivalentes e comunicar ao gestor do contrato quaisquer inconsistências, irregularidades ou riscos à adequada execução contratual.

12.3. A fiscalização da execução contratual deverá observar, de forma contínua, sistemática e documentada, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) regularidade dos abastecimentos realizados, quanto à frequência, volume, local, horário e aderência às autorizações emitidas;
- b) compatibilidade entre o combustível fornecido e o veículo, máquina, equipamento ou embarcação abastecida;
- c) registro de odômetro, horímetro ou outro parâmetro de controle de consumo, quando aplicável, com análise de coerência entre quilometragem, horas de uso, atividade executada e consumo registrado;
- d) correta aplicação do percentual de desconto contratado sobre o preço-base praticado no momento e local do abastecimento;
- e) identificação do condutor, operador, servidor ou usuário responsável pelo abastecimento;



- f) existência de autorização administrativa formal para cada abastecimento, conforme regras internas da Administração;
- g) conformidade dos combustíveis fornecidos com as especificações técnicas e normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- h) identificação de consumo incompatível, excessivo, atípico ou fora dos padrões operacionais esperados;
- i) consistência das informações constantes nos relatórios do sistema, notas fiscais, cupons fiscais, requisições, autorizações e demais documentos comprobatórios;
- j) correspondência entre os registros eletrônicos, documentos fiscais e a execução real dos abastecimentos;
- k) eventual ocorrência de falhas operacionais, indisponibilidade de sistema, inconsistências de dados, recusa de atendimento ou irregularidades na execução contratual;
- l) manutenção da rede credenciada mínima exigida, quando se tratar do Lote 1;
- m) regularidade documental e operacional do ponto de fornecimento fluvial, quando se tratar do Lote 2.

12.4. A fiscalização poderá solicitar, a qualquer tempo, relatórios complementares, logs de sistema, registros de abastecimento, cupons fiscais, notas fiscais, comprovantes de preço de bomba, autorizações, imagens, documentos regulatórios, licenças, informações da rede credenciada ou quaisquer outros elementos necessários à verificação da regularidade da execução.

12.5. A Administração poderá glosar valores referentes a abastecimentos não autorizados, inconsistentes, duplicados, sem identificação mínima, sem comprovação idônea, com divergência relevante de dados, sem aplicação correta do desconto contratado ou em desconformidade com o edital, o contrato, a Ata de Registro de Preços ou este Termo de Referência.

12.6. A identificação de irregularidade sistêmica, fraude, inconsistência relevante, consumo incompatível ou risco de dano ao erário poderá ensejar retenção cautelar da parcela controvertida até a conclusão da apuração administrativa, assegurado o pagamento da parcela incontroversa, quando possível.

12.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, determinar o bloqueio preventivo de veículos, máquinas, equipamentos, embarcações, condutores, usuários, cartões, tags, aplicativos, senhas ou unidades administrativas no sistema de gestão, sempre que identificada inconsistência, suspeita de



uso indevido, abastecimento incompatível, risco de dano ao erário ou necessidade de controle operacional.

12.8. O bloqueio preventivo não dependerá de prévia anuência da contratada, devendo ser imediatamente executado no sistema, sem prejuízo da posterior apuração dos fatos e da adoção das medidas administrativas cabíveis.

12.9. As ocorrências relevantes verificadas pela fiscalização deverão ser registradas formalmente nos autos ou no sistema de gestão contratual, com indicação da data, descrição do fato, documentos de suporte, providências adotadas, prazo para correção e eventual recomendação de glosa, advertência, sanção ou rescisão contratual.

13. DOS DOCUMENTOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado exclusivamente com base no consumo efetivamente realizado, autorizado, registrado, comprovado, fiscalizado e liquidado, mediante apresentação de nota fiscal ou documento fiscal equivalente, acompanhado dos documentos comprobatórios da execução.

13.2. Para o Lote 1, a nota fiscal deverá estar acompanhada de relatório analítico emitido pelo sistema informatizado de gestão, contendo, no mínimo:

- a) data e horário do abastecimento;
- b) identificação do posto credenciado;
- c) município/local do abastecimento;
- d) veículo, máquina ou equipamento abastecido;
- e) placa ou identificação equivalente;
- f) condutor, operador ou usuário autorizado;
- g) Secretaria ou unidade administrativa requisitante;
- h) tipo de combustível;
- i) quantidade abastecida;
- j) preço de bomba praticado no momento do abastecimento;
- k) percentual de desconto contratado aplicado;
- l) valor bruto da operação;
- m) valor líquido devido;
- n) odômetro, horímetro ou outro parâmetro de controle informado, quando aplicável;
- o) número da autorização, requisição, cartão, tag, aplicativo, voucher ou credencial utilizada na operação.

13.3. Para o Lote 2, a nota fiscal deverá estar acompanhada das autorizações de fornecimento, requisições ou documentos equivalentes, físicos ou eletrônicos, devidamente assinados ou validados por servidor autorizado, contendo, no mínimo:

- a) identificação da Secretaria ou unidade demandante;



- b) data do fornecimento;
- c) identificação da embarcação, unidade solicitante ou finalidade do abastecimento;
- d) tipo de combustível;
- e) quantidade fornecida;
- f) preço praticado no ponto fluvial no momento do fornecimento;
- g) percentual de desconto contratado aplicado;
- h) valor bruto da operação;
- i) valor líquido devido;
- j) identificação do servidor responsável pela autorização;
- k) identificação do servidor ou responsável pelo recebimento/abastecimento.

13.4. A documentação apresentada deverá permitir a conferência objetiva da execução contratual, da autorização administrativa, da quantidade fornecida, do preço-base utilizado, da aplicação do desconto contratado e da vinculação do abastecimento à finalidade pública.

13.5. O pagamento ficará condicionado ao atesto do fiscal do contrato, à regular liquidação da despesa, à comprovação da regularidade fiscal, social, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como à inexistência de pendências documentais, inconsistências ou irregularidades que impeçam a liquidação.

13.6. Havendo erro, divergência, inconsistência, ausência de documento obrigatório, indício de cobrança indevida ou parcela controvertida, a Administração poderá suspender a liquidação ou glosar a parcela questionada, realizando, quando possível, o pagamento da parte incontroversa.

13.7. A apresentação de nota fiscal ou documento fiscal equivalente sem os relatórios, requisições, autorizações ou documentos mínimos exigidos neste Termo de Referência impedirá a liquidação da despesa até a regularização da pendência pela contratada.

13.8. O prazo de pagamento somente terá início após a apresentação regular da documentação exigida, a conferência pela fiscalização, o atesto da execução e a liquidação da despesa, nos termos da legislação aplicável.

14. DA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS E DAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

14.1. Os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e normas regulatórias vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como às normas ambientais, fiscais, de segurança e operacionais aplicáveis ao armazenamento, manuseio, transporte, revenda e fornecimento de combustíveis.

14.2. A gasolina automotiva comum, o Óleo Diesel B S10 e o Óleo Diesel B S500 deverão observar as especificações técnicas vigentes da ANP, inclusive quanto à composição, teor de biocombustível, qualidade, procedência, armazenamento, transporte e comercialização.



14.3. É vedado o fornecimento de combustível adulterado, contaminado, fora das especificações legais, sem origem comprovada ou que possa comprometer o desempenho, a segurança, a durabilidade ou a integridade dos veículos, máquinas, equipamentos e embarcações da Administração.

14.4. Os postos integrantes da rede credenciada e o ponto de abastecimento fluvial deverão observar, no que couber, as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis à atividade, incluindo normas da ANP, Resolução CONAMA nº 273/2000, NR-20 e normas técnicas da ABNT pertinentes à operação e manutenção de instalações de abastecimento.

14.5. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, documentos que comprovem a regularidade, procedência e qualidade dos combustíveis fornecidos, incluindo notas fiscais de aquisição, certificados, laudos, relatórios de análise, comprovantes de origem ou outros documentos idôneos que permitam verificar a conformidade dos produtos.

14.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar coleta de amostras, diligências, conferências, inspeções, solicitações documentais ou outros procedimentos de controle de qualidade, diretamente ou por meio de órgão técnico competente.

14.7. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar, no prazo definido pela Administração, documentos comprobatórios da procedência, regularidade e conformidade dos combustíveis fornecidos.

14.8. Constatada irregularidade na qualidade, procedência, composição, armazenamento, transporte ou fornecimento do combustível, a contratada deverá adotar providências imediatas para substituição do produto, correção da irregularidade e mitigação de eventuais danos causados à Administração.

14.9. O fornecimento de combustível adulterado, contaminado, fora das especificações da ANP, sem origem comprovada ou em desconformidade com as normas aplicáveis caracterizará infração grave, sujeitando a contratada à glosa dos valores, reparação de danos, aplicação das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, rescisão contratual, quando cabível, e comunicação aos órgãos reguladores e de fiscalização competentes.

15. DA MATRIZ DE RISCOS OPERACIONAIS

15.1. Para fins de planejamento, gestão, fiscalização e controle da execução contratual, deverão ser considerados, entre outros, os riscos operacionais, logísticos, regulatórios, tecnológicos, ambientais e de integridade relacionados à contratação, especialmente aqueles capazes de comprometer a continuidade do abastecimento, a regularidade da despesa, a qualidade dos combustíveis, a rastreabilidade das operações ou a prestação dos serviços públicos essenciais.

15.2. Constituem riscos relevantes da contratação, sem prejuízo de outros identificados durante a



execução:

- a) desabastecimento local, regional ou interrupção temporária da cadeia de fornecimento de combustíveis;
- b) indisponibilidade, suspensão, descredenciamento ou incapacidade operacional de posto integrante da rede credenciada;
- c) falha, instabilidade, indisponibilidade ou inconsistência do sistema informatizado de gestão do abastecimento;
- d) abastecimento de veículo, máquina, equipamento, embarcação, condutor, operador ou usuário não autorizado;
- e) ausência, erro ou inconsistência no registro de odômetro, horímetro ou outro parâmetro de controle de consumo;
- f) consumo incompatível, excessivo, atípico ou divergente da média operacional esperada para o veículo, equipamento, embarcação, rota ou atividade executada;
- g) fornecimento de combustível adulterado, contaminado, sem origem comprovada ou fora das especificações técnicas e padrões de qualidade definidos pela ANP;
- h) falhas na emissão de relatórios, notas fiscais, cupons fiscais, registros eletrônicos, requisições ou demais documentos comprobatórios da execução;
- i) dificuldades logísticas decorrentes das condições da BR-364, alagações, estiagem, isolamento territorial, eventos climáticos ou situações emergenciais;
- j) paralisação, atraso ou restrição na execução de serviços públicos essenciais por ausência de combustível;
- k) manipulação, divergência relevante ou incompatibilidade do preço-base utilizado para aplicação do percentual de desconto contratado;
- l) descumprimento de normas ambientais, regulatórias, fiscais, trabalhistas, de segurança e saúde no trabalho, inclusive aquelas relacionadas à ANP, CONAMA, NR-20, Corpo de Bombeiros e normas técnicas aplicáveis;
- m) vazamento, derramamento, armazenamento irregular, transporte inadequado ou ocorrência ambiental relacionada ao fornecimento de combustíveis;



n) uso indevido de cartões, tags, aplicativos, senhas, credenciais ou perfis de acesso;

o) ausência de plano de contingência, falha na comunicação de eventos críticos ou demora injustificada na adoção de medidas corretivas.

15.3. A contratada deverá adotar medidas preventivas, corretivas e de contingência para mitigar os riscos relacionados à execução do objeto, especialmente aqueles capazes de comprometer a continuidade dos serviços públicos, a segurança das operações, a regularidade ambiental, a qualidade dos combustíveis, a rastreabilidade da despesa e a economicidade da contratação.

15.4. A ocorrência de eventos que possam impactar o abastecimento, a disponibilidade da rede credenciada, o funcionamento do sistema, a regularidade do ponto fluvial, a qualidade do combustível ou a continuidade da execução deverá ser comunicada imediatamente à Administração, com indicação objetiva do fato ocorrido, extensão do impacto, medidas adotadas, prazo estimado de normalização e responsáveis pelo acompanhamento.

15.5. A contratada deverá manter plano de contingência operacional, atualizado durante toda a vigência contratual, para mitigação de riscos de desabastecimento, falha de sistema, indisponibilidade de posto credenciado, interrupção de atendimento, irregularidade no ponto fluvial, dificuldades logísticas decorrentes da BR-364, alagações, estiagem, isolamento territorial ou outros eventos capazes de comprometer a continuidade da execução contratual.

15.6. O plano de contingência deverá indicar, no mínimo:

a) meios alternativos de atendimento e abastecimento;

b) canais de comunicação com a Administração;

c) responsáveis operacionais pela execução das medidas de contingência;

d) prazos máximos de resposta e de normalização;

e) procedimentos para registro e posterior regularização das operações realizadas em situação excepcional;

f) medidas para preservação da rastreabilidade, autorização administrativa, aplicação do desconto contratado e comprovação documental da despesa;

g) providências corretivas destinadas à prevenção de reincidência;

h) medidas destinadas à preservação da continuidade dos serviços públicos essenciais.



15.7. A identificação de risco materializado, falha recorrente, ausência de providência corretiva, omissão de comunicação, descumprimento do plano de contingência ou comprometimento da continuidade do abastecimento poderá ensejar glosa de valores, retenção cautelar da parcela controvertida, aplicação de sanções administrativas, rescisão contratual, quando cabível, e comunicação aos órgãos de controle, fiscalização ou regulação competentes.

15.8. A matriz de riscos operacionais deverá orientar a atuação do gestor e dos fiscais do contrato, sem prejuízo da elaboração de mapa de riscos próprio na fase preparatória e de sua atualização durante a execução, sempre que surgirem eventos relevantes, alterações operacionais, falhas recorrentes ou necessidade de aprimoramento dos controles.

15.9. O contrato ou instrumento equivalente deverá refletir a alocação de riscos definida na matriz de riscos constante deste Termo de Referência, especialmente quanto:

- a) às hipóteses de alteração contratual para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando o evento estiver alocado como risco não suportado pela parte que pleiteia o reequilíbrio;
- b) à possibilidade de extinção contratual, quando o evento de risco configurar situação que impeça ou torne excessivamente onerosa a continuidade da execução;
- c) à eventual exigência de seguros ou garantias, quando previstos no contrato, cujos custos deverão estar considerados na proposta da contratada.

15.10. A ocorrência dos riscos previstos neste item deverá ser analisada conforme sua natureza, distinguindo-se:

- a) riscos inerentes à atividade econômica e operacional da contratada, que não ensejam reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) riscos decorrentes de caso fortuito, força maior ou fatos alheios à vontade das partes, que poderão ensejar medidas de reequilíbrio, quando comprovado impacto relevante na execução;
- c) riscos decorrentes de falha, omissão, dolo ou culpa da contratada, que ensejarão a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA REDE CREDENCIADA

16.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto, nem a transferência integral da responsabilidade contratual a terceiros, em observância à natureza da contratação, à necessidade de controle da execução e à responsabilidade direta da contratada perante a Administração.

16.2. No Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre, a utilização de rede credenciada de postos revendedores não será considerada subcontratação irregular, por constituir



elemento essencial, inerente e indispensável ao modelo de gestão informatizada do abastecimento.

16.3. A rede credenciada integra a forma de execução do Lote 1, cabendo à contratada gerenciadora disponibilizar, manter, atualizar e fiscalizar os postos credenciados, assegurando que as operações realizadas observem as exigências deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços, do contrato e das normas regulatórias, ambientais, fiscais, operacionais e de segurança aplicáveis.

16.4. A contratada permanecerá integralmente responsável perante a Administração por todos os atos, omissões, falhas, irregularidades ou danos praticados no âmbito da rede credenciada, inclusive quanto à qualidade do combustível, regularidade das operações, aplicação correta do desconto contratado, emissão de documentos fiscais, conformidade dos registros, rastreabilidade das transações, atendimento às exigências contratuais e observância das normas da ANP, ambientais, fiscais e de segurança aplicáveis.

16.5. A inclusão, substituição, suspensão ou exclusão de postos credenciados não poderá comprometer a cobertura mínima exigida, a continuidade do abastecimento ou a qualidade da execução, devendo ser comunicada à Administração e acompanhada dos documentos necessários à validação da regularidade do estabelecimento.

16.6. No Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial, a execução deverá ocorrer diretamente pela contratada vencedora em ponto fluvial autorizado/licenciado e regularmente comprovado no processo, vedada a transferência da responsabilidade contratual ou a utilização de terceiros não autorizados para execução do fornecimento.

16.7. Qualquer alteração na estrutura operacional utilizada para execução do Lote 2, inclusive mudança de ponto de abastecimento, operador, local de fornecimento ou documento regulatório essencial, dependerá de prévia comunicação, análise e autorização formal da Administração, sem prejuízo da manutenção das condições de habilitação, regularidade ambiental, segurança operacional e atendimento às normas da ANP.

16.8. A utilização indevida de terceiros, a transferência não autorizada da execução, a ausência de controle sobre a rede credenciada ou a perda das condições de regularidade dos estabelecimentos utilizados poderá caracterizar infração contratual grave, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

17. DA MANUTENÇÃO DO DESCONTO REGISTRADO

17.1. Considerando que a contratação será realizada pelo critério de maior percentual de desconto incidente sobre o preço de bomba vigente no momento e local do abastecimento, não haverá fixação de preço unitário imutável por litro de combustível, sendo a remuneração variável conforme as condições de mercado.



17.2. O percentual de desconto ofertado pela contratada constituirá elemento fixo da proposta e permanecerá invariável durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, não sendo admitida sua revisão em razão de variações ordinárias de mercado.

17.3. As variações ordinárias dos preços dos combustíveis, decorrentes da dinâmica do mercado, serão automaticamente refletidas no preço de bomba praticado no momento do abastecimento, sobre o qual incidirá o desconto contratado, não caracterizando, por si só, hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro.

17.4. A revisão do equilíbrio econômico-financeiro somente será admitida nas hipóteses legalmente previstas, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação inequívoca de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere de forma extraordinária e relevante a equação econômico-financeira do contrato.

17.5. Não serão considerados como fundamento para revisão contratual os eventos inerentes à atividade econômica do setor de combustíveis, tais como oscilações normais de preços, variações de oferta e demanda, ajustes periódicos praticados por distribuidores ou revendedores, ou alterações ordinárias do mercado.

17.6. O eventual pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente instruído pela contratada, com apresentação de documentação idônea, memória de cálculo, demonstração analítica do impacto econômico-financeiro e nexos causal entre o evento alegado e a alteração da equação contratual, sujeitando-se à análise técnica e decisão motivada da Administração.

17.7. A mera redução de margem de lucro ou expectativa de resultado econômico não caracteriza desequilíbrio contratual apto a justificar revisão, devendo a proposta da licitante considerar os riscos ordinários da atividade econômica e as condições do mercado.

18. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA FORMA DE DISPUTA

18.1. O julgamento será realizado por lote, adotando-se o critério de menor preço, aferido pelo maior percentual de desconto ofertado, observadas as formas específicas de incidência do desconto para cada lote, nos termos do edital e deste Termo de Referência.

18.2. No Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre, será considerada vencedora a licitante que ofertar o maior percentual de desconto aplicável aos abastecimentos realizados na rede credenciada, devendo o desconto incidir sobre o preço de bomba praticado pelo posto credenciado no momento da transação.

18.3. No Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial, será considerada vencedora a licitante que ofertar o maior percentual de desconto aplicável ao fornecimento direto de combustíveis no ponto fluvial autorizado/licenciado localizado no Município de Tarauacá/AC,



devendo o desconto incidir sobre o preço praticado no momento do fornecimento.

18.4. O percentual de desconto deverá ser expresso em algarismos e por extenso, limitado a duas casas decimais, e deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos, custos administrativos, operacionais, tecnológicos, logísticos e demais despesas incidentes.

18.5. A adjudicação por lote justifica-se pela necessidade de preservar a unidade técnica, operacional e gerencial de cada solução, evitando a dispersão de responsabilidades, a fragmentação da execução, a dificuldade de fiscalização e o risco de descontinuidade do abastecimento.

18.6. No Lote 1, o julgamento por lote mostra-se necessário porque o abastecimento da frota terrestre está integrado ao sistema informatizado de gestão, à rede credenciada, ao controle por veículo, à rastreabilidade das transações e à responsabilidade centralizada da empresa gerenciadora.

18.7. No Lote 2, o julgamento por lote justifica-se pela necessidade de assegurar fornecimento contínuo e integrado à frota fluvial, em ponto autorizado/licenciado, com regularidade ambiental, segurança operacional e controle unificado do abastecimento das embarcações.

18.8. Os valores unitários referenciais constantes das planilhas e da pesquisa de preços possuem caráter meramente estimativo, não constituindo preço fixo contratado, servindo apenas para dimensionamento da contratação, planejamento orçamentário, julgamento da vantajosidade e controle dos saldos da Ata de Registro de Preços.

19. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO LOTE 1 - GESTÃO INFORMATIZADA DA FROTA TERRESTRE

19.1. A contratada deverá disponibilizar, no prazo previsto no edital ou no contrato, sistema informatizado de gestão de abastecimento, acessível por ambiente web e/ou aplicativo, com perfis de acesso diferenciados para gestores, fiscais, administradores do sistema e usuários autorizados pela Administração.

19.2. O sistema deverá permitir o cadastro, parametrização, controle, bloqueio e acompanhamento de veículos próprios e locados, máquinas, equipamentos, condutores autorizados, unidades administrativas, limites de consumo, tipos de combustíveis autorizados, histórico de abastecimentos, odômetro ou parâmetro equivalente, localização do abastecimento, data, horário, posto credenciado, preço de bomba, desconto aplicado, valor bruto e valor líquido da operação.

19.3. A operação de abastecimento poderá ocorrer por cartão magnético, tag, aplicativo, voucher eletrônico ou tecnologia equivalente, desde que assegure a vinculação individual da transação ao veículo, condutor ou usuário autorizado, impeça abastecimentos sem identificação válida e permita a rastreabilidade integral da despesa.



19.4. A contratada deverá manter rede credenciada ativa, regular e operacionalmente apta ao atendimento no Município de Tarauacá/AC e cobertura operacional nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, a fim de viabilizar o abastecimento local, em trânsito e em deslocamentos institucionais intermunicipais.

19.5. A contratada deverá assegurar que os postos credenciados observem as normas da ANP, ambientais, fiscais, operacionais e de segurança aplicáveis, mantenham regularidade de funcionamento e forneçam combustíveis dentro dos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente e por este Termo de Referência.

19.6. A contratada deverá assegurar disponibilidade contínua do sistema informatizado de gestão do abastecimento, com nível mínimo de disponibilidade mensal de 99%, ressalvadas manutenções programadas previamente comunicadas à Administração e eventos de força maior devidamente comprovados.

19.7. As manutenções programadas do sistema deverão ser comunicadas previamente à Administração, com antecedência mínima razoável, preferencialmente fora dos horários de maior utilização, de modo a não comprometer a continuidade dos abastecimentos essenciais.

19.8. As falhas, instabilidades ou indisponibilidades do sistema deverão ser comunicadas imediatamente à Administração, devendo a contratada restabelecer a plena operação em prazo máximo de 24 horas, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela fiscalização.

19.9. Durante eventual indisponibilidade do sistema, a contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial de abastecimento previamente aprovado pela Administração, garantindo registro posterior integral das operações, com preservação da rastreabilidade, da autorização administrativa, da identificação do veículo/conductor, do preço-base utilizado e da aplicação do desconto contratado.

19.10. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico aos usuários indicados pela Administração, inclusive para cadastramento, parametrização, bloqueios, desbloqueios, emissão de relatórios, correção de inconsistências, treinamento inicial e orientação operacional durante a execução contratual.

19.11. A contratada deverá manter histórico íntegro e auditável das operações realizadas, assegurando à Administração acesso aos dados, relatórios e registros necessários à fiscalização, liquidação da despesa, controle interno, prestação de contas e eventual auditoria pelos órgãos de controle.

20. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO LOTE 2 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL FLUVIAL

20.1. O fornecimento do Lote 2 será realizado diretamente em ponto de abastecimento fluvial autorizado/licenciado, localizado no Município de Tarauacá/AC, apto ao atendimento das



embarcações utilizadas pela Administração Pública Municipal, observadas as normas regulatórias, ambientais, fiscais, técnicas, operacionais e de segurança aplicáveis.

20.2. O fornecimento ocorrerá sob demanda, mediante autorização da unidade competente, requisição ou instrumento físico ou eletrônico equivalente, contendo, no mínimo, identificação da unidade requisitante, tipo de combustível, quantidade solicitada, embarcação ou finalidade do abastecimento, responsável pela autorização, responsável pelo recebimento/abastecimento, data do fornecimento e demais dados necessários ao controle.

20.3. A contratada deverá garantir disponibilidade operacional para atendimento contínuo das demandas ordinárias e emergenciais, especialmente em períodos de alagação, estiagem, isolamento territorial, ações de defesa civil, transporte escolar fluvial, atendimento itinerante de saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente e demais serviços públicos dependentes de deslocamento fluvial.

20.4. O ponto de fornecimento deverá manter, durante toda a execução contratual, regularidade documental e operacional compatível com a atividade de armazenamento, manuseio, comercialização ou fornecimento de combustíveis, incluindo licença ambiental vigente, regularidade perante a ANP, alvará de funcionamento, documento válido do Corpo de Bombeiros e demais autorizações aplicáveis.

20.5. A contratada deverá observar, no que couber, as normas expedidas pela ANP, a Resolução CONAMA nº 273/2000 ou norma que venha a substituí-la, a NR-20, as normas técnicas da ABNT e demais regras ambientais, fiscais, trabalhistas, operacionais e de segurança aplicáveis à atividade.

20.6. A contratada deverá manter capacidade operacional mínima para atendimento contínuo das demandas ordinárias e emergenciais da frota fluvial, inclusive em períodos de alagação, estiagem, isolamento territorial ou intensificação das ações de defesa civil, saúde, educação, assistência social, agricultura e meio ambiente.

20.7. O fornecimento deverá ser registrado de forma individualizada, física ou eletrônica, permitindo a identificação da unidade requisitante, da finalidade pública, do tipo de combustível, da quantidade fornecida, do preço praticado, do desconto aplicado, do valor final, da data, do servidor autorizador e do responsável pelo recebimento.

20.8. A interrupção injustificada do fornecimento fluvial, a ausência de combustível disponível no ponto autorizado, a perda de regularidade documental, a incapacidade de atendimento das demandas regularmente autorizadas ou o fornecimento em desconformidade com as normas aplicáveis caracterizarão falha grave na execução contratual, sujeitando a contratada às glosas, sanções e demais medidas administrativas cabíveis.

20.9. Qualquer alteração no ponto de fornecimento, na condição operacional, na documentação



regulatória ou na forma de atendimento deverá ser previamente comunicada à Administração e dependerá de análise e autorização formal, sem prejuízo da manutenção da continuidade do fornecimento.

21. DA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO

21.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratada do Lote 1 deverá apresentar plano de implantação da solução, contendo cronograma detalhado das etapas necessárias ao início da execução, incluindo, no mínimo:

- a) cadastramento da frota municipal terrestre, própria e locada;
- b) cadastramento de máquinas, equipamentos, condutores, operadores, usuários e unidades administrativas;
- c) definição dos perfis de acesso dos gestores, fiscais e usuários autorizados;
- d) emissão, ativação ou disponibilização dos cartões, tags, aplicativos, vouchers eletrônicos ou tecnologia equivalente;
- e) parametrização de limites operacionais, tipos de combustíveis autorizados, bloqueios e regras de controle;
- f) treinamento inicial dos gestores, fiscais e usuários indicados pela Administração;
- g) comprovação da rede credenciada mínima exigida;
- h) indicação dos canais de suporte técnico e atendimento operacional.

21.2. O plano de implantação deverá ser submetido à validação da Administração, que poderá solicitar ajustes, complementações ou esclarecimentos necessários à adequada operacionalização da solução.

21.3. A implantação deverá ocorrer sem prejuízo à continuidade do abastecimento da frota municipal, cabendo à contratada adotar medidas preventivas e contingenciais para assegurar o funcionamento regular da solução desde o início da execução contratual.

21.4. A implantação completa da solução relativa ao Lote 1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente definido no edital, devidamente justificado pela Administração.

21.5. Considera-se implantação completa, para fins deste Termo de Referência, a disponibilização funcional do sistema informatizado, o cadastramento da frota e dos usuários autorizados, a ativação dos meios de acesso, a parametrização dos controles, a capacitação mínima dos fiscais e gestores e a comprovação da rede credenciada apta ao atendimento.

21.6. A contratada do Lote 2 deverá comprovar, antes do início do fornecimento, a disponibilidade efetiva do ponto fluvial autorizado/licenciado, a regularidade documental pertinente, a capacidade operacional de atendimento e a manutenção das condições exigidas para execução do fornecimento.



21.7. O descumprimento injustificado do prazo de implantação, a implantação incompleta, a ausência de comprovação da rede credenciada mínima, a indisponibilidade do sistema ou a impossibilidade de início regular da execução caracterizarão inadimplemento contratual, sujeitando a contratada à aplicação das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação de licitante remanescente, quando cabível.

22. DOS REQUISITOS DO SISTEMA INFORMATIZADO

22.1. O sistema informatizado deverá permitir consultas, geração de relatórios analíticos e consolidados, bem como exportação de dados em formatos abertos e editáveis, no mínimo por período, veículo, placa, unidade administrativa, condutor ou usuário autorizado, tipo de combustível, posto credenciado, município, preço de bomba, quantidade abastecida, percentual de desconto aplicado, valor bruto e valor final da operação.

22.2. O sistema deverá registrar obrigatoriamente o odômetro, horímetro ou outro parâmetro de controle de consumo no momento do abastecimento, quando aplicável, bem como impedir ou sinalizar automaticamente inconsistências relevantes, tais como:

- a) consumo incompatível com a média operacional;
- b) registro de odômetro inferior ao último abastecimento;
- c) divergência de combustível em relação ao autorizado;
- d) tentativa de abastecimento fora dos parâmetros definidos;
- e) abastecimento por usuário não autorizado;
- f) ausência de vinculação a veículo, equipamento ou embarcação cadastrada.

22.3. Os relatórios deverão ser disponibilizados aos fiscais, gestores e usuários autorizados, em tempo real ou em prazo tecnicamente compatível, possibilitando o controle periódico da execução, conferência de faturas, identificação de desvios, inconsistências e suporte à prestação de contas.

22.4. O sistema deverá manter histórico íntegro, completo e auditável de todas as operações realizadas, incluindo logs de acesso, alterações cadastrais, autorizações, bloqueios e registros de abastecimento, garantindo a rastreabilidade da despesa pública.

22.5. A contratada deverá assegurar a integridade, disponibilidade, confidencialidade e segurança dos dados registrados no sistema, adotando medidas técnicas e administrativas compatíveis com as boas práticas de segurança da informação e com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

22.6. A Administração deverá ter acesso irrestrito aos dados e relatórios durante toda a vigência contratual e, quando solicitado, após o seu encerramento, para fins de fiscalização, auditoria, controle interno, prestação de contas ou atendimento a órgãos de controle.



22.7. O sistema deverá permitir a extração, backup e disponibilização dos dados em formato estruturado, de modo a assegurar a portabilidade das informações e a continuidade do controle administrativo, independentemente da manutenção do contrato.

22.8. Eventuais falhas, inconsistências ou indisponibilidades do sistema que comprometam o registro, a consulta ou a integridade dos dados deverão ser comunicadas imediatamente à Administração, cabendo à contratada adotar providências para correção e preservação das informações, sem prejuízo da rastreabilidade das operações.

23. DA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS E CONTROLE

23.1. Todos os combustíveis fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e normas regulatórias vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sendo vedado o fornecimento de produto adulterado, contaminado, fora de especificação, sem origem comprovada ou impróprio ao uso.

23.2. A gasolina automotiva comum, o Óleo Diesel B S10 e o Óleo Diesel B S500 deverão observar as especificações legais aplicáveis quanto à composição, teor de biocombustível, qualidade, procedência, armazenamento, transporte, revenda e fornecimento.

23.3. A contratada deverá assegurar que os postos credenciados e o ponto de fornecimento fluvial mantenham regularidade operacional, ambiental, fiscal e de segurança, observando, no que couber, as normas da ANP, CONAMA, NR-20, Corpo de Bombeiros, ABNT e demais regulamentos aplicáveis à atividade.

23.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovantes de procedência e qualidade, realizar conferências, diligências, inspeções, recolher amostras, encaminhar material para análise laboratorial e comunicar irregularidades aos órgãos reguladores, ambientais, fiscais ou de controle competentes.

23.5. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, notas fiscais de aquisição, certificados de qualidade, laudos técnicos, comprovantes de origem, relatórios de análise ou outros documentos idôneos que permitam verificar a regularidade, procedência e conformidade dos combustíveis fornecidos.

23.6. Verificada irregularidade na qualidade, procedência, composição, armazenamento, transporte ou fornecimento do combustível, a contratada deverá substituir imediatamente o produto, adotar medidas corretivas perante o posto credenciado ou ponto de fornecimento, reparar eventuais danos comprovadamente decorrentes do fornecimento inadequado e comunicar à Administração as providências adotadas.

23.7. O fornecimento de combustível adulterado, contaminado, fora das especificações da ANP, sem origem comprovada ou em desconformidade com as normas aplicáveis caracterizará infração



contratual grave, sujeitando a contratada à glosa dos valores, reparação de danos, aplicação das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, rescisão contratual, quando cabível, e comunicação aos órgãos competentes.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Executar o objeto em estrita conformidade com o edital, este Termo de Referência, a proposta vencedora, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente e demais documentos integrantes da contratação, mantendo, durante toda a execução, as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, ambiental, regulatória e operacional exigidas.

24.2. Disponibilizar, manter e operar, quando vencedora do Lote 1, rede credenciada ativa, sistema informatizado, meios de autorização, controle, rastreabilidade, relatórios, suporte técnico e demais recursos necessários à adequada gestão do abastecimento da frota terrestre municipal.

24.3. Garantir, quando vencedora do Lote 2, o fornecimento contínuo de combustíveis em ponto fluvial autorizado/licenciado, observando integralmente as normas da ANP, ambientais, fiscais, de segurança, saúde ocupacional, qualidade, armazenamento, manuseio, transporte e regularidade operacional aplicáveis.

24.4. Emitir documentos fiscais, relatórios, registros eletrônicos, comprovantes de abastecimento e demais documentos de execução com informações completas, fidedignas e compatíveis com as transações realizadas, permitindo conferência objetiva pela fiscalização.

24.5. Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, dolo, culpa, falha operacional, fornecimento inadequado, combustível fora de especificação ou irregularidade praticada por seus empregados, prepostos, postos credenciados, parceiros ou terceiros vinculados à execução contratual.

24.6. Comunicar imediatamente à Administração qualquer indisponibilidade de sistema, suspensão de posto credenciado, alteração relevante na rede, risco de desabastecimento, perda de regularidade documental, falha operacional, incidente de segurança, irregularidade no fornecimento ou fato que possa comprometer a execução do objeto.

24.7. Atender tempestivamente às solicitações da Administração, prestando informações, apresentando documentos, relatórios, logs de sistema, notas fiscais, comprovantes de qualidade, licenças, autorizações e demais evidências necessárias à fiscalização, medição, liquidação, auditoria ou apuração de irregularidades.

24.8. Assegurar a qualidade, procedência, regularidade e conformidade dos combustíveis fornecidos, inclusive pelos postos integrantes da rede credenciada, respondendo pela substituição do produto irregular, reparação de danos e adoção de providências corretivas perante os



estabelecimentos envolvidos.

24.9. Manter plano de contingência operacional apto a preservar a continuidade do abastecimento em caso de falha de sistema, indisponibilidade de posto credenciado, desabastecimento, problemas logísticos, alagações, estiagem, isolamento territorial ou outras situações capazes de comprometer a execução contratual.

24.10. Observar e fazer observar, no âmbito da execução contratual, as normas da ANP, CONAMA, NR-20, Corpo de Bombeiros, ABNT e demais normas ambientais, fiscais, trabalhistas, regulatórias, operacionais e de segurança aplicáveis.

24.11. É expressamente vedada à contratada, aos postos credenciados, prepostos, empregados ou terceiros vinculados à execução contratual qualquer prática destinada a simular abastecimentos, fracionar indevidamente operações, registrar consumo fictício, alterar dados do sistema, manipular preço de bomba ou preço-base, omitir desconto contratado, inserir informações falsas ou praticar qualquer ato que comprometa a veracidade, rastreabilidade, economicidade ou regularidade da despesa pública.

24.12. A constatação de fraude, tentativa de fraude, manipulação de registros, cobrança indevida, fornecimento de combustível em desconformidade com as normas aplicáveis, omissão de desconto ou criação de qualquer vantagem indevida caracterizará infração grave, sujeitando a contratada à glosa dos valores, rescisão contratual, aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e comunicação aos órgãos de controle, fiscalização e regulação competentes.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1. Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o acompanhamento sistemático da execução, a conferência dos relatórios, a validação das autorizações de abastecimento e o atesto das notas fiscais ou instrumentos equivalentes.

25.2. Manter cadastro atualizado dos veículos, máquinas, equipamentos, embarcações, condutores, operadores, unidades administrativas e servidores autorizados, comunicando tempestivamente à contratada quaisquer inclusões, exclusões ou alterações necessárias ao controle da execução.

25.3. Estabelecer e observar regras internas de controle, autorização e limites operacionais de consumo, assegurando a adequada utilização da solução contratada e a vinculação dos abastecimentos ao interesse público.

25.4. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimentos ou serviços executados em desacordo com o edital, este Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, o contrato ou as normas aplicáveis, notificando a contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis.



25.5. Efetuar o pagamento das parcelas regularmente liquidadas, observadas as condições pactuadas, a ordem cronológica de pagamentos, a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.

25.6. Registrar formalmente nos autos ou nos sistemas de gestão contratual as ocorrências relevantes verificadas na execução, incluindo inconsistências, glosas, notificações, bloqueios, remanejamentos de quantitativos, falhas operacionais, eventos de risco e demais atos de gestão e fiscalização.

25.7. Solicitar, sempre que necessário, relatórios, documentos, logs de sistema, comprovantes de abastecimento, evidências de execução, documentos de regularidade e demais informações necessárias à fiscalização, controle, liquidação da despesa e prestação de contas.

25.8. Comunicar à contratada, de forma tempestiva, quaisquer irregularidades identificadas na execução contratual, assegurando o contraditório e a ampla defesa nos casos que ensejem aplicação de sanções administrativas.

25.9. Adotar medidas de controle interno destinadas à prevenção de uso indevido da solução contratada, incluindo monitoramento de consumo, análise de relatórios, verificação de padrões operacionais e atuação preventiva diante de inconsistências ou indícios de irregularidade.

26. DA HABILITAÇÃO

26.1. A habilitação dos licitantes será verificada, preferencialmente, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, devendo o licitante manter seus dados cadastrais atualizados, válidos e compatíveis com as exigências do edital, sem prejuízo da apresentação de documentos complementares não abrangidos pelo sistema, vencidos, incompletos, inconsistentes ou necessários à comprovação específica do objeto.

26.2. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações obrigatórias, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, do edital e deste Termo de Referência.

26.3. Habilitação jurídica

26.3.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inscrição no CNPJ e demais documentos que demonstrem a existência legal da pessoa jurídica, a regularidade de sua representação e a compatibilidade do ramo de atividade com o objeto licitado.

26.4. Regularidade fiscal, social e trabalhista



26.4.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação ou consulta aos documentos de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social, FGTS e Justiça do Trabalho, inclusive Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

26.5. Qualificação econômico-financeira

26.5.1. A qualificação econômico-financeira observará o art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e terá por finalidade demonstrar, de forma objetiva, a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação.

26.5.2. A licitante deverá apresentar balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício – DRE e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

26.5.3. As demonstrações contábeis deverão estar devidamente registradas na Junta Comercial ou no órgão competente, quando exigível, ou apresentadas na forma admitida pela legislação aplicável, inclusive por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando for o caso.

26.5.4. As demonstrações contábeis deverão estar assinadas pelo representante legal da licitante e por profissional da contabilidade regularmente habilitado, com indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sem prejuízo da possibilidade de diligência para verificação da autenticidade e regularidade dos documentos.

26.5.5. A boa situação econômico-financeira será avaliada por meio de índices contábeis usuais de mercado, tais como Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), vedada a exigência de índices ou valores não usuais ou excessivos, devendo os parâmetros ser previamente justificados no processo administrativo.

26.5.6. Caso a licitante apresente índices contábeis inferiores aos mínimos definidos no edital, poderá ser exigida, desde que previamente prevista e justificada, comprovação complementar de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, limitada ao percentual legal admitido, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

26.5.7. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, válida na data da sessão, admitindo-se a participação de empresa em recuperação judicial, desde que comprovada a aprovação do plano de recuperação e a viabilidade econômica da empresa.

26.5.8. No caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos, a exigência das demonstrações contábeis limitar-se-á ao último exercício social já exigível, sem prejuízo da apresentação dos



demais documentos econômico-financeiros compatíveis com sua situação jurídica e contábil.

26.5.9. A comprovação da qualificação econômico-financeira será realizada preferencialmente por meio das informações constantes do SICAF, no nível correspondente, sendo exigida a apresentação de documentos complementares apenas quando o cadastro estiver desatualizado, incompleto ou quando houver dúvida quanto à veracidade ou validade das informações.

26.5.10. A exigência de qualificação econômico-financeira deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

26.5.11. Os documentos de qualificação econômico-financeira deverão estar atualizados no SICAF, observados os prazos legais de validade e atualização, especialmente quanto à Escrituração Contábil Digital – ECD, sob pena de inabilitação.

26.6. Qualificação técnica comum aos lotes

26.6.1. A qualificação técnica será exigida de forma proporcional, pertinente e compatível com a natureza, complexidade e riscos do objeto, vedadas exigências excessivas, impertinentes ou restritivas à competitividade.

26.6.2. A comprovação de aptidão técnica será realizada mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem desempenho anterior compatível em características com o lote ao qual a licitante concorrer.

26.6.3. Será admitido o somatório de atestados, desde que os documentos apresentados sejam tecnicamente compatíveis entre si e demonstrem aptidão suficiente para a execução do objeto.

26.7. Qualificação técnica específica do Lote 1

26.7.1. Para o Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre por Rede Credenciada, a licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, aptidão técnica para execução de serviços compatíveis com gestão, administração, gerenciamento, intermediação ou controle informatizado de abastecimento de combustíveis por rede credenciada, cartão, tag, aplicativo, plataforma eletrônica ou solução tecnológica equivalente.

26.7.2. A licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, a disponibilidade de sistema informatizado de gestão do abastecimento, apto ao controle, registro e rastreabilidade das operações, devendo contemplar, no mínimo:

a) registro individualizado de cada abastecimento realizado;



- b) identificação do veículo, placa, condutor ou usuário autorizado;
- c) identificação da unidade administrativa demandante;
- d) tipo de combustível fornecido;
- e) quantidade abastecida;
- f) preço de bomba praticado no momento do abastecimento;
- g) percentual de desconto aplicado;
- h) valor final da operação;
- i) data, horário e local do abastecimento;
- j) registro de odômetro ou outro parâmetro de controle de consumo, quando aplicável;
- k) geração de relatórios gerenciais consolidados e analíticos;
- l) rastreabilidade das operações e possibilidade de auditoria das informações registradas.

26.7.3. A comprovação da disponibilidade do sistema poderá ser feita por declaração técnica, manual, ficha técnica, demonstração operacional, acesso de teste, imagens das funcionalidades, contrato de licenciamento ou outro meio idôneo aceito pela Administração, sem prejuízo de diligência.

26.7.4. A licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, declaração formal de que possui ou implantará rede credenciada apta ao atendimento da frota municipal, contemplando, no mínimo, o Município de Tarauacá/AC e cobertura operacional nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, no prazo definido no edital.

26.7.5. A comprovação efetiva da rede credenciada em funcionamento poderá ser exigida como condição para assinatura do contrato ou para início da execução, desde que previsto no edital, com prazo objetivo e sanções em caso de descumprimento, por se tratar de providência operacional de implantação da solução, sem prejuízo da obrigação assumida na fase de habilitação.

26.7.6. Não será exigida da licitante, como condição de participação no Lote 1, propriedade de posto de combustível, sede local, instalação física própria no Município ou vínculo societário com postos revendedores, sendo suficiente a comprovação da aptidão para gestão por rede credenciada, nos termos deste Termo de Referência.

26.7.7. Para o Lote 1, a licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, a existência de rede credenciada mínima já operacional ou formalmente vinculada, apta a demonstrar viabilidade concreta de atendimento ao objeto, mediante apresentação de relação de postos credenciados acompanhada, obrigatoriamente, de documentos que evidenciem vínculo formal ou anuência expressa dos estabelecimentos, tais como contratos, pré-contratos, termos de credenciamento ou declarações assinadas pelos responsáveis legais dos postos.

26.7.8. A comprovação prevista no subitem anterior deverá contemplar, no mínimo, atendimento no Município de Tarauacá/AC e indicação de cobertura operacional ou possibilidade formal de atendimento nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, sem prejuízo da comprovação



definitiva da rede credenciada antes da assinatura do contrato ou do início da execução, conforme prazo definido no edital.

26.8. Qualificação técnica específica do Lote 2

26.8.1. Para o Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial, a licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) aptidão para fornecimento de combustíveis compatível com o objeto licitado.

26.8.2. A licitante do Lote 2 deverá apresentar, na fase de habilitação, os documentos indispensáveis à comprovação de sua regularidade técnica, operacional, ambiental e regulatória para o fornecimento de combustíveis, especialmente:

- a) comprovação de regularidade perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na condição de revendedor, distribuidor ou operador autorizado, compatível com a atividade de fornecimento de combustíveis objeto da contratação;
- b) licença ambiental vigente ou documento ambiental equivalente expedido pelo órgão competente, compatível com a atividade de armazenamento, manuseio, comercialização ou fornecimento de combustíveis;
- c) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, Certificado de Conformidade ou documento equivalente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar competente, válido e compatível com a atividade de armazenamento, manuseio, comercialização ou fornecimento de combustíveis no local indicado para execução do objeto;
- d) alvará de funcionamento válido, expedido pelo Município competente;
- e) demais autorizações administrativas, ambientais, regulatórias e operacionais necessárias ao exercício regular da atividade de fornecimento de combustíveis.

26.8.3. A licitante do Lote 2 deverá comprovar, na fase de habilitação, disponibilidade de ponto fluvial autorizado ou licenciado no Município de Tarauacá/AC, apto ao fornecimento de combustíveis às embarcações utilizadas pela Administração, mediante documentos idôneos que demonstrem a regularidade do local, a titularidade ou disponibilidade jurídica do ponto de abastecimento, a possibilidade operacional de atendimento e a compatibilidade com as normas ambientais, de segurança e de fiscalização aplicáveis.

26.8.4. Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender obrigatoriamente às especificações técnicas, padrões de qualidade e normas regulatórias vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, devendo a licitante apresentar, sempre que solicitado pela Administração, documentos comprobatórios de procedência e conformidade, tais como notas



fiscais de aquisição, certificados de qualidade, laudos técnicos, comprovantes de origem, relatórios de análise ou outros documentos idôneos que permitam verificar a regularidade, procedência e qualidade dos produtos fornecidos.

26.8.5. A recusa injustificada em apresentar os documentos comprobatórios de procedência e qualidade, bem como a constatação de fornecimento de combustível adulterado, fora das especificações da ANP ou sem origem comprovada, caracterizará descumprimento contratual grave, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes.

26.9. Declarações obrigatórias

26.9.1. A licitante deverá apresentar, na fase de habilitação, todas as declarações obrigatórias previstas na legislação, no edital e no sistema eletrônico utilizado, constituindo requisito essencial para sua habilitação, sob pena de inabilitação, especialmente:

- a) declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b) declaração de inexistência de fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, inclusive quanto às hipóteses previstas nos arts. 14 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
- c) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme legislação aplicável;
- d) declaração de elaboração independente de proposta, nos termos da legislação vigente;
- e) declaração de pleno conhecimento, aceitação e concordância com todas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e em seus anexos;
- f) declaração de que a proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas pertinentes;
- g) declaração expressa de responsabilidade quanto à qualidade, procedência, conformidade técnica e regularidade dos combustíveis fornecidos, em atendimento às normas da ANP e demais legislações aplicáveis;
- h) declaração de que dispõe de condições operacionais, técnicas e administrativas para execução integral do objeto, conforme exigências do edital e deste Termo de Referência;



i) demais declarações exigidas pela Lei nº 14.133/2021, pelo edital e pelo sistema eletrônico utilizado.

26.10. Diligências e saneamento

26.10.1. A Administração poderá realizar diligências para confirmar a autenticidade dos documentos apresentados, verificar informações constantes do SICAF, aferir a efetiva disponibilidade do sistema informatizado, confirmar a existência da rede credenciada, examinar a regularidade do ponto fluvial indicado ou esclarecer informações necessárias ao julgamento da habilitação.

26.10.2. As diligências não poderão ser utilizadas para substituir documento essencial ausente cuja apresentação era exigida na fase própria, ressalvadas as hipóteses legais de saneamento de falhas formais, complementação de informações e esclarecimento de documentos já apresentados.

26.11. Todas as exigências de habilitação deverão guardar pertinência direta com o objeto, observar proporcionalidade em relação à complexidade e aos riscos da contratação, preservar a ampla competitividade e evitar condições que configurem restrição indevida, direcionamento ou favorecimento de fornecedor específico.

27. DA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP E DA COMPETITIVIDADE

27.1. O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte observará a Lei Complementar nº 123/2006, especialmente seus arts. 42 a 49, bem como o art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e as disposições do edital.

27.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar do certame em igualdade de condições com as demais licitantes, usufruindo dos benefícios legais relativos à regularização fiscal e trabalhista, ao empate ficto e demais prerrogativas previstas na legislação aplicável, desde que atendidos os requisitos legais.

27.3. Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a complexidade operacional envolvida, a necessidade de ampla cobertura geográfica, a continuidade do abastecimento, a essencialidade dos serviços atendidos e a mitigação de riscos de desabastecimento, não será aplicada, como regra, a exclusividade, a reserva de cota ou a subcontratação compulsória para microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP.

27.4. A não aplicação dos benefícios previstos nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 deverá ser expressamente motivada no edital e no processo administrativo, com fundamento no art. 49 da referida Lei Complementar, especialmente quando demonstrado que tais medidas:

- a) não se mostram vantajosas para a Administração Pública;
- b) podem comprometer a economicidade, a eficiência ou a continuidade da execução contratual;



- c) são incompatíveis com a natureza do objeto, com a forma de execução ou com a necessidade de atendimento integrado da demanda;
- d) podem restringir a competitividade ou inviabilizar a participação de empresas aptas à execução integral do objeto;
- e) podem comprometer a cobertura operacional mínima, a rede credenciada, o fornecimento fluvial, a rastreabilidade, a fiscalização ou a segurança do abastecimento.

27.5. No Lote 1, postos revendedores poderão integrar a rede credenciada da empresa gerenciadora, inclusive na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, sem que isso caracterize contratação direta pela Administração desses estabelecimentos ou subcontratação irregular.

27.6. A modelagem adotada não afasta a participação de ME/EPP no certame, mas apenas reconhece que a aplicação de exclusividade, cota reservada ou subcontratação compulsória poderá ser incompatível com a natureza integrada, contínua, essencial e operacionalmente sensível da contratação.

28. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

28.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal(is) formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

28.2. Compete ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, adotar providências para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, decidir sobre questões administrativas relevantes, analisar relatórios gerenciais, deliberar sobre ocorrências registradas pela fiscalização e propor, quando cabível, a aplicação de sanções.

28.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução operacional, verificar a conformidade das transações, relatórios, notas fiscais, aplicação do percentual de desconto, qualidade dos combustíveis, regularidade da rede credenciada, funcionamento do sistema informatizado e aderência aos quantitativos e autorizações emitidas.

28.4. O fiscal poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos, relatórios analíticos, logs de sistema, comprovantes de abastecimento, notas fiscais, cupons fiscais, comprovantes de preço de bomba, licenças, autorizações e demais evidências necessárias à verificação da regularidade da execução contratual.

28.5. A fiscalização deverá observar, de forma contínua e sistemática, os parâmetros de consumo, a compatibilidade entre uso e abastecimento, a regularidade das autorizações, a integridade dos registros e a rastreabilidade das operações, adotando medidas preventivas e corretivas sempre que identificadas inconsistências.



28.6. As ocorrências relevantes verificadas na execução contratual deverão ser registradas formalmente nos autos ou em sistema de gestão contratual, com indicação do fato, data, documentos de suporte, providências adotadas, prazos concedidos, glosas aplicadas e eventual recomendação de aplicação de sanções.

28.7. A Administração poderá determinar bloqueios preventivos, suspensões operacionais, retenções de pagamento ou outras medidas de controle, sempre que identificados riscos de irregularidade, inconsistência relevante, falha de execução ou potencial prejuízo ao erário.

28.8. A atuação do gestor e do fiscal não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais, nem implica transferência de responsabilidade pela execução do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável pela regularidade, qualidade e conformidade dos serviços e fornecimentos realizados.

29. DA MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

29.1. A medição será realizada mensalmente, ou em periodicidade definida no contrato, com base exclusivamente nos abastecimentos efetivamente realizados, autorizados, registrados, comprovados e aceitos pela fiscalização.

29.2. A fatura deverá ser acompanhada de nota fiscal ou documento fiscal equivalente, relatório analítico emitido pelo sistema de gestão, quando se tratar do Lote 1, ou documentos de requisição, autorização e recebimento, quando se tratar do Lote 2, sem prejuízo de outros documentos exigidos pela fiscalização.

29.3. Para o Lote 1, a fatura deverá demonstrar, por abastecimento, no mínimo: veículo, placa ou identificação equivalente, unidade administrativa, condutor ou responsável, data e horário, posto credenciado, município/local, tipo de combustível, quantidade abastecida, preço de bomba, percentual de desconto contratado, valor bruto, valor líquido e odômetro, horímetro ou outro parâmetro de controle, quando aplicável.

29.4. Para o Lote 2, a fatura deverá demonstrar, no mínimo: unidade requisitante, data do fornecimento, embarcação ou finalidade do abastecimento, tipo de combustível, quantidade fornecida, preço praticado no ponto fluvial, percentual de desconto contratado, valor bruto, valor líquido, autorização administrativa e responsável pelo recebimento ou abastecimento.

29.5. A liquidação da despesa ficará condicionada à verificação da conformidade da execução, ao atesto do fiscal do contrato, à comprovação da regularidade fiscal, social, trabalhista e previdenciária da contratada e à inexistência de pendências documentais ou inconsistências que impeçam a liquidação.

29.6. A liquidação e o pagamento observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, a ordem cronológica de pagamentos, os regulamentos municipais aplicáveis e, no que couber, as diretrizes



da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 ou norma que venha a substituí-la.

29.7. Havendo erro, divergência, inconsistência, ausência de documento obrigatório, indício de cobrança indevida ou parcela controvertida, a Administração poderá suspender a liquidação, reter cautelarmente ou glosar a parcela questionada, realizando, quando possível, o pagamento da parte incontroversa.

29.8. O prazo de pagamento somente terá início após a apresentação regular da documentação exigida, a conferência pela fiscalização, o atesto da execução e a regular liquidação da despesa.

29.9. A apresentação de nota fiscal ou fatura em desconformidade com este Termo de Referência, com o edital, com a Ata de Registro de Preços ou com o contrato impedirá a liquidação da despesa até a regularização da pendência pela contratada.

30. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

30.1. O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e será realizado em duas etapas: provisório e definitivo, conforme a natureza contínua e sob demanda da execução contratual.

30.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante a apresentação, pela contratada, dos relatórios, documentos de cobrança, registros de abastecimento, notas fiscais e demais evidências da execução, para posterior conferência pela fiscalização quanto à regularidade formal e material dos serviços prestados e fornecimentos realizados.

30.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos abastecimentos com as autorizações emitidas, da compatibilidade dos quantitativos, da regularidade documental, da correta aplicação do percentual de desconto contratado, da qualidade dos combustíveis fornecidos e da inexistência de inconsistências relevantes, mediante atesto da autoridade competente ou servidor designado.

30.4. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta a necessidade de verificação detalhada pela fiscalização, podendo a Administração rejeitar, total ou parcialmente, os serviços ou fornecimentos executados em desacordo com o contrato.

30.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, irregularidades, inconsistências, falhas de execução, fornecimento inadequado ou danos decorrentes da execução contratual, observados os prazos legais e contratuais.

30.6. Verificada qualquer irregularidade na execução, a Administração poderá recusar o recebimento, determinar a correção, aplicar glosas, reter valores, instaurar procedimento administrativo ou adotar outras medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação de sanções.



31. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATAÇÕES DECORRENTES E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

31.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou da data indicada no próprio instrumento, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

31.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços deverá ser precedida de justificativa formal da Administração, demonstração de vantajosidade, manifestação do gestor da Ata, verificação da manutenção das condições de habilitação e concordância do fornecedor registrado.

31.3. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de instrumento contratual, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou outro instrumento hábil admitido pela Lei nº 14.133/2021, observadas as características de cada lote, a natureza das obrigações assumidas e o disposto no art. 95 da referida Lei.

31.4. Para o Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre, será obrigatória a formalização de contrato administrativo, tendo em vista a natureza continuada da execução, a implantação e manutenção de sistema informatizado, a disponibilização de rede credenciada, o suporte técnico, a rastreabilidade das operações, a proteção de dados e a existência de obrigações futuras durante toda a vigência contratual.

31.5. Para o Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial, a Administração poderá formalizar a contratação por contrato administrativo ou, quando juridicamente cabível e tecnicamente suficiente, por instrumento equivalente admitido no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, desde que o instrumento utilizado contenha as condições essenciais de execução, controle, fiscalização, pagamento, sanções, obrigações da contratada e atendimento às normas regulatórias, ambientais e de segurança aplicáveis.

31.6. A utilização de instrumento equivalente não afastará a obrigatoriedade de observância integral do edital, deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, da proposta vencedora, das normas legais aplicáveis e das obrigações de controle, fiscalização, recebimento, liquidação e pagamento.

31.7. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata terão vigência definida no respectivo instrumento, observada a natureza do objeto, a disponibilidade orçamentária e financeira, o interesse público, a legislação aplicável e as condições previstas na Ata de Registro de Preços.

31.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes somente será admitida quando expressamente prevista no edital e na Ata, observados os limites, condições,



justificativas, anuência do órgão gerenciador, concordância do fornecedor registrado e demais exigências legais e regulamentares aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

31.9. A eventual adesão por órgão ou entidade não participante não poderá prejudicar o atendimento das demandas do Município de Tarauacá/AC, nem comprometer os quantitativos, prazos, cobertura operacional, rede credenciada, disponibilidade do ponto fluvial ou demais condições originalmente previstas para o órgão gerenciador.

31.10. A eficácia da Ata de Registro de Preços, dos contratos, instrumentos equivalentes e eventuais aditamentos observará as exigências de publicação e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos demais meios oficiais exigidos pela legislação aplicável, nos prazos legais. O PNCP disponibiliza consulta a Atas de Registro de Preços e Contratos, além de documentos de contratações públicas.

31.11. Os preços registrados poderão ser alterados, atualizados ou revistos nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente quando houver redução dos preços praticados no mercado ou fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, observadas as regras da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 129/2023 e demais normas aplicáveis.

31.12. Considerando que a contratação será remunerada por percentual de desconto sobre o preço praticado no momento do abastecimento, o realinhamento não terá por objeto a simples variação ordinária do preço do combustível, mas apenas situações excepcionais devidamente comprovadas que afetem a manutenção do desconto registrado ou a execução da Ata.

31.13. Na hipótese de redução dos preços praticados no mercado ou identificação de preço registrado superior ao praticado, a Administração poderá convocar o fornecedor registrado para negociação, visando à adequação das condições da Ata à realidade de mercado e à preservação da vantajosidade.

31.14. Caso o fornecedor registrado não aceite reduzir ou adequar suas condições aos preços praticados no mercado, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade quando comprovada a impossibilidade de manutenção da proposta, e convocar os demais fornecedores classificados, observada a ordem de classificação, quando houver.

31.15. O registro do fornecedor poderá ser cancelado quando este:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho, não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) não aceitar manter as condições registradas, quando devidamente convocado pela Administração;



- d) sofrer sanção que o impeça de contratar com a Administração Pública;
- e) perder as condições de habilitação, regularidade técnica, fiscal, ambiental, regulatória ou operacional necessárias à execução do objeto;
- f) comprometer a continuidade do abastecimento, a rede credenciada, o ponto fluvial, a qualidade dos combustíveis ou a regularidade da execução.

31.16. O cancelamento do registro será precedido de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, salvo nas hipóteses de cancelamento consensual ou de solicitação justificada pelo fornecedor, aceita pela Administração.

31.17. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, por razões de interesse público, por perda da vantajosidade, por caso fortuito ou força maior, por fato superveniente devidamente motivado ou quando comprovada a impossibilidade de sua execução nas condições registradas.

31.18. O cancelamento da Ata ou do registro do fornecedor não afasta a apuração de responsabilidade por eventuais prejuízos causados à Administração, nem impede a aplicação das sanções cabíveis, quando configurado descumprimento contratual ou infração administrativa.

32. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

32.1. Considerando que a remuneração da contratação decorrerá da aplicação de percentual de desconto sobre o preço praticado no momento e local do abastecimento, não haverá reajuste ordinário sobre preço unitário fixo por litro de combustível.

32.2. O percentual de desconto contratado permanecerá fixo durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, ressalvadas apenas as hipóteses legais de revisão devidamente comprovadas e formalmente autorizadas pela Administração.

32.3. A variação ordinária do preço de bomba, do preço praticado no ponto fluvial ou dos preços de mercado dos combustíveis já integra a própria modelagem contratual, não caracterizando, por si só, hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro.

32.4. A revisão do equilíbrio econômico-financeiro contratual somente será admitida nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração analítica de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, desde que o evento alegado:

- a) não esteja alocado como risco ordinário da contratada na matriz de riscos da contratação;
- b) não decorra de variação normal do mercado de combustíveis ou de fatores inerentes à atividade econômica;
- c) configure evento extraordinário apto a afetar a execução contratual de forma relevante;
- d) apresente impacto direto, relevante e devidamente comprovado na equação econômico-financeira do contrato, especialmente sobre a manutenção do percentual de desconto contratado.



32.5. O pedido de revisão deverá ser formalmente instruído pela contratada com documentação idônea, memória de cálculo, comprovação do nexo causal entre o fato alegado e o impacto econômico demonstrado, sujeitando-se à análise técnica, jurídica e decisão motivada da Administração.

32.6. Não serão admitidos pedidos de revisão baseados exclusivamente em oscilações ordinárias do mercado de combustíveis, redução de margem de lucro, expectativa de ganho econômico, erro de formulação da proposta ou riscos próprios da atividade empresarial.

33. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a prática de atos que comprometam a execução do objeto, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das glosas, retenções, rescisão contratual, reparação de danos e comunicação aos órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle competentes.

33.2. Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação, no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do objeto;
- b) ensejar atraso injustificado na implantação da solução, no fornecimento de combustíveis, na disponibilização do sistema ou na manutenção da rede credenciada;
- c) deixar de manter as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, técnica, ambiental, regulatória ou operacional exigidas;
- d) interromper injustificadamente o abastecimento da frota terrestre ou fluvial;
- e) manter rede credenciada insuficiente, inoperante ou incompatível com as exigências do edital;
- f) deixar de disponibilizar ou restabelecer o sistema informatizado nos prazos previstos;
- g) fornecer combustível adulterado, contaminado, sem origem comprovada ou fora das especificações da ANP;
- h) descumprir normas da ANP, ambientais, fiscais, de segurança, NR-20, Corpo de Bombeiros ou normas técnicas aplicáveis;
- i) emitir relatório, nota fiscal, cupom, registro eletrônico ou documento de execução com informação falsa, incompleta, divergente ou incompatível com a operação realizada;
- j) deixar de aplicar o percentual de desconto contratado;
- k) manipular preço de bomba, preço-base, registros de abastecimento ou dados do sistema;
- l) simular abastecimento, registrar consumo fictício ou permitir abastecimento sem autorização administrativa;
- m) recusar-se injustificadamente a apresentar documentos, relatórios, logs, notas fiscais, comprovantes de qualidade, licenças ou demais evidências solicitadas pela fiscalização;
- n) descumprir determinações da fiscalização ou dificultar a atuação do gestor, fiscal, controle interno ou órgãos de controle;



o) praticar ato fraudulento, apresentar declaração falsa, fraudar a execução contratual ou praticar ato lesivo à Administração.

33.3. Pela prática das infrações previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas à contratada, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) impedimento de licitar e contratar;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

33.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada em razão de inexecução parcial de menor gravidade, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, sem prejuízo da determinação de correção da irregularidade.

33.5. A multa moratória poderá ser aplicada em caso de atraso injustificado no cumprimento de obrigação contratual, especialmente atraso na implantação da solução, disponibilização do sistema, ativação dos meios de acesso, comprovação da rede credenciada, restabelecimento de falha operacional ou atendimento de solicitação da fiscalização, nos seguintes percentuais:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida ou obrigação afetada, até o limite de 10 dias;
- b) 1% ao dia após o 10º dia, até o limite de 20 dias;
- c) ultrapassado o prazo de 20 dias, a Administração poderá caracterizar inexecução parcial ou total, conforme a gravidade e o impacto da falha.

33.6. A multa compensatória poderá ser aplicada, conforme a gravidade da infração, nos seguintes percentuais:

- a) 5% sobre o valor da parcela afetada, em caso de falha formal, atraso sanável ou descumprimento pontual sem prejuízo relevante à Administração;
- b) 10% sobre o valor da parcela afetada ou do contrato, em caso de inexecução parcial, falha operacional relevante, indisponibilidade injustificada de sistema, rede credenciada ou ponto fluvial, ou descumprimento de obrigação essencial;
- c) 20% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de inexecução total, fraude, simulação de abastecimento, manipulação de registros, fornecimento de combustível adulterado ou conduta que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Ocorrência	Gravidade	Medida inicial	Multa sugerida	Base de cálculo
------------	-----------	----------------	----------------	-----------------



Atraso na implantação da solução	Média	Notificação	0,5% ao dia até 10 dias; 1% ao dia do 11º ao 20º dia	Parcela/obrigação afetada
Falha pontual no relatório ou documento	Leve	Correção em prazo fixado	Até 5%	Parcela afetada
Não apresentação de documento solicitado pela fiscalização	Média	Notificação + prazo	5% a 10%	Parcela afetada
Indisponibilidade injustificada do sistema	Média/Grave	Procedimento contingencial	10%	Valor mensal afetado
Rede credenciada insuficiente ou inoperante	Grave	Correção imediata	10%	Valor mensal/lote afetado
Recusa injustificada de abastecimento	Grave	Glosa + apuração	10%	Parcela ou evento afetado
Abastecimento sem autorização	Grave	Glosa obrigatória	10%	Valor da operação
Ausência de desconto contratado	Grave	Glosa da diferença	10%	Valor da operação/parcela
Manipulação de preço-base/preço de bomba	Gravíssima	Retenção + apuração	20%	Valor da parcela ou contrato
Registro de consumo fictício	Gravíssima	Glosa + processo sancionador	20%	Valor do contrato/lote afetado
Fornecimento de combustível fora da especificação da ANP	Gravíssima	Suspensão, comunicação à ANP	20%	Valor do contrato/lote afetado
Combustível adulterado/contaminado	Gravíssima	Rescisão possível + comunicação aos órgãos	20%	Valor do contrato/lote afetado
Interrupção injustificada do fornecimento fluvial	Grave/Gravíssima	Plano de contingência + apuração	10% a 20%	Valor mensal/lote afetado
Fraude, simulação ou falsidade documental	Gravíssima	Rescisão + sanções legais	20%	Valor do contrato/lote afetado

33.7. Para fins de aplicação das multas, considerar-se-á como base de cálculo, conforme o caso e de forma motivada pela Administração:

- a) o valor da parcela inadimplida ou controvertida;
- b) o valor mensal estimado da contratação afetada;
- c) o valor do contrato ou instrumento equivalente;
- d) o valor do lote afetado, quando a infração comprometer a execução global da solução contratada.



33.8. A aplicação de multa não impede a adoção cumulativa de glosa, retenção cautelar de valores, cancelamento do registro, rescisão contratual, convocação de licitante remanescente, comunicação aos órgãos competentes e cobrança de perdas e danos, quando cabível.

33.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando a contratada der causa à inexecução parcial grave, inexecução total, retardar injustificadamente a execução, deixar de manter a proposta ou não celebrar o contrato quando convocada, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

33.10. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada nas hipóteses de maior gravidade, especialmente em caso de apresentação de declaração ou documentação falsa, fraude à licitação ou à execução contratual, comportamento inidôneo, fraude de qualquer natureza, ato ilícito destinado a frustrar os objetivos da contratação ou prática de ato lesivo à Administração Pública.

33.11. A constatação de combustível adulterado, fora das especificações da ANP, sem origem comprovada ou em desconformidade com normas regulatórias, ambientais ou de segurança poderá ensejar, além das sanções contratuais, comunicação à ANP e aos demais órgãos competentes. A ANP atua na fiscalização do abastecimento e recebe denúncias de irregularidades no mercado de combustíveis.

33.12. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, o grau de culpa ou dolo, a reincidência, a vantagem auferida, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, a proporcionalidade, a razoabilidade, a motivação e o interesse público.

33.13. Antes da aplicação de qualquer sanção, será instaurado processo administrativo próprio, assegurados à contratada o contraditório, a ampla defesa e os recursos cabíveis, na forma da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

33.14. As multas aplicadas poderão ser descontadas de pagamentos devidos à contratada, de garantia contratual, quando houver, ou cobradas administrativa ou judicialmente, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa, quando cabível.

33.15. As sanções aplicadas deverão ser registradas nos sistemas oficiais competentes, quando aplicável, inclusive para fins de controle de impedimentos, histórico de desempenho e responsabilização administrativa.

33.16. A tabela de medição das penalidades servirá como parâmetro objetivo para dosimetria das sanções, sem prejuízo da análise do caso concreto, da proporcionalidade, da reincidência, do dano causado, da vantagem auferida e da gravidade da conduta.



33.17. A aplicação de sanções administrativas pressupõe a verificação de conduta imputável à contratada, não sendo cabível a penalização em situações decorrentes de caso fortuito, força maior ou eventos classificados como risco não suportado pela contratada na matriz de riscos, devidamente comprovados.

33.18. A análise das infrações e a aplicação das sanções deverão considerar a matriz de riscos da contratação, a natureza do evento ocorrido, o grau de responsabilidade da contratada, a existência de medidas preventivas ou contingenciais e o impacto causado à Administração.

34. DA GARANTIA CONTRATUAL

34.1. Para o Lote 1 – Gestão Informatizada do Abastecimento da Frota Terrestre, será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza continuada do objeto, da implantação e manutenção de sistema informatizado, da disponibilização de rede credenciada, da necessidade de suporte técnico, da proteção de dados, da rastreabilidade das operações e dos riscos operacionais associados à descontinuidade do abastecimento.

34.2. A garantia contratual do Lote 1 será prestada no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observadas as modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas no edital e no contrato.

34.3. A contratada poderá optar por uma das modalidades legalmente admitidas, incluindo caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, observadas as exigências legais e editalícias aplicáveis.

34.4. A garantia deverá assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive implantação da solução, manutenção do sistema, disponibilidade da rede credenciada, suporte técnico, regularidade da execução, reparação de danos, pagamento de multas e demais obrigações decorrentes do contrato.

34.5. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e somente será liberada ou restituída após a comprovação do fiel cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da apuração de eventuais pendências, glosas, danos ou sanções.

34.6. Para o Lote 2 – Fornecimento de Combustíveis para Frota Fluvial, a exigência de garantia contratual poderá ser dispensada, desde que a decisão seja motivada no processo administrativo, considerando a forma de execução direta, o pagamento vinculado ao fornecimento efetivamente realizado, a fiscalização contínua, a possibilidade de glosa e os mecanismos de controle previstos neste Termo de Referência.

34.7. Caso o Lote 2 seja formalizado por contrato administrativo e a Administração identifique riscos



relevantes à continuidade, segurança ou regularidade do fornecimento, poderá ser exigida garantia contratual, desde que prevista no edital e devidamente justificada nos autos.

35. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL E DO CANCELAMENTO DO INSTRUMENTO

35.1. O contrato ou instrumento equivalente poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante processo administrativo devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

35.2. Constituem motivos para extinção contratual, entre outros:

- a) inexecução total ou parcial do objeto;
- b) interrupção injustificada do abastecimento;
- c) perda das condições de habilitação, regularidade técnica, fiscal, ambiental, regulatória ou operacional;
- d) fornecimento de combustível adulterado, contaminado ou fora das especificações da ANP;
- e) falha grave ou recorrente do sistema informatizado;
- f) manutenção de rede credenciada insuficiente ou inoperante;
- g) fraude, simulação de abastecimento, manipulação de registros ou cobrança indevida;
- h) descumprimento reiterado das determinações da fiscalização.

35.3. A extinção contratual não afastará a aplicação das sanções cabíveis, a execução da garantia contratual, a glosa de valores, a retenção cautelar de parcelas controvertidas, a cobrança de perdas e danos e a comunicação aos órgãos competentes.

35.4. Em caso de extinção do contrato do Lote 1, a contratada deverá assegurar à Administração o acesso e a exportação integral dos dados, relatórios, históricos de abastecimento, registros de usuários, veículos e transações, em formato utilizável, para fins de continuidade administrativa, prestação de contas e auditoria.

35.5. A Administração poderá adotar medidas emergenciais ou convocar licitante remanescente, quando cabível, para preservar a continuidade dos serviços públicos essenciais.

36. DA PROTEÇÃO DE DADOS, SIGILO E INTEGRIDADE

36.1. A contratada deverá tratar os dados pessoais, dados operacionais e demais informações a que tiver acesso em razão da execução contratual exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, observando integralmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as normas de segurança da informação aplicáveis e as orientações da Administração.

36.2. É vedada a utilização, compartilhamento, comercialização, divulgação ou tratamento dos dados e informações para finalidade diversa da execução do objeto, salvo mediante autorização expressa da Administração ou por obrigação legal.



36.3. A contratada deverá adotar medidas técnicas, administrativas e de segurança aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, alteração, destruição, uso indevido, compartilhamento irregular ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, nos termos do art. 46 da LGPD.

36.4. As informações relativas à frota municipal, veículos, máquinas, equipamentos, embarcações, condutores, operadores, rotas, unidades administrativas, credenciais de acesso, registros de abastecimento, relatórios de consumo, preços praticados, descontos aplicados e demais dados operacionais deverão ser protegidas pela contratada contra acesso indevido, alteração não autorizada, perda, uso inadequado ou divulgação irregular.

36.5. A contratada deverá assegurar a integridade, autenticidade, disponibilidade, rastreabilidade e preservação dos registros eletrônicos gerados no âmbito da execução contratual, especialmente aqueles utilizados para fiscalização, medição, liquidação, pagamento, prestação de contas e auditoria.

36.6. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança, suspeito ou confirmado, que possa comprometer dados pessoais, dados operacionais, credenciais de acesso, integridade dos registros, disponibilidade do sistema ou continuidade da execução contratual, indicando as medidas adotadas para contenção, mitigação, correção e prevenção de reincidência.

36.7. Sempre que solicitado, a contratada deverá prestar informações à Administração acerca das práticas de tratamento de dados, medidas de segurança implementadas, controles de acesso, logs, políticas internas, backups e demais mecanismos utilizados para proteção das informações tratadas no âmbito da execução contratual.

36.8. A contratada será integralmente responsável pelos danos decorrentes de tratamento irregular de dados pessoais ou operacionais, inclusive por atos de seus empregados, prepostos, subcontratados autorizados, parceiros, postos credenciados ou terceiros a ela vinculados, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

36.9. Ao final da execução contratual, quando solicitado pela Administração, a contratada deverá disponibilizar, exportar ou devolver os dados e registros necessários à continuidade administrativa, prestação de contas, fiscalização e auditoria, em formato acessível, íntegro e utilizável, sem prejuízo das obrigações legais de guarda.

37. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

37.1. Eventuais alterações contratuais observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, respeitados os limites legais, a motivação administrativa, a manutenção do interesse público, a compatibilidade com a Ata de Registro de Preços e a preservação da natureza do objeto contratado.



37.2. As alterações deverão ser precedidas de justificativa técnica, análise da vantajosidade, manifestação da fiscalização ou gestão contratual, disponibilidade orçamentária quando houver impacto financeiro, análise jurídica quando cabível e autorização da autoridade competente.

37.3. As alterações quantitativas observarão os limites legais aplicáveis aos acréscimos e supressões, quando cabíveis, sem prejuízo das regras próprias do Sistema de Registro de Preços e dos quantitativos máximos registrados na Ata.

37.4. A inclusão, exclusão, suspensão ou substituição de postos credenciados no Lote 1 não caracterizará, por si só, alteração contratual formal, desde que preservadas a cobertura mínima exigida, a regularidade dos estabelecimentos, a qualidade do fornecimento, a rastreabilidade das operações e a continuidade do abastecimento.

37.5. A alteração referida no subitem anterior deverá ser previamente comunicada à Administração, acompanhada dos documentos necessários à validação da regularidade do posto credenciado, sem prejuízo da fiscalização e do registro nos autos ou no sistema de gestão contratual.

37.6. O remanejamento de quantitativos entre Secretarias possui natureza gerencial e não implicará alteração do objeto nem acréscimo contratual, desde que preservado o quantitativo global do lote e do item, observada a finalidade pública da contratação e registrado o procedimento de autorização interna.

37.7. Qualquer alteração que implique modificação de obrigação essencial, prazo, valor contratual, forma de execução, cobertura mínima, sistema informatizado, ponto fluvial, condições de fornecimento ou equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, apostilamento ou outro instrumento juridicamente adequado, conforme o caso.

37.8. As alterações formalizadas deverão observar as exigências de publicação e divulgação nos meios oficiais competentes, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando exigível pela legislação aplicável.

38. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

38.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais demandantes, devidamente consignadas na Lei Orçamentária Anual, observadas as classificações funcionais, programáticas e econômicas pertinentes.

38.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ocorrer no momento da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.



38.3. Cada contratação decorrente da Ata deverá estar previamente autorizada, acompanhada da respectiva reserva orçamentária e da emissão de empenho, em observância aos arts. 58 e 60 da Lei nº 4.320/1964 e à Lei nº 14.133/2021.

38.4. A execução das despesas estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como ao planejamento das Secretarias demandantes, não gerando à contratada direito adquirido à contratação integral dos quantitativos estimados.

39. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

39.1. Este Termo de Referência deverá ser interpretado em conjunto com o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Mapa de Riscos, a pesquisa de preços, o edital, a Ata de Registro de Preços e os demais documentos que integram a fase preparatória e a contratação.

39.2. Foram eliminadas disposições incompatíveis com o objeto, especialmente cláusulas relativas a entrega em almoxarifado, fornecimento de gás ou exigências próprias de aquisições comuns que não envolvam gestão informatizada, rede credenciada ou fornecimento fluvial.

39.3. Os casos omissos, dúvidas interpretativas e situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata, nos regulamentos aplicáveis, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente, bem como nos princípios da legalidade, planejamento, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade, transparência, controle, segurança jurídica e continuidade do serviço público.

39.4. Na hipótese de conflito entre disposições deste Termo de Referência e demais documentos da contratação, prevalecerá a interpretação que melhor atenda ao interesse público, à finalidade da contratação, à vantajosidade da Administração e à execução adequada do objeto, observada a hierarquia normativa aplicável.

39.5. A modelagem adotada neste Termo de Referência foi estruturada com base no Documento de Formalização da Demanda, no Estudo Técnico Preliminar, na pesquisa de preços e na análise dos riscos operacionais da contratação, buscando assegurar planejamento adequado, rastreabilidade das despesas, controle do consumo, mitigação de riscos de desabastecimento, eficiência administrativa, economicidade e aderência às boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

Tarauacá/AC, 20 de março de 2026.



ESTADO DO ACRE

MUNICÍPIO DE TARAUACÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 55 de 55

ETP Elaborado por:

ETP Autorizado por:

MARIA DE JESUS MOURÃO DA SILVA

Servidora Municipal

Matricula nº 8589

ENIVALDO CAVALCANTE GOMES DO Ó

Secretário Municipal de Administração

Decreto nº 004/2025

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPONSÁVEL: ENIVALDO CAVALCANTE GOMES DO Ó

CPF: 164.766.702-04

DECRETO Nº 004/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo, eficiente e controlado de combustíveis destinados à frota oficial do Município de Tarauacá/AC, compreendendo tanto veículos terrestres quanto embarcações utilizadas em atividades institucionais.

1.2. A necessidade decorre da imprescindibilidade de manutenção das ações administrativas e operacionais das diversas Secretarias Municipais, notadamente nas áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, defesa civil e infraestrutura, as quais dependem diretamente da disponibilidade de meios de transporte para execução de suas atividades finalísticas.

1.3. No contexto local, a demanda apresenta peculiaridades relevantes, em razão das características geográficas do município, marcado por extensas áreas rurais, comunidades ribeirinhas e regiões de difícil acesso, muitas vezes alcançáveis exclusivamente por via fluvial. Tal cenário impõe à Administração Pública a necessidade de manter estrutura logística adequada, com abastecimento regular tanto da frota terrestre quanto das embarcações utilizadas em ações itinerantes, atendimentos emergenciais, transporte de equipes técnicas e execução de políticas públicas.

1.4. Adicionalmente, verifica-se que o modelo atualmente adotado, restrito ao abastecimento no âmbito do Município de Tarauacá, não atende de forma plena às necessidades operacionais, especialmente em deslocamentos intermunicipais e ações descentralizadas, o que justifica a ampliação da solução para contemplar rede credenciada e mecanismos de gestão mais eficientes.

1.5. Diante disso, a contratação proposta visa não apenas garantir o fornecimento de combustíveis, mas também implementar sistema de gestão e controle do abastecimento, com rastreabilidade, transparência e otimização dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e controle.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento contínuo, eficiente, rastreável e economicamente vantajoso de combustíveis destinados à frota

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

oficial do Município de Tarauacá/AC, compreendendo veículos terrestres e embarcações utilizadas na execução das atividades institucionais das diversas Secretarias Municipais.

2.2. Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a caracterização da necessidade deve demonstrar, de forma fundamentada, a relação entre a demanda administrativa e a solução a ser contratada, o que, no presente caso, revela-se diretamente vinculado à manutenção da continuidade dos serviços públicos essenciais e ao adequado funcionamento da máquina administrativa.

2.3. O Município de Tarauacá/AC apresenta condições geográficas e logísticas singulares, caracterizadas por extensa área territorial, baixa densidade demográfica e significativa presença de comunidades rurais e ribeirinhas, muitas das quais acessíveis exclusivamente por vias fluviais. Tal realidade impõe à Administração Pública a necessidade permanente de utilização de frota híbrida (terrestre e fluvial), destinada ao atendimento descentralizado das políticas públicas.

2.4. Nesse contexto, o abastecimento de combustíveis constitui insumo estratégico e indispensável à execução de atividades finalísticas nas áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente, agricultura, infraestrutura e defesa civil, viabilizando deslocamentos operacionais, ações itinerantes e atendimento a populações em situação de vulnerabilidade.

2.5. Destaca-se, de forma relevante, o transporte regular de pacientes para tratamento de hemodiálise no município de Cruzeiro do Sul/AC, realizado com frequência mínima de três vezes por semana, configurando demanda contínua, previsível e de elevada criticidade, cuja interrupção representa risco direto à vida e à saúde dos usuários do sistema público, caracterizando, portanto, hipótese de serviço essencial cuja continuidade deve ser rigorosamente assegurada.

2.6. Adicionalmente, as Secretarias Municipais realizam deslocamentos frequentes para os municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, seja para capacitações, articulações institucionais, cumprimento de obrigações junto a órgãos de controle ou execução de políticas públicas regionalizadas, o que evidencia a inadequação de soluções restritas ao território municipal.

2.7. Embora exista contrato vigente para fornecimento de combustíveis, verifica-se que o modelo atualmente adotado apresenta limitações estruturais relevantes, tais como:

- a) Ausência de sistema informatizado de gestão e controle;
- b) Inexistência de rastreabilidade adequada das operações;
- c) Limitação geográfica do abastecimento;
- d) Fragilidade nos mecanismos de controle interno e fiscalização contratual.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.8. Tais limitações comprometem a eficiência administrativa, dificultam o acompanhamento do consumo e ampliam os riscos de inconsistências operacionais, em desconformidade com as diretrizes de governança e controle estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

2.9. Diante desse cenário, a presente contratação não se destina à mera substituição do modelo vigente, mas sim à sua reestruturação, mediante a adoção de solução integrada que contemple:

- a) Gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre;
- b) Controle individualizado por veículo, unidade administrativa e condutor;
- c) Rastreabilidade integral das operações;
- d) Disponibilização de rede credenciada com abrangência regional;
- e) Fornecimento contínuo de combustíveis para frota fluvial em ponto adequado;
- f) Aprimoramento dos mecanismos de controle, transparência e governança.

2.10. A adoção de modelo baseado em percentual de desconto sobre preços de referência (preço de bomba) mostra-se tecnicamente adequada, considerando a natureza dinâmica e volátil do mercado de combustíveis, permitindo maior aderência às condições reais de mercado e evitando distorções decorrentes da fixação de preços estáticos, especialmente em contratos de execução continuada.

2.11. Ressalte-se que tal modelo também se apresenta como medida de aprimoramento em relação à contratação atualmente vigente, na medida em que mitiga limitações operacionais anteriormente identificadas, sobretudo no que se refere à dificuldade de recomposição tempestiva de preços diante das oscilações do mercado, contribuindo para maior estabilidade contratual e previsibilidade administrativa.

2.12. O mercado de combustíveis é caracterizado por elevada volatilidade de preços, decorrente de fatores externos à Administração Pública, tais como variações cambiais, política de preços da Petrobras, custos logísticos e dinâmica da cadeia de distribuição e revenda, circunstâncias que impactam diretamente os valores praticados ao consumidor final.

2.13. No contexto específico do Município de Tarauacá/AC, a volatilidade dos preços é ainda mais acentuada em razão de fatores logísticos regionais, notadamente a dependência do transporte de combustíveis por meio da BR-364, cuja trafegabilidade apresenta limitações significativas em determinados períodos do ano, impactando diretamente os custos de distribuição e revenda.

2.14. Soma-se a isso o fato de que o abastecimento da região do Vale do Juruá depende de rotas longas e complexas, com incidência de custos adicionais relacionados ao transporte terrestre e, em determinadas localidades, à logística fluvial, circunstâncias que influenciam diretamente a formação do preço final ao consumidor.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.15. Ademais, a dinâmica operacional da Administração Pública Municipal exige deslocamentos frequentes para os municípios de Cruzeiro do Sul/AC e Rio Branco/AC, onde se concentram serviços de maior complexidade, especialmente na área da saúde, bem como órgãos de controle e centros administrativos, o que evidencia a necessidade de uma solução contratual com abrangência regional e adaptável às variações de preços entre diferentes localidades.

2.16. Nesse contexto, a adoção de modelos contratuais baseados em preços fixos implicaria a necessidade recorrente de formalização de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, em razão das constantes oscilações do mercado, o que pode fragilizar o planejamento contratual, ampliar a exposição a riscos de inconsistência na formação de preços e dificultar a atuação dos mecanismos de controle interno e externo.

2.17. Ademais, a defasagem entre o preço contratual e o preço efetivamente praticado no mercado pode resultar na paralisação do abastecimento até que novos valores sejam pactuados, comprometendo a continuidade da execução contratual e impactando diretamente a realização das ações institucionais do Município.

2.18. Tal cenário configura risco concreto de descontinuidade de serviços públicos essenciais, em afronta ao princípio da continuidade do serviço público, inerente à atuação administrativa, impondo à Administração o dever de adotar soluções contratuais que garantam a regularidade, a eficiência e a ininterruptibilidade das atividades estatais.

2.19. Assim, a utilização de critério de julgamento baseado em percentual de desconto sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento revela-se a solução mais adequada sob o ponto de vista técnico, econômico e jurídico, por:

- a) Assegurar aderência imediata às condições reais de mercado;
- b) Reduzir a necessidade de ajustes contratuais frequentes;
- c) Conferir maior transparência e rastreabilidade às operações;
- d) Fortalecer os mecanismos de controle e governança; e
- e) Garantir economicidade e segurança jurídica à contratação, em consonância com o disposto no art. 23 da lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação ora estudada deverá atender a um conjunto integrado de requisitos técnicos, operacionais, logísticos e de governança indispensáveis à adequada execução do objeto, os quais serão detalhados no Termo de Referência e em seus anexos, devendo assegurar não apenas o fornecimento regular de combustíveis, mas, sobretudo, a implementação de modelo eficiente de gestão do abastecimento da frota municipal, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, controle e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.1. No que se refere à qualidade dos insumos, os combustíveis a serem fornecidos deverão observar rigorosamente os padrões técnicos e requisitos de conformidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, especialmente quanto à gasolina automotiva comum (Gasolina C) e ao óleo diesel B (S10 e S500), sendo inadmissível o fornecimento de produtos fora das especificações legais ou que comprometam o desempenho, a segurança e a integridade da frota da Administração.

3.1.2. A solução contratada deverá garantir atendimento contínuo e ininterrupto às demandas de abastecimento da frota municipal, composta por veículos próprios e locados, bem como por embarcações utilizadas em ações institucionais, considerando a natureza essencial do objeto e sua vinculação direta à execução das políticas públicas.

3.1.3. Para o abastecimento da frota terrestre, a contratada deverá disponibilizar rede credenciada de postos com cobertura mínima no Município de Tarauacá/AC e abrangência operacional nos municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, de modo a viabilizar o abastecimento em trânsito e assegurar a continuidade das atividades administrativas intermunicipais.

3.1.4. A contratação deverá contemplar solução de gestão informatizada do abastecimento, por meio de sistema digital acessível em ambiente web e/ou aplicativo, que permita o acompanhamento em tempo real das operações, com controle individualizado por veículo, mediante identificação por placa, bem como o registro obrigatório da quilometragem (odômetro) no momento do abastecimento, garantindo rastreabilidade, fidedignidade dos dados e controle efetivo do consumo.

3.1.5. A operacionalização do sistema deverá ocorrer por meio de instrumentos seguros e individualizados, tais como cartões magnéticos, dispositivos eletrônicos ou soluções tecnológicas equivalentes, que assegurem a vinculação das operações aos veículos autorizados, reduzindo riscos de uso indevido e fortalecendo os mecanismos de controle interno.

3.1.6. A solução deverá possibilitar a emissão de relatórios gerenciais consolidados e auditáveis, aptos a subsidiar a fiscalização contratual, a tomada de decisões administrativas e a atuação dos órgãos de controle interno e externo, garantindo transparência e integridade das informações.

3.1.7. No que se refere ao abastecimento da frota fluvial, a contratada deverá assegurar a disponibilidade de ponto de fornecimento no Município de Tarauacá/AC, com capacidade operacional para atendimento direto às embarcações utilizadas pela Administração, considerando a dependência estrutural do transporte hidroviário para acesso a comunidades ribeirinhas e áreas de difícil alcance.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.8. O fornecimento de combustíveis deverá ocorrer de forma contínua e compatível com a dinâmica operacional da Administração Pública, inclusive em situações emergenciais, tais como períodos de alagação e estiagem, nas quais há intensificação da demanda por deslocamentos e ações institucionais.

3.1.9. A solução contratada deverá assegurar rastreabilidade integral das operações, transparência dos dados e disponibilidade de informações estruturadas, possibilitando o monitoramento contínuo do consumo e a atuação eficiente dos mecanismos de fiscalização e controle.

3.1.10. Deverá ser exigida da licitante declaração formal de ciência quanto às condições logísticas e operacionais do Município de Tarauacá/AC, especialmente no que se refere às limitações de acesso, às variações regionais de preços e às condições de trafegabilidade da BR-364, como forma de mitigar riscos de inexecução contratual.

3.1.11. A execução contratual deverá ocorrer sob regime de demanda, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, sendo os pagamentos realizados com base no volume efetivamente abastecido, mediante aplicação de percentual de desconto sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento, assegurando aderência às condições reais de mercado.

3.2. Os critérios de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica serão definidos no edital, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando-se a natureza do objeto, o grau de risco da contratação e a necessidade de garantir a adequada execução contratual, vedadas exigências desnecessárias ou restritivas à competitividade.

3.3. As obrigações da Contratada e da Contratante serão detalhadas no Termo de Referência, incluindo disposições relativas à fiscalização, penalidades, condições de pagamento, reajuste e demais cláusulas essenciais à execução contratual.

3.4. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, com base em especificações usuais de mercado, justificando a adoção da modalidade Pregão, preferencialmente sob o Sistema de Registro de Preços.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste na estruturação da contratação em dois lotes distintos e tecnicamente independentes, definidos a partir das especificidades operacionais da frota municipal, compreendendo, de um lado, a gestão do abastecimento da frota terrestre e, de outro, o fornecimento direto de combustíveis destinados à frota fluvial.

4.1.1. No que se refere ao Lote 1, a solução contempla a contratação de serviços especializados de gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre, mediante a utilização de sistema

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

digital integrado, operado por meio de rede credenciada de postos de combustíveis, com abrangência no Município de Tarauacá/AC e nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, permitindo o abastecimento em trânsito, o controle individualizado por veículo e a rastreabilidade das operações.

4.1.2. Já o Lote 2 destina-se ao fornecimento direto de combustíveis para a frota fluvial, a ser realizado por ponto de abastecimento localizado no Município de Tarauacá/AC, sem a utilização de sistema informatizado de gestão, em razão das particularidades operacionais das embarcações e da dinâmica logística do abastecimento hidroviário, que não se compatibiliza com o modelo de rede credenciada.

4.1.3. Ambos os lotes serão estruturados sob o regime de Sistema de Registro de Preços, com execução sob demanda, sendo adotado como critério de julgamento o maior percentual de desconto sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento, modelo que assegura aderência às variações do mercado, maior previsibilidade contratual e economicidade para a Administração.

4.2. A modelagem adotada foi definida a partir da análise das características operacionais da Administração Pública Municipal, da natureza do objeto e das condições específicas do mercado de combustíveis, notadamente sua elevada volatilidade de preços e a influência de fatores logísticos regionais na formação do valor final ao consumidor.

4.3. No que se refere à frota terrestre, a solução contempla a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão informatizada do abastecimento, mediante disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, com cobertura no Município de Tarauacá/AC e abrangência regional nos municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC. Tal estrutura permitirá o abastecimento contínuo, inclusive em deslocamentos intermunicipais, assegurando a execução regular das atividades administrativas e institucionais.

4.4. A gestão do abastecimento será realizada por meio de sistema informatizado, com acesso em ambiente web e/ou aplicativo, possibilitando o controle individualizado por veículo, mediante identificação por placa, o registro obrigatório da quilometragem no momento do abastecimento, o monitoramento das transações em tempo real e a emissão de relatórios gerenciais consolidados. Essa sistemática assegura maior rastreabilidade das operações, transparência dos dados e eficiência no controle do consumo de combustíveis.

4.5. No que concerne à frota fluvial, a solução prevê o fornecimento direto de combustíveis em ponto de abastecimento localizado no Município de Tarauacá/AC, com capacidade operacional para atendimento às embarcações utilizadas pela Administração Pública Municipal. Tal medida mostra-se imprescindível diante da dependência estrutural do transporte hidroviário para acesso a comunidades ribeirinhas e áreas de difícil alcance, especialmente no âmbito de ações itinerantes de saúde, transporte escolar fluvial, assistência social e atividades da defesa civil.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.6. A adoção de critério de julgamento baseado em percentual de desconto sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento revela-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, considerando a natureza dinâmica do mercado de combustíveis, cujos preços sofrem variações frequentes em razão de fatores como política de preços da Petrobras, custos logísticos, condições de distribuição e particularidades regionais.

4.7. No contexto específico do Município de Tarauacá/AC, tais variações são potencializadas pelas condições de transporte, especialmente em razão da dependência da BR-364, cuja trafegabilidade impacta diretamente o custo final dos combustíveis, bem como pela logística de abastecimento na região do Vale do Juruá. Nesse cenário, a fixação de preços estáticos mostra-se inadequada, podendo gerar defasagens contratuais, desequilíbrios econômicos e necessidade recorrente de reequilíbrio econômico-financeiro.

4.8. A sistemática de desconto sobre o preço de referência permite que a Administração acompanhe automaticamente as oscilações de mercado, reduzindo a necessidade de alterações contratuais, garantindo maior estabilidade na execução e promovendo a economicidade da contratação.

4.9. Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se compatível com a natureza da demanda, caracterizada por consumo contínuo, variável e de difícil mensuração exata, permitindo à Administração Pública realizar contratações conforme a necessidade efetiva, sem obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados, nos termos da legislação vigente.

4.10. Importa destacar que a solução proposta representa evolução em relação ao modelo atualmente adotado, ao incorporar mecanismos de gestão informatizada, ampliar a abrangência territorial do abastecimento e fortalecer os instrumentos de controle e fiscalização, contribuindo para maior eficiência administrativa e melhor governança dos recursos públicos.

4.11. Por fim, a solução ora delineada apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, atendendo de forma plena à necessidade administrativa identificada, mitigando riscos de descontinuidade dos serviços públicos e assegurando conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4.12. Cumpre destacar que a solução ora proposta foi definida a partir da análise crítica do modelo atualmente adotado pela Administração Pública Municipal, o qual, embora vigente e com saldo contratual, apresenta limitações operacionais relevantes que comprometem a eficiência, a rastreabilidade e a aderência às necessidades institucionais.

4.13. O modelo atualmente em execução encontra-se baseado no fornecimento de combustíveis com aplicação de percentual de desconto restrito ao território do Município de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Tarauacá/AC, sem a utilização de sistema informatizado de gestão do abastecimento, o que limita significativamente os mecanismos de controle, fiscalização e transparência das operações.

4.14. Além disso, a ausência de rede credenciada com abrangência regional inviabiliza o abastecimento em trânsito, especialmente nos deslocamentos frequentes para os municípios de Cruzeiro do Sul/AC e Rio Branco/AC, comprometendo a continuidade das atividades administrativas e operacionais que dependem de mobilidade intermunicipal.

4.15. Verifica-se, ainda, que o modelo atual não dispõe de instrumentos adequados de rastreabilidade, tais como controle individualizado por veículo, registro sistemático de quilometragem e geração de relatórios gerenciais estruturados, o que fragiliza os mecanismos de controle interno e dificulta a atuação fiscalizatória.

4.16. Ademais, a sistemática contratual vigente mostra-se limitada diante da elevada volatilidade dos preços dos combustíveis, não oferecendo mecanismos suficientemente eficientes para adaptação às variações de mercado, o que pode resultar em defasagens contratuais e necessidade recorrente de ajustes.

4.17. Diante dessas limitações, a solução proposta representa avanço qualitativo significativo, ao incorporar gestão informatizada do abastecimento, ampliar a abrangência territorial da rede de fornecimento, permitir controle operacional em tempo real e adotar modelo baseado em percentual de desconto sobre o preço de bomba, mais aderente à dinâmica do mercado.

4.18. Assim, a opção pela nova modelagem não se configura como mera substituição contratual, mas como medida de aprimoramento da gestão pública, voltada à elevação do nível de controle, eficiência e economicidade da contratação.

4.19. Cumpre ainda destacar que a Administração Pública Municipal não detém autorização regulatória para aquisição direta de combustíveis junto às distribuidoras, uma vez que não se enquadra como agente econômico autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para atuação na cadeia de distribuição de combustíveis, circunstância que inviabiliza o acesso a preços praticados em nível de distribuidor.

4.20. Nesse contexto, a contratação por meio de rede credenciada de postos revendedores constitui a única solução juridicamente viável e operacionalmente adequada para o atendimento das demandas institucionais, devendo observar, necessariamente, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.21. Ademais, o modelo atualmente adotado pela Administração evidencia fragilidades operacionais relevantes, especialmente no que se refere ao abastecimento realizado fora do território municipal. Nos deslocamentos para o Município de Rio Branco/AC, por exemplo, o

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

abastecimento dos veículos tem sido realizado diretamente pelos condutores, mediante pagamento com recursos próprios, seguido de posterior reembolso pela Administração, prática que se repete, em determinados casos, nos deslocamentos de retorno a partir do Município de Cruzeiro do Sul/AC.

4.22. Tal sistemática, além de incompatível com as boas práticas de gestão pública, fragiliza os mecanismos de controle interno, compromete a rastreabilidade das operações, expõe a Administração a riscos de inconsistências na comprovação das despesas e afronta, em certa medida, os princípios da impessoalidade e da transparência, ao transferir ao agente público a execução direta de despesa que deveria ser operacionalizada por meio de instrumento contratual formal.

4.23. Diante desse cenário, a solução ora proposta, baseada na utilização de rede credenciada com abrangência regional, incluindo os Municípios de Tarauacá/AC, Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, associada à gestão informatizada do abastecimento, apresenta-se como medida tecnicamente adequada e juridicamente necessária para a superação das limitações atualmente verificadas.

4.24. A ampliação da cobertura geográfica do fornecimento permitirá o abastecimento regular dos veículos em trânsito, eliminando a necessidade de adiantamentos ou reembolsos, conferindo maior controle, segurança jurídica e eficiência à execução contratual, além de assegurar maior aderência às diretrizes de governança e gestão de riscos no âmbito da Administração Pública.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A definição dos quantitativos estimados para a presente contratação fundamenta-se em metodologia técnica estruturada, baseada em dados empíricos extraídos dos registros oficiais de execução orçamentária e financeira do Município, notadamente os comprovantes de pagamento por credor referentes aos exercícios de 2023, 2024 e 2025. Tal procedimento observa as diretrizes estabelecidas no art. 18, §1º, inciso I, e no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando que o planejamento da contratação esteja amparado em evidências concretas de consumo e em projeção técnica da demanda institucional.

A análise do consumo histórico evidencia padrão contínuo, relevante e estrutural de utilização de combustíveis no âmbito da Administração Pública Municipal, tendo atingido o montante global de R\$ 5.640.933,75 no período considerado. Desse total, a maior parcela refere-se à frota terrestre, responsável por R\$ 5.345.244,74, enquanto a frota fluvial corresponde ao montante de R\$ 295.689,01, valores que refletem, de forma fidedigna, a dinâmica operacional do Município e constituem base técnica segura para a estimativa ora apresentada.

Não obstante a consistência dos dados históricos, cumpre registrar que estes não contemplam integralmente determinadas variáveis operacionais relevantes, especialmente aquelas

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

relacionadas aos deslocamentos intermunicipais nos trechos Rio Branco/Tarauacá e Cruzeiro do Sul/Tarauacá, bem como às atividades desenvolvidas no âmbito da Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBS Fluvial). Tais operações, em razão das características geográficas do Município e da dependência de transporte fluvial, possuem elevado impacto no consumo de combustíveis, implicando dispêndio significativamente superior àquele verificado na frota urbana convencional.

Nesse contexto, a estimativa adotada não se limita à reprodução aritmética do consumo histórico, incorporando projeção técnica de incremento da demanda, com vistas a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e evitar subdimensionamento contratual, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social, cujas atividades demandam elevado grau de mobilidade territorial.

A estruturação dos quantitativos considerou, ainda, a composição e diversidade da frota municipal, que abrange veículos leves, veículos pesados, máquinas, ônibus escolares e embarcações, bem como as particularidades logísticas inerentes ao território municipal. Em razão dessa complexidade operacional, o objeto foi segmentado em dois lotes distintos, sendo o Lote 1 destinado à frota terrestre, mediante sistema de gestão de abastecimento em rede credenciada, e o Lote 2 voltado ao fornecimento direto de combustível para a frota fluvial, solução que se revela adequada sob os aspectos logístico, gerencial e competitivo.

Os quantitativos estimados foram consolidados a partir da conjugação entre o histórico de consumo e a projeção institucional da demanda, observando critérios de proporcionalidade, razoabilidade e aderência às atribuições de cada unidade administrativa. A distribuição interna dos quantitativos, materializada nas planilhas de rateio que integram o presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizada com base no consumo proporcional por Secretaria, com os ajustes necessários decorrentes da evolução da estrutura administrativa, da ampliação da frota e da intensificação das atividades operacionais.

Importa destacar que a redistribuição dos quantitativos entre as unidades administrativas não implicou qualquer alteração dos volumes globais estimados, tendo por finalidade exclusiva o aprimoramento do controle gerencial e a adequação do planejamento à realidade operacional do Município. Nesse sentido, o rateio possui natureza meramente estimativa, orientativa e gerencial, não configurando limitação absoluta de consumo por unidade administrativa.

Admite-se, por conseguinte, o remanejamento interno dos quantitativos entre Secretarias, desde que devidamente motivado, autorizado pela autoridade competente e formalmente registrado nos instrumentos de gestão da futura Ata de Registro de Preços, preservando-se, em qualquer hipótese, o quantitativo global do lote e a coerência do planejamento contratual. Tal sistemática encontra respaldo nas diretrizes aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, especialmente no que concerne à flexibilidade gerencial e ao controle dos saldos contratuais.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

No que se refere à materialização da estimativa, os quantitativos encontram-se consolidados em planilhas específicas por lote e por item, contemplando os combustíveis óleo diesel B S500, óleo diesel B S10 e gasolina comum, no caso da frota terrestre, e óleo diesel B S500 e gasolina comum, no caso da frota fluvial, observando-se, neste último, o quantitativo total estimado de 105.000 litros para gasolina, devidamente ajustado para assegurar consistência com a projeção da demanda.

As planilhas de rateio por unidade administrativa demonstram, de forma objetiva, a distribuição proporcional dos quantitativos, evidenciando a aderência da estimativa às necessidades operacionais de cada Secretaria, bem como a compatibilidade com o consumo histórico registrado. Tais demonstrativos conferem transparência, rastreabilidade e verificabilidade à metodologia adotada, permitindo sua adequada fiscalização pelos órgãos de controle.

A estimativa ora apresentada revela-se, portanto, adequada, proporcional e suficiente para o atendimento das demandas institucionais, na medida em que se fundamenta em base empírica consistente, apresenta compatibilidade com o histórico de consumo, incorpora projeção técnica da demanda futura e considera as especificidades logísticas do Município. Ressalta-se, ainda, que os quantitativos possuem natureza estimativa, não configurando obrigação de consumo integral, especialmente em razão da adoção de modelo de contratação por desconto sobre o preço de bomba e da execução sob demanda.

Ademais, os quantitativos definidos guardam estrita correspondência com aqueles utilizados na fase de pesquisa de preços, assegurando coerência entre os artefatos de planejamento — Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e cotação — e conferindo maior segurança jurídica ao processo de contratação, em consonância com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Diante de todo o exposto, conclui-se que os quantitativos estimados encontram-se devidamente fundamentados, sendo compatíveis com a realidade operacional do Município, tecnicamente justificáveis e suficientes para garantir a continuidade dos serviços públicos, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade.

5.13 CONSOLIDAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos estimados foram consolidados a partir da análise do consumo histórico, da projeção técnica da demanda institucional e da segmentação operacional do objeto em lotes distintos, de modo a refletir, com maior precisão, a realidade administrativa, logística e territorial do Município. Essa consolidação observa a natureza dos serviços a serem contratados, a diversidade da frota municipal e a necessidade de assegurar abastecimento contínuo e eficiente tanto para a frota terrestre quanto para a frota fluvial.

A sistematização abaixo tem por finalidade definir objetivamente o escopo quantitativo da contratação, servindo de base para a estimativa de preços, para a estruturação do Termo de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Referência e para o futuro controle da execução contratual. Os quantitativos globais aqui apresentados guardam correspondência com a pesquisa de preços realizada e com a modelagem adotada para a futura licitação.

5.13.1. Lote 01 – Serviço de Gestão de Frota com Abastecimento em Rede Credenciada (Frota Terrestre)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão e gerenciamento do abastecimento de combustíveis — gasolina automotiva comum (Gasolina C), óleo diesel B S10 e óleo diesel B S500 — por meio de rede credenciada de postos, com utilização de cartão magnético, tag ou aplicativo, e disponibilização de plataforma informatizada para controle individualizado por veículo (placa), com registro obrigatório do odômetro e emissão de relatórios gerenciais por Secretaria e/ou unidade administrativa.

Abrangência mínima obrigatória: Município de Tarauacá/AC.

Abrangência preferencial: Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC.

Critério de julgamento: maior percentual de desconto incidente sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento, sendo o pagamento realizado com base no valor efetivamente praticado no dia, deduzido o percentual de desconto ofertado.

LOTE 1 – SERVIÇO DE GESTÃO DE FROTA COM ABASTECIMENTO EM REDE CREDENCIADA (FROTA TERRESTRE)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão e gerenciamento do abastecimento de combustíveis — gasolina automotiva comum (Gasolina C), óleo diesel B S10 e óleo diesel B S500 — por meio de rede credenciada de postos, com utilização de cartão magnético, tag ou aplicativo, e disponibilização de plataforma informatizada para controle individualizado por veículo (placa), com registro obrigatório do odômetro e emissão de relatórios gerenciais por secretaria e/ou unidade administrativa.

Abrangência mínima obrigatória: Município de Tarauacá/AC.

Abrangência preferencial: Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC.

Critério de julgamento (Lote 1): Maior percentual de desconto incidente sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento, sendo o pagamento realizado com base no valor efetivamente praticado no dia, deduzido o percentual de desconto ofertado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT. CONSUMO	QUANT. ESTIM.
01	ÓLEO DIESEL B S500, combustível do tipo diesel de uso rodoviário, com teor máximo de enxofre de 500 mg/kg (ppm), misturado obrigatoriamente com biodiesel em percentual vigente determinado pela ANP (atualmente B14), conforme especificações técnicas da Resolução ANP nº 50/2013 e suas alterações. Produto destinado a veículos anteriores a 2012 e aplicações compatíveis, com densidade e ponto de fulgor conforme tabela da ANP, comercializado a granel, diretamente na bomba, com emissão de nota fiscal por litro abastecido.	LT		510.000
02	GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM, conforme especificações da Resolução ANP nº 807/2020, composta por gasolina A misturada obrigatoriamente com 27% de etanol anidro combustível (gasolina C). Produto destinado ao uso em veículos automotores ciclo Otto, com densidade, octanagem e demais propriedades físico-químicas conforme padrões da ANP.	LT		315.000

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	Comercialização diretamente na bomba com emissão de nota fiscal por litro abastecido.			
03	ÓLEO DIESEL B S10, combustível do tipo diesel de uso rodoviário, com teor máximo de enxofre de 10 mg/kg (ppm), misturado obrigatoriamente com biodiesel em percentual vigente determinado pela ANP (atualmente B14), conforme especificações da Resolução ANP nº 50/2013 e suas alterações. Produto indicado para veículos fabricados a partir de 2012, com sistemas avançados de controle de emissão (ex: Euro V), com menor impacto ambiental. Comercializado diretamente na bomba, com nota fiscal por litro efetivamente abastecido.	LT		610.000

LOTE 2 – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA FLUVIAL

Objeto: Fornecimento contínuo de combustíveis destinados ao abastecimento de embarcações utilizadas nas ações institucionais da Administração Pública Municipal, incluindo atividades das Secretarias e operações em áreas de difícil acesso, com fornecimento direto em ponto fluvial.

Critério de julgamento (Lote 2): Maior percentual de desconto incidente sobre o preço de bomba praticado no ponto de abastecimento fluvial no Município de Tarauacá/AC, com pagamento pelo valor vigente no dia do fornecimento, deduzido o desconto ofertado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT. ESTIM.
04	ÓLEO DIESEL B S500, combustível do tipo diesel de uso rodoviário, com teor máximo de enxofre de 500 mg/kg (ppm), misturado obrigatoriamente com biodiesel em percentual vigente determinado pela ANP (atualmente B14), conforme especificações técnicas da Resolução ANP nº 50/2013 e suas alterações. Produto destinado a veículos anteriores a 2012 e aplicações compatíveis, com densidade e ponto de fulgor conforme tabela da ANP, comercializado a granel, diretamente na bomba, com emissão de nota fiscal por litro abastecido.	LT	145.000
05	GASOLINA AUTOMOTIVA COMUM, conforme especificações da Resolução ANP nº 807/2020, composta por gasolina A misturada obrigatoriamente com 27% de etanol anidro combustível (gasolina C). Produto destinado ao uso em veículos automotores ciclo Otto, com densidade, octanagem e demais propriedades físico-químicas conforme padrões da ANP. Comercialização diretamente na bomba com emissão de nota fiscal por litro abastecido.	LT	105.000

5.13.3. Síntese da Consolidação

A consolidação acima demonstra, de forma objetiva, os quantitativos de consumo considerados como base técnica e os quantitativos estimados para fins de contratação, evidenciando a adoção de margem operacional compatível com a dinâmica dos serviços públicos executados pelo Município. A diferenciação entre “quantidade de consumo” e “quantidade estimada” permite à Administração preservar o planejamento, mitigar riscos de insuficiência contratual e assegurar maior flexibilidade gerencial no âmbito da futura Ata de Registro de Preços, sem prejuízo do controle dos saldos e da necessidade de rateio por unidade administrativa.

5.14. DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA (RATEIO)

A distribuição dos quantitativos estimados entre as unidades administrativas do Município foi realizada com base em critérios técnicos objetivos, extraídos do consumo histórico proporcional por Secretaria, da natureza das atribuições institucionais, da composição e vinculação da frota, bem como da projeção de incremento das atividades operacionais.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Tal distribuição encontra-se materializada nas planilhas de rateio abaixo apresentadas, as quais integram o presente Estudo Técnico Preliminar e evidenciam, de forma detalhada, a alocação dos quantitativos por item, lote e unidade administrativa, conferindo transparência, rastreabilidade e verificabilidade à metodologia adotada.

No âmbito do Lote 01 (frota terrestre), a alocação dos quantitativos observou o histórico consolidado de consumo, com os ajustes técnicos necessários decorrentes da ampliação da frota municipal, da incorporação de veículos próprios e locados e da intensificação das atividades operacionais em áreas estratégicas da Administração.

Já no Lote 02 (frota fluvial), a distribuição foi orientada prioritariamente às unidades com efetiva atuação em operações fluviais e atendimento a comunidades de difícil acesso, assegurando compatibilidade entre a estimativa de consumo e a demanda operacional real.

Importa destacar que o rateio ora estabelecido possui natureza estimativa, orientativa e gerencial, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, ao controle da execução contratual e ao acompanhamento dos saldos no âmbito da futura Ata de Registro de Preços, não configurando limitação absoluta de consumo por unidade administrativa.

SUGESTÃO DE RATEIO PARA O CONSUMO DOS ITENS PERTENCENTES AO LOTE 01							
Secretaria	UNID	Óleo Diesel: Combustível Comum, Conforme norma CNPQ.		Gasolina: Combustível Comum, Conforme norma CNPQ.		Biodiesel S10: Combustível Comum, Conforme norma CNPQ.	
		QUANT. CONS.	QUANT. REG.	QUANT. CONS.	QUANT. REG.	QUANT. CONS.	QUANT. REG.
Administração	LITRO	5.100	10.200	7.875	15.750	15.250	30.500
Agricultura	LITRO	12.750	25.500	23.625	47.250	36.600	73.200
Comunicação	LITRO	2.550	5.100	4.725	9.450	3.050	6.100
Cultura	LITRO	2.550	5.100	4.725	9.450	3.050	6.100
Educação	LITRO	25.500	51.000	34.650	69.300	85.400	170.800
Esporte	LITRO	7.650	15.300	4.725	9.450	9.150	18.300
Meio Ambiente	LITRO	5.100	10.200	11.025	22.050	15.250	30.500
Obras	LITRO	178.500	357.000	44.100	88.200	91.500	183.000
Promoção Social	LITRO	7.650	15.300	9.450	18.900	21.350	42.700
Saúde	LITRO	7.650	15.300	12.600	25.200	24.400	48.800
QUANT. TOTAL		255.000	510.000	157.500	315.000	305.000	610.000

SUGESTÃO DE RATEIO PARA O CONSUMO DOS ITENS PERTENCENTES AO LOTE 02					
Secretaria	UNID	Óleo Diesel: Combustível Comum, Conforme norma CNPQ.		Gasolina: Combustível Comum, Conforme norma CNPQ.	
		QUANT. CONS.	QUANT. REG.	QUANT. CONS.	QUANT. REG.
Administração	LITRO	0	0	3.675	7.350
Agricultura	LITRO	3.625	7.250	11.550	23.100
Comunicação	LITRO	0	0	4.200	8.400
Cultura	LITRO	7.250	14.500	1.575	3.150
Educação	LITRO	29.000	58.000	2.625	5.250

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Esporte	LITRO	3.625	7.250	1.575	3.150
Meio Ambiente	LITRO	0	0	3.150	6.300
Obras	LITRO	0	0	14.700	29.400
Promoção Social	LITRO	10.875	21.750	1.575	3.150
Saúde	LITRO	18.125	36.250	7.875	15.750
TOTAL		72.500	145.000	52.500	105.000

5.14.3. Possibilidade de Remanejamento dos Quantitativos

Considerando a natureza dinâmica da demanda administrativa e a execução contratual sob regime de fornecimento parcelado, admite-se a possibilidade de remanejamento interno dos quantitativos entre as unidades administrativas, desde que observados, cumulativamente, os seguintes pressupostos:

- I – existência de justificativa técnica devidamente motivada, demonstrando a necessidade superveniente de ajuste na distribuição originalmente prevista;
- II – autorização prévia da autoridade competente;
- III – formalização do remanejamento nos autos do processo administrativo ou nos instrumentos de gestão da Ata de Registro de Preços;
- IV – preservação do quantitativo global estimado por lote, vedada qualquer alteração que comprometa o planejamento da contratação.

Tal sistemática encontra respaldo nas diretrizes aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, notadamente quanto à gestão dos quantitativos e ao controle dos saldos, em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462/2023, assegurando flexibilidade gerencial sem prejuízo da legalidade, da transparência e da eficiência administrativa.

5.14.4. Considerações Finais sobre o Rateio

O modelo de rateio adotado, aliado à possibilidade de remanejamento controlado, confere maior aderência entre o planejamento e a execução contratual, permitindo à Administração Pública ajustar o consumo às necessidades reais que se apresentarem ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, sem comprometer a integridade dos quantitativos estimados nem a coerência dos artefatos de planejamento.

5.15. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DOS QUANTITATIVOS

A estimativa dos quantitativos estabelecidos no presente Estudo Técnico Preliminar revela-se tecnicamente adequada, proporcional e suficiente para o atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública Municipal, encontrando-se fundamentada em base empírica consistente, metodologia idônea e análise prospectiva da demanda.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A definição dos volumes estimados decorre, primordialmente, da análise do consumo histórico efetivamente registrado nos exercícios anteriores, o que afasta a adoção de parâmetros abstratos ou desvinculados da realidade administrativa. Tal abordagem assegura maior precisão na estimativa, na medida em que reflete o comportamento real da demanda por combustíveis no âmbito da Administração, considerando a execução das atividades ordinárias e contínuas das diversas unidades administrativas.

Além disso, os dados históricos evidenciam a natureza recorrente e indispensável da despesa com combustíveis, a qual se caracteriza como insumo essencial para o funcionamento da máquina pública, viabilizando o deslocamento de equipes, a execução de políticas públicas e a prestação de serviços à população, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura.

Cumprido destacar que a estimativa adotada não se limita à mera reprodução dos dados pretéritos, tendo sido incorporados elementos de projeção técnica, com vistas a contemplar o incremento da demanda decorrente da ampliação das atividades administrativas, da expansão da frota municipal, da intensificação das ações itinerantes e das peculiaridades logísticas do Município, notadamente aquelas relacionadas ao atendimento de comunidades de difícil acesso por meio de transporte fluvial.

A abrangência operacional da contratação, que contempla simultaneamente frota terrestre e fluvial, impõe a adoção de quantitativos compatíveis com a diversidade dos meios de transporte utilizados pela Administração, evitando-se, de um lado, o subdimensionamento contratual — que poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos — e, de outro, o superdimensionamento injustificado, que afrontaria os princípios da economicidade e da eficiência.

Ressalta-se, ainda, que o modelo de contratação adotado, baseado no maior percentual de desconto incidente sobre o preço de bomba, confere flexibilidade à execução contratual, na medida em que o pagamento se vincula exclusivamente ao consumo efetivamente realizado. Nesse contexto, os quantitativos estimados desempenham função instrumental de planejamento, não configurando obrigação de consumo integral por parte da Administração.

A compatibilidade entre os quantitativos definidos, o histórico de consumo, a projeção da demanda e a modelagem contratual adotada evidencia a observância ao princípio do planejamento, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como assegura a coerência entre os artefatos que compõem a fase interna da contratação.

Diante do exposto, conclui-se que os quantitativos estimados encontram-se devidamente justificados sob o ponto de vista técnico, apresentando aderência à realidade operacional do Município, consistência metodológica e adequação às necessidades administrativas, sendo suficientes para garantir a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços públicos a serem atendidos pela futura contratação.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.16. CORRESPONDÊNCIA COM A PESQUISA DE PREÇOS (ART. 23 DA LEI Nº 14.133/2021)

Os quantitativos estimados definidos no presente Estudo Técnico Preliminar guardam estrita correspondência com aqueles utilizados na fase de pesquisa de preços, em observância ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

A pesquisa de preços foi conduzida com base na mesma estruturação do objeto adotada neste estudo, com a segmentação em dois lotes distintos — Lote 01 (frota terrestre) e Lote 02 (frota fluvial) — e a definição expressa dos itens, unidades de medida e quantitativos estimados, de modo a assegurar a coerência entre os artefatos da fase de planejamento e a futura modelagem da contratação.

Tal alinhamento metodológico garante que os valores obtidos na pesquisa de preços reflitam, de forma fidedigna, a realidade da demanda administrativa, evitando distorções decorrentes de divergências entre o escopo quantitativo pesquisado e aquele efetivamente previsto para contratação.

Ressalta-se que a adoção de quantitativos idênticos nos instrumentos de planejamento e na pesquisa de preços atende ao princípio da consistência técnica, assegurando que a estimativa do valor da contratação seja construída sobre bases homogêneas e verificáveis, o que reforça a transparência e a confiabilidade do processo.

Ademais, a pesquisa de preços considerou a natureza específica do objeto, notadamente o modelo de contratação por maior percentual de desconto sobre o preço de bomba, circunstância que exige a definição prévia e precisa dos quantitativos estimados como parâmetro de dimensionamento da contratação, ainda que o pagamento esteja vinculado ao consumo efetivamente realizado.

Registre-se, por oportuno, que a compatibilidade entre os quantitativos estimados e aqueles utilizados na pesquisa de preços contribui diretamente para a adequada formação do preço estimado da contratação, permitindo à Administração aferir a vantajosidade da proposta mais bem classificada e garantir a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a metodologia adotada possibilita a rastreabilidade integral da estimativa, desde a definição da demanda até a apuração do valor referencial, viabilizando a fiscalização pelos órgãos de controle e assegurando a conformidade do procedimento com os princípios da legalidade, da transparência, da eficiência e do planejamento.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Diante do exposto, resta evidenciado que os quantitativos constantes deste Estudo Técnico Preliminar encontram-se plenamente alinhados com aqueles utilizados na pesquisa de preços, conferindo consistência, integridade e segurança jurídica ao processo de contratação.

5.17. CONSISTÊNCIA DOS ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO E NATUREZA ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos definidos no presente Estudo Técnico Preliminar mantêm integral correspondência com aqueles constantes do Documento de Formalização da Demanda (DFD) e com os parâmetros utilizados na fase de pesquisa de preços, evidenciando a necessária coerência entre os instrumentos que compõem a fase interna da contratação.

Tal alinhamento assegura a uniformidade das informações, a rastreabilidade da metodologia adotada e a integridade do planejamento, permitindo a verificação objetiva dos dados que fundamentam a estimativa da contratação e conferindo maior segurança jurídica ao procedimento.

Registre-se, ainda, que os quantitativos estabelecidos possuem natureza estritamente estimativa, destinando-se ao dimensionamento da contratação e à adequada formação do preço estimado, não configurando obrigação de consumo integral por parte da Administração Pública.

Essa característica decorre, sobretudo, do modelo de contratação adotado, baseado no maior percentual de desconto incidente sobre o preço de bomba, no qual o pagamento se vincula exclusivamente ao consumo efetivamente realizado, bem como da execução contratual sob demanda, sujeita a variações decorrentes das necessidades operacionais das unidades administrativas.

Nesse contexto, os quantitativos cumprem função instrumental de planejamento, permitindo à Administração estimar adequadamente a dimensão da contratação, sem impor rigidez incompatível com a dinâmica da execução contratual, em conformidade com o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

6.1. A definição da solução adotada decorre da análise comparativa entre os modelos disponíveis no mercado para atendimento das demandas de abastecimento da frota pública, considerando aspectos técnicos, operacionais, logísticos, econômicos e jurídicos.

6.2. Dentre as alternativas avaliadas, destacam-se:

- a) Fornecimento direto por postos locais, com preço fixo contratado;
- b) Aquisição com base em preço previamente estimado por litro;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- c) Contratação com gestão informatizada por rede credenciada e aplicação de percentual de desconto sobre o preço de bomba.

6.3. As duas primeiras alternativas mostram-se inadequadas à realidade do Município de Tarauacá/AC, especialmente em razão da elevada volatilidade dos preços dos combustíveis, das limitações logísticas regionais e da impossibilidade de atualização tempestiva dos valores contratados, o que implicaria risco de desabastecimento ou necessidade recorrente de reequilíbrio econômico-financeiro.

6.4. Ademais, a contratação por preço fixo não se mostra compatível com a dinâmica do mercado de combustíveis, podendo gerar distorções relevantes entre o preço contratado e o preço praticado, em prejuízo à economicidade e à eficiência da contratação.

6.5. No que se refere à aquisição direta junto a distribuidoras, tal alternativa mostra-se juridicamente inviável, uma vez que a Administração Pública Municipal não se enquadra como agente autorizado pela ANP para atuar na cadeia de distribuição de combustíveis, sendo obrigatória a intermediação por postos revendedores regularmente constituídos.

6.6. A solução baseada na gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre, por meio de rede credenciada, associada ao modelo de desconto sobre o preço de bomba, apresenta-se como a alternativa mais adequada, por assegurar:

- a) Aderência imediata às condições reais de mercado;
- b) Maior controle e rastreabilidade das operações;
- c) Redução de riscos operacionais e administrativos;
- d) Eliminação de práticas inadequadas, como reembolso direto a servidores;
- e) Ampliação da cobertura territorial do abastecimento;
- f) Maior eficiência na gestão contratual.

6.7. Para a frota fluvial, a opção pelo fornecimento direto justifica-se pelas particularidades operacionais do transporte hidroviário, que não se compatibiliza com o modelo de rede credenciada e gestão informatizada.

6.8. Dessa forma, a solução escolhida revela-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente viável, estando alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da motivação e da continuidade do serviço público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes aplicáveis à fase preparatória da contratação, previstas no art. 18 do referido diploma legal.

6.9. Ademais, a modelagem proposta encontra-se em consonância com os entendimentos consolidados dos órgãos de controle, incorporando boas práticas de governança, gestão de riscos, rastreabilidade e controle do consumo, refletindo a observância de recomendações

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

técnicas já manifestadas em processos de fiscalização correlatos, devidamente consideradas na elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar.

7. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

7.1 A presente contratação integra o planejamento estratégico das ações logísticas e operacionais da Administração Pública Municipal de Tarauacá/AC e está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) em fase de elaboração para o exercício de 2025, conforme orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019, aplicada de forma subsidiária à Lei nº 14.133/2021.

7.2 Embora a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos não imponha a obrigatoriedade imediata da elaboração do PCA para todos os entes federativos, a Administração Municipal tem adotado progressivamente instrumentos de planejamento institucional com vistas à melhoria da gestão pública, da eficiência contratual e da transparência administrativa. Dessa forma, a presente contratação possui aderência às diretrizes setoriais e operacionais já identificadas pelas Secretarias demandantes, com previsão de consolidação no PCA.

7.3 A natureza continuada e estratégica do objeto – voltado à manutenção, operação e segurança da frota municipal – justifica sua inserção nos instrumentos de planejamento, mesmo que em caráter preliminar, permitindo o alinhamento entre demanda, disponibilidade orçamentária e cronograma de execução, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme também preceitua o art. 40, inciso V, alínea “b”, do referido diploma legal.

8.2. No caso em análise, a modelagem da contratação foi estruturada mediante parcelamento em dois lotes distintos, definidos a partir das especificidades operacionais da frota municipal, a saber:

- I. Lote 1: gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre, por meio de rede credenciada de postos de combustíveis;
- II. Lote 2: fornecimento direto de combustíveis destinados à frota fluvial.

8.3. A adoção dessa divisão decorre da necessidade de compatibilizar soluções distintas para realidades operacionais igualmente distintas, uma vez que o abastecimento da frota terrestre comporta controle informatizado e rede credenciada, enquanto o abastecimento da frota fluvial depende de fornecimento local direto, em razão das limitações logísticas e da dinâmica do transporte hidroviário.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.4. A segmentação em lotes, nesse contexto, revela-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, por permitir a participação de empresas com expertise específica em cada segmento, ampliando a competitividade e evitando restrições indevidas ao caráter competitivo do certame.

8.5. Por outro lado, não se mostra tecnicamente viável o parcelamento adicional dentro de cada lote, especialmente no Lote 1, no qual a gestão do abastecimento está intrinsecamente vinculada à rede credenciada e ao sistema informatizado de controle, constituindo solução integrada e indissociável.

8.6. A eventual fragmentação dessa solução, com a contratação separada de gerenciamento e fornecimento, comprometeria a rastreabilidade das operações, fragilizaria os mecanismos de controle, dificultaria a responsabilização contratual e aumentaria significativamente os riscos operacionais e administrativos.

8.7. De igual modo, no Lote 2, a divisão do fornecimento por múltiplos fornecedores poderia comprometer a logística de abastecimento fluvial, reduzir a eficiência operacional e aumentar o risco de descontinuidade no atendimento às comunidades ribeirinhas e às ações institucionais dependentes do transporte hidroviário.

8.8. Sob o enfoque econômico e administrativo, a manutenção de cada lote como unidade indivisível proporciona ganhos de escala, simplificação da gestão contratual, redução de custos administrativos e maior eficiência na fiscalização, evitando a multiplicidade de contratos e a dispersão de responsabilidades.

8.9. Dessa forma, a modelagem adotada — com parcelamento em lotes e manutenção da integridade de cada solução — mostra-se compatível com os dispositivos legais aplicáveis, preserva a competitividade, assegura a eficiência administrativa e atende ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. A presente contratação possui natureza autônoma sob o ponto de vista jurídico-formal, não estando condicionada à celebração prévia de outros instrumentos contratuais para sua validade ou eficácia, sendo capaz de produzir efeitos de forma independente no âmbito da Administração Pública Municipal.

9.2. Não obstante, sob o enfoque operacional, a contratação apresenta relação de complementaridade com outras contratações em curso, especialmente aquelas vinculadas à gestão da frota municipal, tais como contratos de locação de veículos, aquisição de veículos, manutenção veicular e demais instrumentos voltados ao suporte logístico das atividades administrativas.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.3. Destaca-se, de forma específica, a existência de contratação vigente para fornecimento de combustíveis, a qual apresenta limitações operacionais já identificadas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere à ausência de sistema informatizado de gestão, à restrição territorial do abastecimento e à fragilidade dos mecanismos de controle e rastreabilidade.

9.4. A presente contratação, nesse contexto, não se configura como mera continuidade do modelo anteriormente adotado, mas como evolução da solução existente, mediante a incorporação de gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre, ampliação da rede de atendimento e aprimoramento dos mecanismos de controle, governança e transparência.

9.5. Ressalta-se, ainda, que eventuais aquisições futuras de veículos, oriundas de recursos próprios ou de convênios estaduais e federais, não configuram dependência para a presente contratação, mas poderão impactar o volume de consumo ao longo da execução contratual, circunstância já contemplada na estimativa de quantidades e na margem técnica adotada.

9.6. Dessa forma, a contratação ora proposta mantém integração funcional com o sistema logístico da Administração, sem, contudo, depender de outros contratos para sua execução, caracterizando-se como solução autônoma, porém correlata, essencial à continuidade das atividades institucionais.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

10.1. A presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes estratégicas da Administração Pública Municipal de Tarauacá/AC, especialmente no que se refere à eficiência logística, ao controle do consumo de combustíveis e à continuidade dos serviços públicos essenciais executados por meio da frota municipal.

10.2. O modelo ora proposto resulta de processo de aprimoramento técnico-administrativo, conduzido com base na análise da experiência operacional do Município, tendo como objetivo a superação de limitações anteriormente identificadas, mediante a adoção de solução mais eficiente, moderna e aderente às necessidades institucionais.

10.3. Nesse contexto, a estruturação da contratação em lotes distintos, associada à implementação de gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre e à ampliação da cobertura territorial do fornecimento, permite maior controle, rastreabilidade, transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

10.4. A dinâmica operacional do Município de Tarauacá/AC, marcada por desafios logísticos, restrições de acesso, dependência da BR-364 e necessidade de deslocamentos frequentes para os Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, exige a adoção de solução contratual compatível com a realidade regional, capaz de assegurar abastecimento contínuo, inclusive em trânsito.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.5. Ademais, a execução de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, meio ambiente e ações itinerantes em comunidades de difícil acesso demanda estrutura logística eficiente, sendo o abastecimento da frota elemento essencial para a prestação regular e contínua dos serviços públicos.

10.6. A contratação também se alinha aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e governança, ao substituir modelo operacional com limitações de controle e cobertura por solução estruturada, baseada em rede credenciada, gestão informatizada e critério de desconto sobre o preço de bomba, promovendo maior aderência às condições reais de mercado e melhor gestão contratual.

10.7. A utilização de critérios técnicos de estimativa, fundamentados em dados históricos de consumo, projeções de demanda e ampliação das atividades institucionais, permite à Administração estruturar contratação mais adequada às exigências legais e operacionais, adotando práticas de gestão mais modernas, seguras e eficientes.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A presente contratação tem por finalidade promover o aprimoramento da gestão do abastecimento da frota municipal, assegurando maior eficiência operacional, controle do consumo de combustíveis e continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população do Município de Tarauacá/AC.

11.2. A adoção de solução baseada em gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre, associada à utilização de rede credenciada com abrangência regional, permitirá o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das operações e a disponibilização de relatórios gerenciais em tempo real, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e governança contratual.

11.3. A implementação do modelo proposto contribuirá para a eliminação de práticas operacionais inadequadas, como o abastecimento mediante adiantamento de recursos por servidores com posterior reembolso, conferindo maior segurança jurídica, transparência e padronização aos procedimentos administrativos.

11.4. A ampliação da cobertura territorial do abastecimento, especialmente nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, possibilitará maior eficiência nos deslocamentos intermunicipais, assegurando o funcionamento contínuo das atividades institucionais e evitando interrupções decorrentes da limitação geográfica do modelo atualmente utilizado.

11.5. A adoção do critério de julgamento baseado no percentual de desconto sobre o preço de bomba vigente no momento do abastecimento proporcionará maior aderência às condições reais de mercado, mitigando os impactos decorrentes da volatilidade dos preços dos combustíveis e reduzindo a necessidade de reequilíbrios econômico-financeiros.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.6. A solução também resultará em ganhos de economicidade, decorrentes da padronização dos procedimentos, da centralização da gestão do abastecimento, da redução de falhas operacionais e do melhor controle sobre os gastos públicos, contribuindo para a otimização dos recursos orçamentários.

11.7. No que se refere à frota fluvial, a contratação assegurará o fornecimento contínuo de combustíveis, garantindo a execução de ações institucionais em comunidades ribeirinhas, o transporte escolar fluvial, as atividades itinerantes de saúde e o atendimento a situações emergenciais, especialmente em períodos de alagação e estiagem.

11.8. A estruturação da contratação em lotes distintos, compatíveis com as especificidades da frota terrestre e fluvial, permitirá maior adequação técnica da solução, ampliando a competitividade do certame e assegurando a seleção de fornecedores com expertise específica em cada segmento.

11.9. A contratação contribuirá, ainda, para o fortalecimento das práticas de planejamento, controle interno e gestão de riscos, mediante a adoção de instrumentos tecnológicos e mecanismos de acompanhamento sistemático do consumo, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

11.10. Dessa forma, os benefícios esperados abrangem não apenas a melhoria da eficiência administrativa, mas também o fortalecimento da governança pública, a transparência na aplicação dos recursos e a garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados à coletividade.

12. CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE EXECUÇÃO E DISPONIBILIDADE LOCAL

12.1. Considerando a natureza do objeto e as particularidades logísticas do Município de Tarauacá/AC, a execução contratual deverá assegurar disponibilidade operacional imediata no território municipal, bem como capacidade de atendimento contínuo às demandas da Administração Pública.

12.2. Para o Lote 1 (gestão do abastecimento da frota terrestre), não será exigida a instalação de sede ou unidade física da empresa no município, devendo, contudo, a contratada comprovar, previamente à assinatura do contrato, a existência de rede credenciada de postos de combustíveis em funcionamento no Município de Tarauacá/AC, bem como cobertura operacional nos Municípios de Rio Branco/AC e Cruzeiro do Sul/AC, de modo a garantir o abastecimento local e em trânsito.

12.3. A rede credenciada deverá estar apta a operar com o sistema informatizado de gestão, assegurando a execução integral do objeto contratual desde o início da vigência, sendo vedada a indicação de estabelecimentos fictícios ou sem capacidade operacional comprovada.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.4. Para o Lote 2 (fornecimento de combustíveis destinados à frota fluvial), a contratada deverá dispor de ponto de abastecimento ativo no Município de Tarauacá/AC, com capacidade de fornecimento contínuo e imediato, compatível com a demanda das embarcações utilizadas pela Administração.

12.5. A exigência de disponibilidade operacional local justifica-se em razão das características geográficas e logísticas do Município, notadamente:

- a) Isolamento relativo e dependência da BR-364, com limitações de trafegabilidade;
- b) Necessidade de atendimento contínuo a serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social e defesa civil;
- c) Execução de ações em áreas de difícil acesso, incluindo comunidades ribeirinhas;
- d) Impossibilidade de interrupção do abastecimento sem prejuízo à continuidade do serviço público.

12.6. A comprovação das condições operacionais previstas neste item deverá ocorrer como requisito para assinatura do contrato, sendo facultado à Administração realizar diligências para verificação da efetiva capacidade de execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.7. O descumprimento das condições estabelecidas implicará a não formalização da contratação ou, se verificado no curso da execução, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, conforme os arts. 156 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

13. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa do valor global da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, encontrando-se devidamente instruída com os preços unitários referenciais, respectivas memórias de cálculo e os documentos que lhe conferem suporte técnico e metodológico, observando-se critérios compatíveis com a natureza do objeto, a realidade de mercado e as particularidades logísticas do Município de Tarauacá/AC.

13.2. Referidos elementos poderão constar em anexo apartado e classificado, a critério da Administração, em observância ao disposto no art. 24, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de resguardar o caráter estratégico do orçamento estimado, preservando-se o sigilo até a conclusão da fase de julgamento da licitação, sem prejuízo de sua posterior divulgação.

13.3. Lote 1 – Gestão do abastecimento da frota terrestre

A estimativa considerou:

- a) o histórico de consumo da frota municipal nos exercícios anteriores;
- b) a projeção de expansão da frota e ampliação das atividades institucionais;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

c) a variação regional dos preços dos combustíveis, com base em dados públicos oficiais (ex.: ANP);

d) a modelagem de contratação baseada em percentual de desconto sobre o preço de bomba vigente, adotada como critério de julgamento.

13.4. Considerando a natureza do modelo adotado, a estimativa não se restringe à fixação de preço unitário absoluto, mas à definição de parâmetro referencial de consumo anual, sobre o qual incidirá o percentual de desconto ofertado pelos licitantes, assegurando aderência às oscilações de mercado e mitigação de riscos de inexequibilidade.

13.5. Lote 2 – Fornecimento de combustíveis para frota fluvial

13.5.1. A estimativa foi construída com base:

- a) Na demanda histórica das embarcações utilizadas pelas Secretarias Municipais;
- b) Na sazonalidade do consumo, especialmente em períodos de cheia e estiagem;
- c) Nas especificidades operacionais das ações em comunidades ribeirinhas;
- d) Em cotações realizadas com fornecedores locais e regionais, observados os critérios de validade temporal previstos na IN SEGES/ME nº 65/2021.

13.6. Foram desconsideradas propostas com indícios de inexequibilidade ou valores discrepantes em relação ao mercado, nos termos do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando a confiabilidade da estimativa.

13.7. A metodologia adotada considerou, ainda, as limitações logísticas do Município, os custos indiretos de abastecimento e a necessidade de garantir fornecimento contínuo, fatores que impactam diretamente na formação dos preços.

13.8. O valor estimado da contratação encontra-se consolidado em planilha específica integrante do processo administrativo, contemplando:

- a) Quantitativos previstos por tipo de combustível;
- b) Distribuição estimada por secretaria;
- c) Consumo anual projetado;
- d) Memória de cálculo da estimativa de preços.

13.9. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá adotar o sigilo do orçamento estimado, como medida destinada à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, assegurada sua divulgação após o encerramento da fase de julgamento.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13.10. Ressalte-se que os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação integral, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, cuja execução ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

13.11. Dessa forma, a estimativa de preços reflete parâmetros técnicos, jurídicos e operacionais adequados à contratação pretendida, assegurando a viabilidade do certame, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública

14. LEVANTAMENTO DE MERCADO

14.1. O levantamento de mercado realizado no âmbito da presente contratação teve por finalidade identificar as soluções disponíveis para o atendimento das demandas relacionadas ao fornecimento de combustíveis e à gestão do abastecimento da frota pública, considerando as especificidades operacionais do Município de Tarauacá/AC.

14.2. Verificou-se que o mercado nacional apresenta, de forma consolidada, dois modelos principais de atendimento à Administração Pública:

- a) Fornecedor direto de combustíveis, realizado por postos revendedores ou distribuidores, mediante preço unitário por litro, com execução local e imediata;
- b) Gestão informatizada do abastecimento de frotas, por meio de empresas especializadas que operam sistemas tecnológicos integrados a redes de postos credenciados, permitindo controle, rastreabilidade e gerenciamento do consumo.

14.3. No que se refere ao Lote 1, constatou-se ampla oferta de empresas especializadas na gestão de abastecimento por meio de:

- a) Sistemas informatizados com uso de cartões magnéticos, tags ou aplicativos;
- b) Rede credenciada de postos de combustíveis com abrangência regional;
- c) Controle individualizado por veículo, condutor e unidade administrativa;
- d) Disponibilização de relatórios gerenciais, auditoria de consumo e parametrização de limites operacionais.

14.4. Esse modelo tem sido amplamente adotado por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, por proporcionar maior controle, transparência, padronização e eficiência na gestão do consumo de combustíveis, além de permitir a adoção de critérios de julgamento baseados em percentual de desconto sobre o preço de bomba.

14.5. Para o Lote 2, verificou-se que o mercado local e regional é composto predominantemente por postos revendedores de combustíveis com capacidade de fornecimento direto, especialmente no atendimento à demanda fluvial, considerando as limitações logísticas do município.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.6. A análise evidenciou que, em municípios com características geográficas semelhantes às de Tarauacá/AC, o fornecimento de combustíveis para embarcações é realizado por estabelecimentos locais, com capacidade de armazenamento e distribuição compatíveis com a demanda pública, sendo inviável, na prática, a adoção de modelos de gestão informatizada para esse segmento específico.

14.7. As empresas atuantes nesse mercado possuem, como atividade econômica principal ou secundária, o comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, devidamente autorizadas pelos órgãos reguladores competentes, especialmente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

14.8. Os modelos de contratação observados em outros entes públicos indicam a adoção predominante de:

- a) Sistema de Registro de Preços;
- b) Julgamento por maior percentual de desconto (para gestão de abastecimento);
- c) Contratação por preço unitário (para fornecimento direto);
- d) Permitindo flexibilidade, economicidade e aderência às variações de mercado.

14.9. Foram analisadas contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, bem como dados disponíveis em sistemas eletrônicos, portais de transparência e bases públicas, cujos registros encontram-se anexados ao presente Estudo Técnico Preliminar.

14.10. O levantamento de mercado confirma a viabilidade técnica e econômica da solução adotada, evidenciando que a modelagem proposta encontra respaldo na prática administrativa consolidada, sendo compatível com as condições operacionais, logísticas e geográficas do Município de Tarauacá/AC.

15. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

15.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, regularidade e eficiência do abastecimento da frota pública municipal do Município de Tarauacá/AC, compreendendo veículos terrestres, embarcações, máquinas e equipamentos, de modo a viabilizar a execução das atividades institucionais de todas as Secretarias Municipais.

15.2. Como resultado primário, pretende-se garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis, eliminando riscos de desabastecimento e consequente paralisação de serviços públicos essenciais, tais como:

- a) Transporte escolar terrestre, inclusive por meio de ônibus destinados ao atendimento da rede municipal de ensino;
- b) Transporte fluvial de estudantes em comunidades ribeirinhas;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- c) Transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio, com destaque para o deslocamento frequente de pacientes em tratamento de hemodiálise até o município de Cruzeiro do Sul/AC;
- d) Remoção de pacientes e atendimentos de urgência e emergência;
- e) Ações de saúde itinerante, inclusive por meio da unidade básica de saúde fluvial – UBS fluvial;
- f) Atividades da assistência social em áreas urbanas, rurais e de difícil acesso;
- g) Manutenção da infraestrutura urbana e rural, com utilização de máquinas e equipamentos pesados;
- h) Serviços de limpeza pública, incluindo a operação de roçadeiras e demais equipamentos;
- i) Atividades administrativas e operacionais das secretarias municipais.

15.3. No âmbito do Lote 1, que compreende o abastecimento da frota terrestre mediante sistema de gestão informatizada, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Controle individualizado do consumo por veículo, condutor e unidade administrativa;
- b) Rastreabilidade integral das operações de abastecimento;
- c) Redução de inconsistências, desperdícios e práticas inadequadas;
- d) Disponibilização de relatórios gerenciais em tempo real;
- e) Padronização dos procedimentos de abastecimento;
- f) Fortalecimento da governança e dos mecanismos de controle interno da despesa pública.

15.4. Ainda no âmbito do Lote 1, busca-se maior economicidade na contratação, mediante a aplicação de percentual de desconto sobre o preço de bomba, assegurando aderência às variações de mercado e otimização do custo global da despesa com combustíveis.

15.5. No que se refere ao Lote 2, destinado ao abastecimento da frota fluvial, pretende-se assegurar o fornecimento contínuo e imediato de combustíveis, garantindo a execução das ações institucionais em comunidades ribeirinhas e áreas de difícil acesso, especialmente:

- a) Transporte escolar fluvial;
- b) Atendimento de saúde em regiões isoladas, por meio de unidades móveis e da UBS fluvial;
- c) Ações emergenciais em períodos de cheia e estiagem;
- d) Deslocamento de equipes técnicas, operacionais e administrativas.

15.6. Ressalta-se que a estimativa de consumo da frota fluvial considerou, além da demanda histórica, a intensificação das ações itinerantes da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente aquelas realizadas por meio da UBS Fluvial, que opera em regime contínuo de deslocamento e atendimento em comunidades ribeirinhas e indígenas, implicando aumento relevante no consumo de combustíveis.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15.7. Como resultado institucional, pretende-se promover o fortalecimento das práticas de planejamento, controle e fiscalização contratual, mediante a adoção de mecanismos que assegurem maior transparência, rastreabilidade e controle do consumo de combustíveis.

15.8. A contratação também visa reduzir custos administrativos e operacionais, substituindo práticas descentralizadas e de difícil controle por solução estruturada, padronizada e tecnicamente adequada à realidade da Administração.

15.9. Espera-se, ainda, a melhoria na gestão da frota municipal, com impactos diretos na eficiência, continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados à população, bem como na otimização do uso dos recursos orçamentários.

15.10. Os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como às boas práticas de governança pública.

15.11. Dessa forma, a contratação transcende a mera operacionalização do abastecimento, configurando-se como instrumento essencial à execução de políticas públicas estruturantes, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura, com impacto direto na qualidade de vida da população e na efetividade da atuação estatal no âmbito do Município de Tarauacá/AC.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

16.1. Para a adequada implementação da contratação pretendida, deverão ser adotadas, previamente à celebração do instrumento contratual e durante sua execução, as seguintes providências administrativas, operacionais e de controle:

16.2. No âmbito do planejamento e formalização da contratação:

- a) Conclusão e validação dos artefatos de planejamento, especialmente o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência – TR, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 129/2023;
- b) Definição clara dos quantitativos por item e por secretaria, com base no histórico de consumo, nas demandas operacionais e nas especificidades da frota municipal, incluindo veículos próprios, locados, embarcações, máquinas e equipamentos;
- c) Estruturação do quadro de rateio por unidades administrativas, de modo a assegurar controle do consumo e evitar utilização desproporcional dos quantitativos registrados;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- d) Realização de pesquisa de preços em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 65/2021, com análise crítica dos dados coletados e tratamento de eventuais inconsistências.

16.3. No âmbito da estruturação operacional do contrato:

- a) Definição e formalização de rotinas de abastecimento, com identificação obrigatória do veículo, condutor, unidade administrativa e finalidade do deslocamento;
- b) Implantação, no caso do lote 1, de sistema informatizado de gestão de abastecimento, com funcionalidades de controle, rastreabilidade e emissão de relatórios gerenciais;
- c) Definição de procedimentos específicos para o abastecimento da frota fluvial (lote 2), considerando as peculiaridades logísticas, operacionais e geográficas do município;
- d) Cadastramento prévio e atualizado da frota municipal, incluindo veículos próprios, locados, embarcações, máquinas e equipamentos utilizados pelas secretarias;
- e) Vinculação dos veículos locados aos respectivos contratos administrativos, assegurando controle e rastreabilidade do consumo.

16.4. No âmbito da governança e do controle:

- a) Designação formal de gestor e fiscais do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com definição clara de competências;
- b) Capacitação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto à utilização do sistema de abastecimento e aos mecanismos de controle;
- c) Estabelecimento de rotinas periódicas de conferência e validação dos abastecimentos realizados;
- d) Implementação de mecanismos de controle interno voltados à identificação de desvios, inconsistências ou consumo incompatível com as atividades desempenhadas;
- e) Integração das informações de consumo com os setores de controle interno e contabilidade, visando maior transparência e rastreabilidade da despesa pública.

16.5. No âmbito da execução contratual e mitigação de riscos:

- a) Adoção de medidas que assegurem a continuidade do abastecimento, especialmente para serviços essenciais, tais como transporte escolar (inclusive por ônibus), transporte

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

de pacientes para tratamento fora do domicílio (com destaque para hemodiálise), ações de saúde itinerante (UBS Fluvial), limpeza pública e manutenção da infraestrutura;

- b) Definição de fluxos específicos para atendimento de demandas emergenciais, especialmente em períodos de cheia, estiagem ou situações de calamidade;
- c) Monitoramento contínuo do consumo por secretaria, com possibilidade de ajustes no rateio, quando devidamente justificados;
- d) Previsão de mecanismos de comunicação rápida entre contratada e Administração, para solução de eventuais intercorrências operacionais.

16.6. No âmbito da transparência e conformidade:

- a) Registro e disponibilização das informações contratuais nos sistemas oficiais, inclusive PNCP, quando aplicável;
- b) Manutenção da documentação comprobatória de todas as etapas da contratação e execução, para fins de auditoria e controle externo;
- c) Observância às normas de integridade, governança e boas práticas administrativas, garantindo a legalidade, legitimidade e eficiência da contratação.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

17.1. A presente contratação, por envolver o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota pública municipal, possui potencial de impacto ambiental relevante, especialmente em razão da natureza dos insumos envolvidos e das atividades operacionais de armazenamento, transporte e abastecimento.

17.2. No âmbito da frota terrestre, os principais impactos ambientais estão associados à emissão de poluentes atmosféricos decorrentes da queima de combustíveis fósseis, tais como dióxido de carbono (CO₂), monóxido de carbono (CO) e óxidos de nitrogênio (NOx), os quais contribuem para a degradação da qualidade do ar e para os efeitos das mudanças climáticas.

17.3. No que se refere à frota fluvial, os riscos ambientais assumem maior criticidade, especialmente quanto à possibilidade de contaminação de corpos hídricos em decorrência de vazamentos, derramamentos ou manuseio inadequado de combustíveis durante as operações de abastecimento, podendo impactar diretamente ecossistemas aquáticos e comunidades ribeirinhas.

17.4. Adicionalmente, o abastecimento de máquinas e equipamentos utilizados na manutenção da infraestrutura urbana e rural, bem como nos serviços de limpeza pública, também apresenta

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

riscos ambientais, sobretudo em função do manuseio contínuo de combustíveis e da possibilidade de descarte inadequado de resíduos contaminantes.

17.5. Diante disso, deverão ser observadas as seguintes medidas mitigadoras e de controle ambiental:

- a) Cumprimento integral da legislação ambiental vigente, especialmente a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais);
- b) Exigência de que os fornecedores estejam devidamente autorizados pelos órgãos reguladores competentes, especialmente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como licenciados pelos órgãos ambientais competentes;
- c) Adoção de procedimentos seguros de armazenamento e abastecimento, com utilização de equipamentos adequados e sistemas de contenção que minimizem riscos de vazamentos e derramamentos;
- d) Especial atenção às operações de abastecimento da frota fluvial, com adoção de práticas que evitem a contaminação de rios e demais corpos d'água;
- e) Destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, incluindo embalagens e materiais contaminados, em conformidade com a legislação aplicável;
- f) Manutenção de documentação comprobatória da regularidade ambiental e da destinação adequada de resíduos, quando aplicável;
- g) Capacitação dos operadores e responsáveis pelo abastecimento quanto às boas práticas ambientais e de segurança;
- h) Fiscalização contínua por parte da Administração quanto ao cumprimento das obrigações ambientais pela contratada.

17.6. O descumprimento das obrigações ambientais poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal da contratada, conforme legislação ambiental vigente.

17.7. Ressalta-se que, embora os impactos ambientais não possam ser integralmente eliminados, a adoção das medidas previstas permitirá sua mitigação, em observância ao princípio do desenvolvimento sustentável aplicável às contratações públicas.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

18.1. Com base nos elementos técnicos, jurídicos e operacionais analisados no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, conclui-se que a contratação da solução proposta, estruturada por lotes distintos e complementares, mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente legítima e administrativamente necessária, visando assegurar a continuidade e eficiência dos serviços públicos essenciais no âmbito do Município de Tarauacá/AC.

18.2. A modelagem adotada, fundamentada no Sistema de Registro de Preços (SRP), contempla:

Lote 1 – gestão informatizada do abastecimento da frota terrestre, mediante rede credenciada e aplicação de percentual de desconto sobre o preço de bomba;

Lote 2 – fornecimento direto de combustíveis destinados à frota fluvial, considerando as especificidades logísticas e operacionais do Município;

permitindo à Administração Pública maior flexibilidade na execução contratual, controle efetivo do consumo e aderência às variações de mercado.

18.3. A solução proposta encontra respaldo nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e governança administrativa, previstos nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, além de observar as diretrizes relacionadas à adequada estimativa de preços (art. 23) e à estruturação da fase preparatória da contratação.

18.4. A viabilidade técnica da contratação está evidenciada pela ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, tanto no segmento de gestão de abastecimento com uso de sistemas informatizados e rede credenciada, quanto no fornecimento direto de combustíveis por postos locais e regionais devidamente autorizados.

18.5. Sob o aspecto operacional, a solução mostra-se compatível com a realidade do Município, especialmente em razão:

- a) Da necessidade de atendimento contínuo da frota terrestre, incluindo veículos próprios e locados;
- b) Da execução de serviços essenciais como transporte escolar (inclusive por ônibus), transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio — com destaque para hemodiálise no município de cruzeiro do sul/ac —, remoções e ações administrativas;
- c) Da intensificação das ações itinerantes de saúde por meio da unidade básica de saúde fluvial – ubs fluvial;
- d) Da atuação em comunidades ribeirinhas e indígenas, com elevado grau de dependência da logística fluvial;
- e) Da utilização de máquinas e equipamentos na manutenção da infraestrutura urbana e rural, bem como nos serviços de limpeza pública.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

18.6. Não foram identificados óbices técnicos, jurídicos, ambientais ou administrativos que comprometam a efetividade da contratação, tampouco conflitos com contratações correlatas em vigor que inviabilizem a adoção da solução proposta.

18.7. A contratação, conforme estruturada, apresenta-se como medida indispensável à execução das políticas públicas municipais, com impacto direto na continuidade dos serviços essenciais, na eficiência administrativa e na adequada aplicação dos recursos públicos.

18.8. Diante do exposto, declara-se plenamente viável a contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento da instrução processual para as fases subsequentes, especialmente a elaboração do Termo de Referência, consolidação da pesquisa de preços e elaboração da minuta de edital, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

18.9. A análise de riscos da contratação será devidamente realizada em instrumento específico, denominado Mapa de Riscos, a ser elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, contemplando a identificação, avaliação e tratamento dos riscos inerentes à execução contratual, especialmente aqueles relacionados à continuidade do fornecimento, à oscilação de preços e às particularidades logísticas do Município de Tarauacá/AC.

Tarauacá/AC, 20 de março de 2026.

ETP Elaborado por:

ETP Autorizado por:

MARIA DE JESUS MOURÃO DA SILVA

Servidora Municipal

Matricula nº 8589

ENIVALDO CAVALCANTE GOMES DO Ó

Secretário Municipal de Administração

Decreto nº 004/2025

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Centro, CEP 69970-000, Tarauacá/AC, inscrita no CNPJ sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 1º de janeiro de 2025, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Acre, edição nº 13.939, de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2026, instaurado nos autos do Processo Administrativo nº 2.068/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) abaixo indicada(s) e qualificada(s), observada a ordem de classificação no certame, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com o Edital, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e as propostas julgadas e aceitas, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, de empresa(s) especializada(s) para atendimento da demanda de combustíveis do Município de Tarauacá/AC, conforme especificações, condições, quantitativos máximos estimados e demais exigências constantes do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2026, o qual integra esta Ata para todos os fins.

1.2. Integram igualmente esta Ata, independentemente de transcrição:

- I. O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2026 e seus anexos;
- II. O Estudo Técnico Preliminar;
- III. O Termo de Referência;
- IV. A proposta adjudicada da(s) fornecedora(s) registrada(s), inclusive no que se refere à marca, modelo, fabricante, especificações técnicas, catálogos, fichas técnicas, documentos de comprovação, prazos, garantia e demais condições aceitas na fase de julgamento.

1.3. O registro de preços formalizado nesta Ata não obriga a Administração à contratação, constituindo-se em instrumento vinculativo, obrigacional e orientador para futuras contratações, observada a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as marcas, os modelos, os fabricantes, as unidades de fornecimento, os quantitativos máximos estimados, os quantitativos mínimos, quando cabíveis, os prazos de garantia, os fornecedores registrados e as demais condições constantes da proposta aceita são os que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)								
Lote e itens do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. Os elementos constantes do quadro acima vinculam o fornecedor registrado e deverão guardar plena correspondência com a proposta apresentada, com a documentação técnica aceita no julgamento e com as especificações definidas no Termo de Referência, não sendo admitida, nas contratações decorrentes desta Ata, a substituição do produto registrado por outro de marca, modelo ou características diversas, salvo hipótese excepcional expressamente admitida pela Administração e desde que mantida a equivalência técnica, a vantajosidade e a compatibilidade com o objeto licitado, na forma da legislação aplicável.

2.3. Os quantitativos indicados nesta Ata possuem natureza estimativa e representam o limite máximo de contratação durante sua vigência, não gerando, por si sós, direito subjetivo à contratação integral, nem obrigação da Administração de consumir a totalidade registrada.

2.4. A relação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços constará em anexo próprio desta Ata, observada a ordem de classificação do certame e as condições estabelecidas no Edital e na legislação de regência.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência desta Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não tenham participado do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderão aderir a esta Ata na condição de não participantes, observados os requisitos e limites estabelecidos na legislação aplicável.

3.1.1. A adesão dependerá, cumulativamente, de:

I – justificativa formal da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III – consulta prévia ao órgão gerenciador; e

IV – aceitação expressa do fornecedor beneficiário da Ata.

3.2. A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após a anuência do fornecedor registrado.

3.2.1. O órgão gerenciador poderá indeferir o pedido de adesão sempre que verificar que a contratação pretendida pelo órgão ou entidade não participante poderá prejudicar a execução das contratações próprias decorrentes desta Ata ou comprometer a adequada gestão do registro de preços.

3.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, observado, em qualquer caso, o prazo de vigência desta Ata.

3.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação devidamente justificada do órgão ou entidade não participante e expressamente aceita pelo órgão gerenciador, desde que a prorrogação não ultrapasse a vigência desta Ata.

3.5. O órgão ou entidade que figure como participante desta Ata poderá aderir, na condição de não participante, apenas aos itens para os quais não tenha quantitativo originalmente registrado, desde que observados os requisitos previstos neste item.

3.6. Dos limites para as adesões

3.6.1. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.6.2. O quantitativo total decorrente das adesões realizadas por órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de adesões efetivadas.

3.6.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não se sujeita ao limite previsto no subitem 3.6.2.

3.6.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não se sujeitando ao limite previsto no subitem 3.6.2, desde que destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Da vedação a acréscimos de quantitativos

3.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor registrado, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.1.1. A prorrogação da vigência da Ata dependerá de manifestação formal da Administração, de concordância expressa do fornecedor e de demonstração, em processo administrativo próprio, de que os preços registrados permanecem vantajosos.

4.1.2. A existência desta Ata não obriga a Administração à contratação, constituindo-se em instrumento de registro formal de preços e de vinculação obrigacional do fornecedor, observadas a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária.

4.2. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas pelo órgão ou entidade interessada mediante contrato administrativo, nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, na forma admitida pela legislação aplicável.

4.2.1. O instrumento de contratação de que trata o subitem anterior deverá ser formalizado dentro do prazo de vigência desta Ata.

4.2.2. No momento da formalização da contratação e em cada exercício financeiro, deverão ser observadas a disponibilidade de créditos orçamentários, a indicação da dotação pertinente e, quando cabível, a compatibilidade com o plano plurianual.

4.3. Os contratos decorrentes desta Ata terão vigência própria, definida no respectivo instrumento, e poderão ser alterados, observadas as hipóteses e os limites estabelecidos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Após a homologação da licitação, serão observadas as seguintes condições para a formalização desta Ata:

4.4.1. serão registrados nesta Ata os preços, as especificações, as marcas, os modelos, os fabricantes, os quantitativos e as demais condições constantes da proposta adjudicada, admitida a hipótese de o licitante ter ofertado quantitativo inferior ao máximo estimado, hipótese em que ficará obrigado nos limites de sua proposta;

4.4.2. será incluído, em anexo próprio, o registro dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação do certame, abrangendo:

4.4.2.1. os licitantes que aceitarem fornecer os itens com preços iguais aos do adjudicatário; e

4.4.2.2. os licitantes que mantiverem sua proposta original.

4.4.3. nas futuras contratações e nas convocações decorrentes desta Ata, será observada a ordem de classificação dos fornecedores registrados e dos integrantes do cadastro de reserva.

4.5. O cadastro de reserva referido no subitem 4.4.2 tem por finalidade viabilizar a convocação de licitantes remanescentes nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor signatário da Ata.

4.6. Para fins de ordem de preferência no cadastro de reserva, os licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva será exigida apenas quando houver necessidade de sua convocação, notadamente nas seguintes hipóteses:

4.7.1. quando o adjudicatário não assinar esta Ata no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

4.7.2. quando houver cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, nas hipóteses previstas nesta Ata e na legislação aplicável.

4.8. O extrato desta Ata, com a identificação do fornecedor registrado, dos preços, dos itens e das demais condições essenciais, será divulgado no PNCP e permanecerá disponível durante toda a sua vigência.

4.9. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar esta Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do convocado apresentada dentro do prazo originalmente concedido, desde que devidamente justificada e aceita pela Administração.

4.10. Esta Ata poderá ser assinada por meio físico ou eletrônico, inclusive com utilização de assinatura digital, e será disponibilizada nos meios oficiais pertinentes.

4.11. Quando o convocado não assinar esta Ata no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no subitem 4.7, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições do primeiro classificado ou, quando cabível, nas condições resultantes de negociação ulterior.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes referidos no subitem 4.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado da contratação e sua eventual atualização, poderá:

4.12.1. convocar os demais licitantes remanescentes cujos preços tenham sido registrados sem redução, observada a ordem de classificação, para fins de negociação e eventual obtenção de condição mais vantajosa; ou

4.12.2. formalizar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados nesta Ata implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência da superveniência de fatos que justifiquem a revisão do equilíbrio econômico-financeiro da Ata ou da redução dos preços praticados no mercado, observadas a legislação aplicável e as condições estabelecidas no Edital.

5.2. A alteração ou atualização dos preços registrados poderá ocorrer, especialmente, nas seguintes hipóteses:

- I. Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;
- II. Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como na superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão nos preços registrados;
- III. Em caso de redução superveniente dos preços praticados no mercado, hipótese em que o órgão gerenciador promoverá a negociação para adequação dos valores registrados;
- IV. Na hipótese de previsão, no Edital ou no instrumento de contratação decorrente desta Ata, de cláusula de reajustamento, hipótese em que deverão ser observados a anualidade e o índice definido para a contratação.

5.3. Na hipótese de reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice oficialmente previsto no Edital, no Termo de Referência ou no instrumento contratual decorrente desta Ata.

5.4. A eventual atualização ou revisão dos preços registrados dependerá de instrução processual regular, da demonstração analítica da causa que a justifica e de decisão formal do órgão gerenciador.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, de modo a adequá-lo à realidade de mercado.

6.2. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, desde que a recusa decorra exclusivamente da impossibilidade de manutenção do valor registrado nas condições supervenientes apuradas.

6.3. Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam assumir o item pelos valores compatíveis com o mercado, vedada a convocação daqueles que já tiverem tido seu registro cancelado.

6.4. Não obtendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do registro do item ou, se for o caso, da Ata, adotando as medidas necessárias à obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem formalizado contratações decorrentes desta Ata para que avaliem a conveniência e a oportunidade de promover a correspondente alteração contratual, observada a legislação aplicável.

6.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas nesta Ata, poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que tenha tornado inviável a manutenção do valor originalmente pactuado.

6.7. O pedido de alteração deverá ser instruído com documentação comprobatória idônea, inclusive planilhas, notas fiscais, cotações, demonstrativos de custos ou outros elementos que evidenciem a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente apto a inviabilizar o cumprimento do preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, devendo o fornecedor cumprir integralmente as obrigações assumidas, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, observadas as disposições do item 4 desta Ata, para verificar se aceitam assumir o fornecimento nas condições admissíveis.

6.10. Não obtendo êxito nas negociações com o cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do registro do respectivo item ou, se necessário, da própria Ata, adotando as providências cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.11. Comprovada a superveniência de circunstância que justifique a atualização do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora poderá promover a adequação do valor, de acordo com os preços efetivamente praticados no mercado, observados a legislação vigente, a vantajosidade administrativa e a devida motivação do ato.

Efetivada a alteração do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará o fato aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratações decorrentes desta Ata, para que avaliem a necessidade de promover eventual alteração contratual, na forma da legislação aplicável.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e, quando cabível, para órgãos ou entidades não participantes, observadas as condições e os limites estabelecidos na legislação aplicável.

7.2. O remanejamento somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

7.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. Para fins de remanejamento, o órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, deverão ser observados, além das condições previstas neste item, os limites aplicáveis às adesões à Ata de Registro de Preços.

7.5. Compete ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a correspondente redução do quantitativo originalmente atribuído ao órgão ou entidade participante que cederá a parcela remanejada, condicionada à prévia anuência do órgão ou entidade que sofrer a redução.

7.6. Quando o remanejamento ocorrer entre órgãos ou entidades de entes federativos distintos, caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento.

7.7. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja prévia indicação, pelo órgão gerenciador, dos quantitativos individualizados dos participantes, a distribuição das quantidades para execução descentralizada poderá ser realizada por meio de remanejamento, observadas as disposições deste item.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:

8.1.1. descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços, sem motivo devidamente justificado;

8.1.2. não retirar a nota de empenho, não assinar o instrumento contratual ou não aceitar outro instrumento hábil equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

8.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese legalmente prevista de redução obrigatória para adequação aos valores praticados no mercado; ou

8.1.4. sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, caso a sanção aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta Ata, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão expressamente fundamentada, optar pela manutenção formal do registro de preços, ficando vedadas as contratações derivadas desta Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no subitem 8.1, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e na legislação aplicável.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, total ou parcialmente, relativamente a item específico ou à integralidade desta Ata, desde que devidamente comprovado e motivado, nas seguintes hipóteses:

8.4.1. por razão de interesse público devidamente justificada;

8.4.2. a pedido do fornecedor, em decorrência de caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente comprovado que inviabilize o cumprimento das obrigações assumidas; ou

8.4.3. quando não houver êxito nas negociações promovidas pela Administração, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, na forma da legislação aplicável.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor registrado às sanções administrativas cabíveis, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Edital, do Termo de Referência e, quando houver contratação decorrente, do respectivo instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. As sanções previstas neste item também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, regularmente convocados, recusarem-se injustificadamente a assumir a obrigação nas condições estabelecidas no Edital, nesta Ata e na legislação de regência.

9.1.2. A aplicação de penalidades não ocorrerá de forma automática, devendo ser precedida de regular processo administrativo, com motivação expressa e observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica e interesse público.

9.2. Compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas no âmbito desta Ata de Registro de Preços, inclusive aquelas relacionadas:

- I. À recusa injustificada em assinar a Ata ou em manter as condições registradas;
- II. Ao descumprimento das condições do registro de preços;
- III. À recusa injustificada em formalizar a contratação decorrente desta Ata, quando regularmente convocado;
- IV. Às condutas que ensejem o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados.

9.3. Nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução de contratação específica firmada por órgão participante ou por órgão aderente, caberá ao respectivo órgão contratante a apuração da infração e a aplicação da penalidade correspondente, na forma prevista no instrumento contratual, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

9.3.1. As infrações relacionadas à execução contratual, inclusive aquelas referentes a atraso, inadimplemento, inexecução total ou parcial, fornecimento em desconformidade, inadequação técnica, reincidência, dano à Administração e demais ocorrências verificadas na fase de execução, observarão a disciplina específica constante do Termo de Referência e do contrato administrativo decorrente.

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar formalmente ao órgão gerenciador toda ocorrência que possa repercutir no registro de preços, especialmente nas hipóteses de inadimplemento grave, recusa injustificada, conduta reiterada, aplicação de sanções restritivas ou situações aptas a ensejar o cancelamento do registro do fornecedor.

9.5. Sem prejuízo das sanções aplicáveis no âmbito das contratações decorrentes desta Ata, poderão ser adotadas pelo órgão gerenciador as providências necessárias ao cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, nos termos desta Ata e da legislação de regência.

9.6. A eventual aplicação de multa no âmbito das contratações decorrentes desta Ata observará os critérios, parâmetros de proporcionalidade, gradação, base de cálculo e hipóteses de incidência previstos no Edital, no Termo de Referência e no respectivo contrato, podendo ser descontada de valores devidos ao contratado, compensada administrativamente ou cobrada pelos meios legais cabíveis.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, inclusive aquelas relativas a prazos de entrega, recebimento, garantia, substituição de bens, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, critérios de fiscalização, hipóteses de inadimplemento, penalidades e demais condições do ajuste, são as estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na proposta registrada e, quando houver contratação específica, no respectivo instrumento contratual ou instrumento equivalente.

10.2. Esta Ata deverá ser interpretada e executada em consonância com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto nº 11.462/2023, com o Edital do certame e com os seus anexos, prevalecendo, em caso de divergência material, as disposições legais e regulamentares, seguidas do Edital e do Termo de Referência.

10.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo ou lote, somente será admitida a contratação parcial de itens que o componham quando houver prévia justificativa técnica e administrativa, acompanhada de pesquisa de mercado e demonstração formal de vantajosidade para a Administração, sem prejuízo da coerência funcional do conjunto e da preservação das condições que fundamentaram o julgamento da proposta.

10.4. Os casos omissos decorrentes da execução desta Ata serão resolvidos pelo órgão gerenciador, à luz da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023, do Edital, do Termo de Referência e dos princípios gerais aplicáveis à Administração Pública.

10.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata será assinada pelas partes, preferencialmente por meio eletrônico, e disponibilizada nos meios oficiais cabíveis, produzindo seus efeitos na forma da legislação aplicável.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

ANEXO I CADASTRO DE RESERVA

Em observância à ordem de classificação do certame, integram o cadastro de reserva da presente Ata de Registro de Preços os licitantes abaixo relacionados, nos termos do Edital, desta Ata e da legislação aplicável.

I – LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS COM PREÇOS IGUAIS AOS DO ADJUDICATÁRIO

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante legal)	Especificação do Objeto	Marca	Modelo	Fabricante	Unidade	Quantidade Máxima Estimada	Quantidade Mínima	Valor Unitário Registrado	Prazo de Garantia/Validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

II – LICITANTES QUE MANTIVERAM SUA PROPOSTA ORIGINAL

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos e representante legal)	Especificação do Objeto	Marca	Modelo	Fabricante	Unidade	Quantidade Máxima Estimada	Quantidade Mínima	Valor Unitário Registrado	Prazo de Garantia/Validade

DISPOSIÇÕES DO CADASTRO DE RESERVA

1. A convocação dos integrantes do cadastro de reserva observará a ordem de classificação do certame e as hipóteses previstas no Edital, nesta Ata e na legislação de regência.
2. Os licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiveram sua proposta original, para fins de eventual convocação.
3. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva será exigida apenas quando houver necessidade de sua convocação, nos termos da legislação aplicável e das condições previstas na Ata de Registro de Preços.
4. A eventual contratação de integrante do cadastro de reserva dependerá da manutenção das condições de aceitabilidade da proposta, da compatibilidade do preço com o valor estimado e com os preços de mercado, bem como do atendimento às exigências de habilitação, quando cabível.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº ____/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede na Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Centro, CEP 69970-000, Tarauacá/AC, inscrito no CNPJ sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 1º de janeiro de 2025, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Acre, edição nº 13.939, de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, conforme _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2.068/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2026, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para atendimento da demanda de combustíveis do Município de Tarauacá/AC, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2026, na Ata de Registro de Preços nº ____/2026 e na proposta da CONTRATADA, que integram este instrumento para todos os fins.

1.2. Integram o objeto da contratação os itens abaixo discriminados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. o Termo de Referência;

1.3.2. o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2026;

1.3.3. a Ata de Registro de Preços nº ____/2026;

1.3.4. a proposta da CONTRATADA, inclusive quanto à marca, modelo, fabricante, especificações técnicas, garantia e demais condições ofertadas e aceitas;

1.3.5. os eventuais anexos dos documentos acima indicados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de [indicar o prazo], contado da data de sua assinatura, observada sua eficácia legal após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

2.1.1. A vigência contratual deverá guardar conformidade com o prazo previsto no Edital, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento, observando-se, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e, quando cabível, a compatibilidade com o plano plurianual.

2.1.2. Eventual prorrogação somente poderá ocorrer, mediante termo aditivo e decisão formalmente motivada da Administração, nas hipóteses legalmente admitidas e desde que demonstrado o interesse público, vedada a prorrogação automática.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado, nem mantido em execução, caso a CONTRATADA venha a ser alcançada por sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observadas a abrangência, a extensão e os efeitos jurídicos da penalidade aplicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução contratual observará o modelo de fornecimento, os mecanismos de gestão e fiscalização, os prazos, as condições de entrega, recebimento, conferência, aceite, substituição de bens em desconformidade, garantia contratual e demais parâmetros operacionais previstos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, cujas disposições integram este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

4.1.1. A subcontratação parcial somente será admitida em relação a parcelas acessórias, instrumentais ou complementares à execução do objeto, desde que haja previsão no Termo de Referência, prévia e expressa autorização do CONTRATANTE e manutenção integral da responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do ajuste.

4.1.2. A eventual subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE quanto à qualidade, conformidade, prazo de entrega, garantia, assistência técnica e demais obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme os itens, quantitativos e valores unitários constantes da Cláusula Primeira e da proposta adjudicada da CONTRATADA.

5.1.1. No valor contratual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à integral execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, embalagens, transporte, carga, descarga, garantia, assistência técnica e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

5.1.2. Os valores unitários registrados e contratados vinculam a CONTRATADA e somente poderão ser alterados nas hipóteses legalmente admitidas, observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até [indicar o prazo previsto no Termo de Referência], contado do recebimento definitivo do objeto, da atestação da nota fiscal/fatura pelo setor competente e do cumprimento das demais condições exigidas para liquidação da despesa, na forma estabelecida no Termo de Referência e neste Contrato.

6.1.1. A nota fiscal/fatura deverá corresponder exatamente aos bens efetivamente entregues e aceitos, devendo estar acompanhada da documentação exigida para fins de liquidação e pagamento.

6.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, circunstância que impeça a liquidação da despesa ou pendência atribuível à CONTRATADA, o prazo para pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.

6.2. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido à CONTRATADA será atualizado financeiramente desde a data final do período de adimplemento da obrigação até a data do efetivo pagamento, observando-se a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

6.2.1. A atualização financeira será calculada pela seguinte fórmula:

$$AF = VP \times (IPCA/100)$$

onde:

AF = atualização financeira devida;

VP = valor da parcela em atraso;

IPCA = variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, apurada entre a data final do período de adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

6.2.2. Quando o período de atraso for inferior a um mês, a atualização financeira será apurada pro rata die, observada a variação proporcional do índice adotado.

6.2.3. A incidência da atualização financeira não afasta a apuração de responsabilidade do agente causador da mora, nem prejudica a adoção das demais providências administrativas cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base vinculada ao orçamento estimado da contratação, na forma prevista no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

7.1.1. O reajuste será calculado com base na variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a periodicidade anual e a data-base fixada para a contratação.

7.1.2. O reajuste dependerá de requerimento da CONTRATADA, quando cabível, e de análise formal do CONTRATANTE, vedada sua aplicação automática em desacordo com a legislação e com as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

7.2. Permanecem ressalvadas as hipóteses de revisão ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos legalmente cabíveis, desde que devidamente comprovados e processados na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável:

8.1.1. exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato e seus anexos;

8.1.2. receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, promovendo o recebimento provisório e definitivo, quando cabível, após a devida verificação de conformidade;

8.1.3. rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desconformidade com as especificações técnicas, determinando sua substituição, correção ou complementação, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

8.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução contratual, fixando prazo para saneamento;

8.1.5. acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do objeto e determinando as medidas necessárias à regularização das falhas verificadas;

8.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao objeto regularmente fornecido e recebido, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. aplicar à CONTRATADA as penalidades legal e contratualmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

8.1.8. emitir decisão expressa sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de fundamento;

8.1.8.1. O CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, para decidir,

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

admitida prorrogação motivada, por igual período;

8.1.9. apreciar e decidir os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato apresentados pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da instrução completa do requerimento, admitida prorrogação motivada quando a complexidade da matéria assim o exigir;

8.1.10. comunicar ao órgão de assessoramento jurídico ou de representação judicial do Município a ocorrência de fatos que demandem adoção de medidas administrativas ou judiciais cabíveis;

8.1.11. notificar os emitentes de garantias, quando exigidas, acerca do início de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual;

8.1.12. prestar as informações e disponibilizar as condições necessárias à adequada execução do objeto, nos limites de suas atribuições.

8.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato, omissão, culpa ou dolo da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto, observando, além das demais disposições contratuais e legais, as obrigações a seguir estabelecidas.

9.2. Fornecer os bens contratados em estrita conformidade com as especificações técnicas, marcas, modelos, fabricantes, padrões de qualidade, quantitativos, prazos, condições de garantia e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta aceita.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade competente, prestando, nos prazos assinalados, todos os esclarecimentos e informações solicitados acerca da execução contratual.

9.4. Entregar os bens no prazo, local, condições e forma estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da documentação técnica, manuais, certificados, catálogos, relação de assistência técnica autorizada e demais elementos exigidos para o regular recebimento do objeto.

9.5. Substituir, reparar, corrigir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, os bens entregues em desconformidade com as especificações exigidas, com vícios, defeitos, avarias, incorreções, falhas de fabricação, inadequações técnicas ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização, qualidade, segurança ou funcionalidade.

9.6. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros em razão da execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercidos pelo CONTRATANTE, podendo este descontar dos pagamentos devidos os valores correspondentes aos prejuízos apurados, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

9.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação, apresentando, sempre que solicitado, a documentação comprobatória pertinente.

9.8. Quando não for possível ao CONTRATANTE verificar eletronicamente a regularidade da CONTRATADA nos sistemas oficiais aplicáveis, deverá esta apresentar, para fins de pagamento, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos pela legislação e pelo instrumento convocatório.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias, logísticas e demais encargos incidentes sobre a execução do objeto, não se transferindo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por sua inadimplência.

9.10. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e de forma imediata, qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato, inclusive atraso previsível na entrega, indisponibilidade de insumos, descontinuidade de fabricação, alteração de especificação do fabricante ou qualquer circunstância capaz de afetar o fornecimento, a qualidade ou a conformidade do objeto.

9.11. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do termo final originalmente

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

previsto para a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo contratual, com a devida comprovação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das sanções cabíveis.

9.12. Não substituir, por iniciativa própria, a marca, o modelo, o fabricante ou as especificações do produto contratado, salvo prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, desde que demonstrada formalmente a equivalência técnica ou superioridade do bem ofertado e preservadas a vantajosidade, a compatibilidade com o objeto licitado e as condições aceitas no julgamento da proposta.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a custos diretos e indiretos, despesas acessórias, fretes, embalagens, seguros, tributos, garantia e assistência técnica, exceto nas hipóteses legalmente caracterizadas de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

9.14. Observar, no que couber, as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto, inclusive aquelas relacionadas à segurança do produto, transporte, acondicionamento, rastreabilidade, sustentabilidade, certificação e descarte adequado.

9.15. Não empregar, na execução contratual, mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, vedada a utilização de trabalho infantil em qualquer hipótese ilícita e de trabalho degradante, forçado ou em condições análogas à escravidão.

9.16. Cumprir, durante toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável, bem como comprovar seu atendimento sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-as exclusivamente para o cumprimento do objeto, vedada sua divulgação, reprodução ou compartilhamento indevido.

9.18. Observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução do contrato, responsabilizando-se por tratamento indevido, vazamento, perda, extravio ou uso irregular dessas informações.

9.19. Orientar seus prepostos, empregados, representantes e eventuais subcontratados autorizados quanto aos deveres de sigilo, confidencialidade e proteção de dados aplicáveis à execução contratual, respondendo integralmente por sua atuação.

9.20. Entregar, quando exigido para o item, o objeto acompanhado de manual do usuário em língua portuguesa, termo de garantia, certificado de autenticidade, certificações técnicas aplicáveis e indicação da rede de assistência técnica autorizada.

9.21. Responsabilizar-se pela garantia contratual e legal dos bens fornecidos, promovendo, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, os reparos, substituições, correções ou providências necessárias durante o respectivo prazo de cobertura.

9.22. Responder pelos custos de logística reversa, retirada, recolhimento, substituição e nova entrega do bem, quando necessária a correção de defeito, vício, avaria, desconformidade técnica ou recusa justificada no recebimento.

9.23. Abster-se de praticar qualquer ato que comprometa a lisura da execução contratual, a boa-fé objetiva, a confiabilidade do ajuste ou a segurança da Administração, inclusive mediante apresentação de informação inverídica, documentação falsa, produto diverso do cotado ou conduta que frustre o caráter competitivo ou a execução regular do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos da legislação aplicável e das condições definidas no instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. A CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os bens fornecidos, contados do recebimento definitivo, salvo se houver prazo superior de garantia ofertado pelo fabricante ou constante da proposta vencedora, hipótese em que prevalecerá o maior prazo.

11.2. A garantia deverá abranger a integralidade do bem fornecido, inclusive seus componentes, peças, acessórios, partes integrantes, funcionamento, desempenho e a mão de obra necessária à correção de defeitos, vícios ou irregularidades.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

11.3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, a promover a substituição, o reparo, a correção ou a regularização dos bens que apresentarem defeitos, vícios, falhas, avarias, inadequações técnicas ou desconformidade com as especificações contratuais, incluindo todas as despesas com retirada, transporte, remessa, devolução, reinstalação e demais encargos necessários.

11.4. Quando o defeito, vício ou irregularidade não puder ser sanado em prazo razoável, ou quando houver comprometimento da funcionalidade, da segurança ou da utilidade do bem, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro novo, equivalente ou superior, com as mesmas características técnicas exigidas no certame e aceitas na contratação, sem prejuízo da renovação da garantia quanto ao item substituído.

11.5. Para os bens que demandem suporte técnico especializado, especialmente os equipamentos eletroeletrônicos, tecnológicos e de informática, a CONTRATADA deverá assegurar a prestação de assistência técnica durante todo o período de garantia.

11.6. A assistência técnica deverá observar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- I. Atendimento no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da abertura formal do chamado pelo CONTRATANTE;
- II. Adoção das providências necessárias à solução do problema em prazo compatível com a natureza e a complexidade do defeito;
- III. Substituição do bem por outro equivalente ou superior, sempre que o reparo não puder ser realizado em prazo razoável ou quando a manutenção comprometer a continuidade da utilização do objeto;
- IV. Prestação do atendimento diretamente pela CONTRATADA ou por rede autorizada previamente indicada, desde que haja cobertura compatível com a localização do Município de Tarauacá/AC.

11.7. A CONTRATADA deverá informar, no ato da entrega ou da formalização contratual, conforme o caso, a rede de assistência técnica autorizada, os canais de atendimento, os meios de abertura de chamado e os procedimentos operacionais para acionamento da garantia.

11.8. A recusa injustificada em atender às solicitações formuladas pelo CONTRATANTE no período de garantia, a inexistência de assistência técnica adequada, a demora injustificada na solução do problema ou a omissão quanto à substituição do bem defeituoso caracterizarão inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

11.9. A garantia contratual prevista nesta cláusula não exclui nem reduz a incidência da garantia legal aplicável ao objeto, nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou desconformidades constatadas na forma da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de qualquer ação ou omissão que comprometa a regular execução contratual, a conformidade do objeto, o cumprimento dos prazos, a qualidade dos bens fornecidos, a garantia contratual, a assistência técnica ou a confiabilidade da relação contratual, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2. Constituem sanções administrativas aplicáveis, conforme a natureza e a gravidade da infração apurada:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

12.3. A aplicação das penalidades observará os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, devido processo legal, contraditório e ampla defesa, devendo a autoridade competente considerar, entre outros elementos, a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a vantagem auferida, a reincidência, o grau de culpa ou dolo e o impacto da conduta na continuidade e regularidade da execução contratual.

12.4. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando cabível, inclusive com desconto de valores devidos à CONTRATADA, compensação administrativa ou cobrança pelos meios legalmente admitidos, sem

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

prejuízo da apuração de perdas e danos e da adoção das demais medidas cabíveis.

12.5. A multa, quando aplicada, observará os critérios, parâmetros de gradação, hipóteses de incidência e bases de cálculo definidos no Termo de Referência e no Edital, vedada a imposição automática e desmotivada de penalidade dissociada da gravidade do descumprimento.

12.6. A recusa injustificada em substituir bens defeituosos, em cumprir a garantia contratual, em prestar assistência técnica, em sanar irregularidades apontadas pela fiscalização ou em observar as especificações técnicas do objeto poderá caracterizar infração contratual apta a ensejar a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo da eventual rescisão contratual.

12.7. As regras complementares acerca da tipificação das infrações, dos critérios de mensuração, da matriz de classificação das condutas e da dosimetria das sanções são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato, que integra o presente instrumento para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente estipulado.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral de seu objeto ou antes do término de sua vigência nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, desde que observados os requisitos legais e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

13.3. Aplicam-se à extinção contratual, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Na hipótese de descumprimento contratual imputável à CONTRATADA, ficará esta constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis e, conforme o caso, à extinção do contrato, sem prejuízo da adoção das medidas legalmente admitidas para assegurar a continuidade da contratação ou para resguardar o interesse público.

13.5. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada não ensejarão, por si sós, a extinção do contrato, desde que não comprometam sua capacidade de executar o objeto contratado.

13.5.1. Se a operação implicar alteração da pessoa jurídica contratada, deverá ser analisada sua admissibilidade jurídica e, quando cabível, formalizado o respectivo termo aditivo para alteração subjetiva, observada a legislação aplicável.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos ainda devidos;

13.6.3. Apuração de eventuais indenizações, glosas, retenções, compensações e multas.

13.7. A extinção do contrato não impedirá o reconhecimento de eventual direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, desde que regularmente requerido, comprovado e apurado em processo administrativo próprio, hipótese em que poderá ser formalizado termo indenizatório, quando cabível.

13.8. O CONTRATANTE poderá reter créditos devidos à CONTRATADA, limitadamente ao montante necessário à compensação de multas aplicadas, ao ressarcimento de prejuízos causados à Administração ou à satisfação de obrigações contratuais inadimplidas, observada a prévia apuração administrativa e a legislação aplicável.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se verifique a ocorrência de vício grave de legalidade, conflito de interesses ou situação que evidencie a manutenção, pela CONTRATADA, de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, desde que tal circunstância comprometa a regularidade, a moralidade ou a legitimidade da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações deste Contrato reger-se-ão pelo disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato,

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

observado o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite previsto no subitem anterior, na forma da legislação aplicável.

14.4. As alterações contratuais serão formalizadas, quando cabível, por meio de termo aditivo, devidamente motivado e instruído no processo administrativo correspondente, observados os pressupostos legais, a preservação do interesse público e a manutenção das condições de habilitação e execução contratual.

14.5. Não caracterizam alteração do contrato e poderão ser formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, os registros que se enquadrem nas hipóteses do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, inclusive aqueles relacionados à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à atualização financeira prevista neste instrumento, às compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento e ao empenho de dotações orçamentárias suplementares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Tarauacá/AC, referentes ao exercício financeiro correspondente, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Gestora/Órgão: _____;

Unidade Orçamentária: _____;

Função: _____;

Subfunção: _____;

Programa: _____;

Projeto/Atividade/Ação: _____;

Elemento de Despesa: _____;

Fonte/Destinação de Recursos: _____;

Nota de Empenho: (se já houver emitida).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando necessária, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, podendo ser formalizada por apostilamento, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos decorrentes da execução deste Contrato serão resolvidos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021, das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, das cláusulas contratuais, do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços que lhe deu origem e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como pelos princípios gerais do direito administrativo e dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma e no prazo previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como promover sua disponibilização no sítio oficial do Município, em observância aos deveres de transparência e publicidade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Tarauacá, Estado do Acre, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

privilegiado que seja, para dirimir os litígios oriundos da execução deste Contrato que não puderem ser solucionados por consenso entre as partes, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Tarauacá-AC, XX de XXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-